



revista PILARES DA história

DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE

ano 10 - número 12 - dezembro de 2011

Nesta Edição:

Escola Regional de Merity

- **AÇÕES EDUCATIVAS DO MOVIMENTO HIGIENISTA NA BAIXADA FLUMINENSE (1920-1930):**
Educar e Civilizar pelo Ensino Primário
- **MOSCOUZINHO EM MAGÉ:** Eleição dos Primeiros Vereadores Comunistas (1947)
- **POLÍTICA E (RE)ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM DUQUE DE CAXIAS:** Considerações acerca da Transferência da Sede da Prefeitura
- **50 ANOS DE REDUC:** Momento para Reflexão sobre Desigualdades e Injustiças Ambientais relacionadas às Indústrias do Petróleo, Petroquímica e Química
- **JOHN BURCHELL:** O Artista Esquecido que desenhou a Baixada Fluminense no Século XIX
- **SANTOS LEMOS:** Um Santo que Fumou, Bebeu e Escreveu
- **AS POLÍTICAS RURALISTAS INSTITUÍDAS NO ATUAL TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS (1900-1961)**
- **ESCRavidÃO E SAÚDE:** A Doença do Corpo e a Cura da Alma no Recôncavo do Rio de Janeiro, Século XIX
- **A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIGRANRIO:**
Algumas Considerações



Seção Memória Viva:

A Professora Martha Ignez de Freitas Rossi fala sobre o projeto educacional da Escola Regional de Merity



edição conjunta: instituto histórico vereador thomé siqueira barreto / câmara municipal de duque de caxias e associação dos amigos do instituto histórico.

AH

REVISTA PILARES DA HISTÓRIA
ISSN 1983-0963

Edição conjunta:

INSTITUTO HISTÓRICO VEREADOR THOMÉ
SIQUEIRA BARRETO / CÂMARA MUNICIPAL
DE DUQUE DE CAXIAS
e ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

PRESIDENTE DA CMDC:

Dalmar Lirio Mazinho de Almeida Filho

DIRETORA GERAL DA CMDC:

Ingrid Junger de Assis

DIRETORA DO INSTITUTO HISTÓRICO:

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

PRESIDENTE DA ASAMIH:

Paulo Christiano Mainhard

CONSELHO EDITORIAL:

Alexandre dos Santos Marques

Antonio Augusto Braz

Carlos Sá Bezerra

José Cláudio Souza Alves

Nielson Rosa Bezerra

Marlucia Santos de Souza

Rogério Torres da Cunha

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

EQUIPE DO INSTITUTO HISTÓRICO:

Alda Regina Siqueira Assumpção / Angelo Marcio da
Silva / Diego Lucio Villela Pereira / Leonardo da Silva
Palhares / Luiz Felipe dos Santos Junior / Roselena
Braz Veillard / Suely Alves Silva / Weveston Costa

LOGOMARCA:

Guilherme Peres

CONCEPÇÃO DA CAPA:

Newton Menezes

FOTOS / CAPA:

- Escola Regional de Merity, s/d. Acervo iconográfico
sob a guarda do Instituto Histórico/CMDC.

- Reprodução de pinturas (óleo sobre tela) da
Professora Martha Rossi. Escola Regional de
Merity, s/d.

CORRESPONDÊNCIA:

Rua Paulo Lins, 41 - subsolo - Jardim 25 de Agosto
Duque de Caxias - RJ

CEP: 25071-140

Telefone: 2784-6947

e-mail: institutohistorico@cmdc.rj.gov.br

site: <http://www.cmdc.rj.gov.br/>

Editorial

N o seu décimo segundo número, a Revista Pilares da História reafirma sua tarefa institucional, que é a de veicular em suas páginas, dando a visibilidade necessária, as análises e considerações sobre nossa cidade, Duque de Caxias e nossa região, a Baixada Fluminense. Nesta edição, um leque variado de questões é apresentado aos leitores, como o movimento higienista na região ocorrido no início do século XX; a recente (re)organização do espaço urbano em Duque de Caxias; a história e a importância da Refinaria Duque de Caxias; as políticas ruralistas no município de Duque de Caxias; a ação comunista no poder legislativo em Magé; a construção da graduação de História em nossa cidade; além de apresentações sobre o jornalista Santos Lemos e o viajante e botânico John Burchell.

Fica claro que, como em todos os números anteriores, o que buscamos, além da seriedade, é a diversidade de temas e abordagens. Procuramos abrigar em nossas páginas o mais variado conjunto de textos que possam apresentar, minimamente, o nosso rico e complexo processo histórico e cultural. Além disso, reafirmamos também que mantemos vivas as bandeiras históricas e patrimoniais que sempre levantamos. Apoiamos as iniciativas de museologia que se apresentam em nossa cidade; o esforço para a instituição e manutenção de ações de Educação Patrimonial; e, defendemos firmemente a consolidação de uma política que busque salvaguardar os bens culturais do município, particularmente, através da utilização da Lei de Tombamento Municipal (número 2300, de 16 de dezembro de 2009).

Agora mesmo, no “calor da hora” desta publicação, dois sentimentos opostos nos assaltam. O primeiro, de alegria, após termos informados que a Secretaria de Educação do nosso município exigirá no próximo concurso público que os candidatos respondam questões sobre a História de nossa cidade, o que para nós representa a afirmação dos esforços de colocar a História Local e Regional na nossa pauta educacional, assim como já ocorre em vários outros municípios. Ao mesmo tempo, no entanto, nossa preocupação se volta para o futuro do prédio do Hotel Municipal, cercado por tapumes e com destino incerto. Será que assistiremos a derrubada de mais um ícone urbano, como o que aconteceu com a Fábrica União e o Colégio São Francisco?

Por fim, cabe sempre lembrar que as páginas da Revista Pilares da História estão disponíveis para todas as iniciativas que contemplem as nossas propostas centrais. Também, reafirmamos o convite para que visitem, nas dependências da Câmara Municipal de Duque de Caxias, o nosso Instituto Histórico, durante os eventos que são realizados, ou quem sabe, apenas para uma agradável conversa sobre essas belas e trabalhosas tarefas que nos apaixonam.



*O Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto” / Câmara Municipal
de Duque de Caxais e a Associação dos Amigos do Instituto Histórico
agradecem o apoio:*

Dos Autores

CRPH

*Centro de Referência Patrimonial e Histórico
do Município de Duque de Caxias*

CEPEMHed

*Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação
da Cidade de Duque de Caxias
e Baixada Fluminense*

IPAHB

Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense

PINBA / FEBF / UERJ

*Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica
na Baixada Fluminense*

Fórum Cultural da Baixada Fluminense

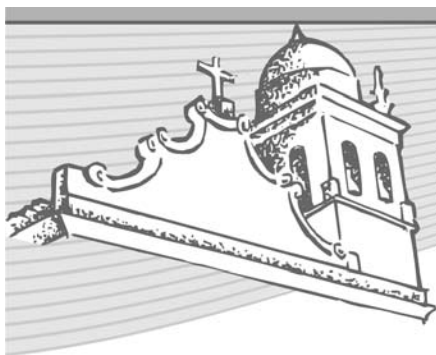
Amigos do Patrimônio

*De todos que participaram direta ou indiretamente da produção deste trabalho e daqueles que se
empenham no difícil processo da permanente construção e
reconstrução da nossa história.*

*O Conselho Editorial está aberto ao recebimento de
artigos para possível publicação.*

***As idéias e opiniões emitidas nos artigos e a revisão
destes são da responsabilidade dos autores.***





**ENSAGEM DO PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS**

COMPROMISSO E INVESTIMENTO NO FUTURO

Neste ano, conseguimos cada vez mais, apoiar a divulgação e preservação da memória histórica e cultural de nosso município. Nossa proposta, desde que assumimos a Presidência do Legislativo, foi a de ter compromisso com a promoção de nosso patrimônio histórico, artístico e cultural, possibilitando o seu acesso a toda sociedade. E, com ações realizadas através de nosso Instituto Histórico, conseguimos dar cada vez mais passos para alcançar nosso objetivo.

Projetos relacionados a exposições, entrevistas, publicações, que têm como objetivo estimular a interação entre a comunidade e a recuperação da história da cidade, e que são apoiados também pela Associação dos Amigos do Instituto Histórico, colaboram para traçar importantes registros da nossa história e assegurar sua preservação através do acesso à população.

As questões relativas à cultura e educação têm despertado cada vez mais interesse; mas, apesar de estarem acontecendo várias ações relacionadas ao patrimônio histórico, muito ainda falta a ser implementado para que a população redescubra verdadeiramente a importância de sua própria cultura.

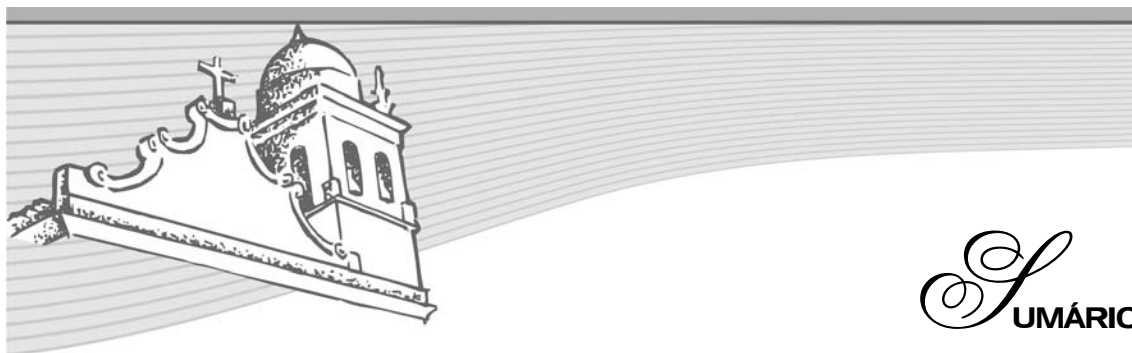
A nosso ver, o poder público deve ter compromisso com a educação e cultura. Incentivar ações nesse sentido, como já afirmamos por diversas vezes, não é gasto, mas sim investimento. E, por isso, apoiamos a edição de mais uma Revista Pilares da História neste ano de 2011. No seu décimo segundo número, a nossa publicação pretende continuar, através das pesquisas dos articulistas, a reconstruir nossa história, revelar nossas raízes e reconhecer o valor dos bens culturais.

Reafirmamos nossa crença de que uma verdadeira transformação social virá através da educação e cultura, e assim nunca poupamos esforços para criar ou fortalecer qualquer iniciativa que sirva de instrumento para a propagação cultural. Somente desta forma, poderemos realizar escolhas conscientes através deste instrumento de cidadania, dando acesso às gerações futuras ao reconhecimento de suas várias identidades.

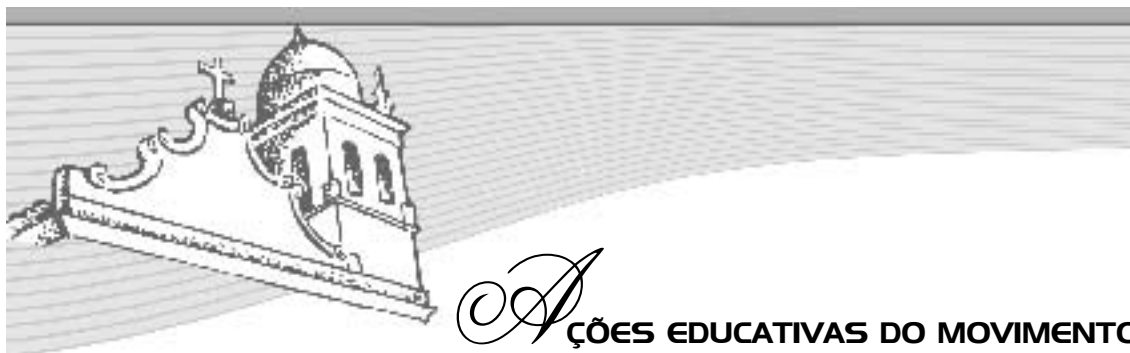
Parabéns Instituto Histórico!

Obrigada pela parceria, Associação dos Amigos do Instituto Histórico!

Dalmar Lirio Mazinho de Almeida Filho



AÇÕES EDUCATIVAS DO MOVIMENTO HIGIENISTA NA BAIXADA FLUMINENSE (1920-1930).....	07
Educar e Civilizar pelo Ensino Primário	
<i>Vilma Correa Amancio da Silva</i>	
MOSCOUZINHO EM MAGÉ:	17
Eleição dos Primeiros Vereadores Comunistas (1947)	
<i>Felipe Augusto dos Santos Ribeiro</i>	
POLÍTICA E (RE)ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM DUQUE DE CAXIAS:	29
Considerações acerca da Transferência da Sede da Prefeitura	
<i>Thiago Coutinho Santana</i>	
50 Anos de Reduc:	39
Momento para Reflexão sobre Desigualdades e Injustiças Ambientais relacionadas às Indústrias do Petróleo, Petroquímica e Química	
<i>Sebastião Fernandes Raulino</i>	
JOHN BURCHELL	53
O Artista Esquecido que desenhou a Baixada Fluminense no Século XIX	
<i>Guilherme Peres</i>	
SANTOS LEMOS	56
Um Santo que Fumou, Bebeu e Escreveu	
<i>Rogério Torres</i>	
AS POLÍTICAS RURALISTAS INSTITUÍDAS NO ATUAL TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS (1900-1961)	58
<i>Marisa Gonzaga / Marlucia Santos de Souza</i>	
ESCRavidÃO E SAÚDE:	71
A Doença do Corpo e a Cura da Alma no Recôncavo do Rio de Janeiro, Século XIX	
<i>Nielson Rosa Bezerra</i>	
A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE HISTÓRIA NA UNIGRANRIO:	81
Algumas Considerações	
<i>Angela Maria Roberti Martins</i>	
SEÇÃO TRANSCRIÇÃO	87
<i>Tania Maria da Silva Amaro de Almeida e Rogério Torres</i>	
SEÇÃO MEMÓRIA VIVA	90
<i>Tania Maria da Silva Amaro de Almeida e Rogério Torres</i>	
SEÇÃO ICONOGRAFIA	94
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO	99



AÇÕES EDUCATIVAS DO MOVIMENTO HIGIENISTA NA BAIXADA FLUMINENSE (1920-1930): Educar e Civilizar pelo Ensino Primário

“Em higiene, saber é uma coisa, praticar é outra”.

Armanda Álvaro Alberto

Vilma Correa Amancio da Silva¹

A história de uma região traz à tona acontecimentos, atores e lugares comuns. Buscar entender a história de uma região através dos personagens que, de alguma forma dela participaram, faz com que a análise historiográfica esteja aberta às experiências humanas e as transformações sociais ocorridas.

Retrocedendo um pouco na história no intuito de compreendermos os aspectos históricos, sociais e econômicos da região, cabe-nos lembrar que a região de Merity, por volta da década de 1910, situada em terras baixas e atormentadas pelas “febres”, sofria, particularmente, pelo flagelo das epidemias² que assolavam a região da Baixada Fluminense. Nesse período a população foi reduzida, drasticamente, para menos de 800 habitantes.

No entanto, nas décadas seguintes uma conjunção de três grandes fatores modificaria, em parte, esse quadro dramático. Primeiro, o deslocamento populacional de uma massa de migrantes em direção às cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX; segundo, a expansão da malha ferroviária na região que permitiu o acesso e o assento dessa população. E o terceiro fator, a recuperação ambiental promovida pelas sucessivas obras de saneamento realizadas pelo governo federal. As ações iniciais de saneamento da baixada Fluminense teve início no governo de Nilo Peçanha.

No intuito de amenizar o sofrimento da população, mas, também objetivando apoio político, em 1916, Nilo Peçanha, então presidente da província do Rio de Janeiro, instalou a primeira bica d’água na região³. No entanto, a água não atendia toda população, “tinha hora certa para cair e em frente à bica se formava enorme fila com pessoas que se deslocavam de várias partes do distrito. Esta aglomeração devia-se a necessidade da água potável já que os poços e as fontes da região estavam contaminados” (MARQUES, 2005:48). Lembrando que, a trajetória política de Nilo Peçanha baseou-se no apoio das elites rurais fluminenses, em especial na Baixada Fluminense, menos conservadoras que se beneficiaram dos projetos de saneamento e de incentivo à produção agrícola. Nos governos seguintes as ações direcionadas ao saneamento da região, foram calcadas nos interesses políticos de uma elite local, os projetos passavam por vários instantes de descontinuidades, o que fragilizou o desenvolvimento local.

Mesmo com os progressos acima mencionados, no início dos anos 20, a região de Merity permanecia com as características de um pobre vilarejo, com poucas ruas que convergiam para sua estação

¹ Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Professora Substituta da Universidade do Rio de Janeiro - UERJ/FFP.

² Malária, cólera, tuberculose, impaludismo, entre outras.

³ A bica foi instalada na praça do Pacificador, onde até final da década de 90 existia um monumento alusivo ao fato.

ferroviária e que se comunicava com seu arredor, além dos trilhos, por via fluvial⁴ e algumas estradas. Sua população rarefeita subsistia com comércio de hortaliças, banana, mandioca e laranja. Também produziam e comercializavam a madeira, o carvão, os tijolos e as telhas que eram extraídas das matas e produzidas nas olarias da região⁵.

Atraídos pela melhoria progressiva nas condições de saneamento e pelo acesso mais facilitado ao Distrito Federal (RJ), oferecido pelos trilhos da Estrada de Ferro do Norte⁶, já instalados desde 1886, um grupo de migrantes ocupou progressivamente a região. Em 1920, o recenseamento federal contabilizava 2.920 habitantes. Esse breve esboço da história da região, nos traz à tona uma parte da memória local.

Seguindo os fatos históricos, o desenvolvimento industrial da região teve sua nascente nas cerâmicas (séc. XIX), fator que contribuiu para o povoamento da região, conseqüentemente, empregando muitos trabalhadores. A primeira grande indústria da região foi criada no início do século XX, em 1917, a Fábrica de Explosivos Rupturita, de propriedade do Comandante Álvaro Alberto – irmão da fundadora da Escola Regional de Merity, mantenedor da escola por muitos anos.

Tais ações deram início ao processo de desenvolvimento da região, contudo, muito, ainda, haveria de ser realizado.

Início de uma relação: a região de Merity e a Escola Regional de Merity

Segundo professor Guilherme Peres⁷, a relação da professora Armanda Álvaro Alberto com a região de Merity teve início no ano de 1920. Pois, a convite de seu irmão, o Comandante Álvaro Alberto, veio à cidade para conhecer a fábrica de explosivos “Rupturita”, que funcionava em uns barracões a poucas quadras da estação ferroviária de Merity.

“Naquela manhã do ano de 1920, uma locomotiva puxando alguns carros de passageiros envolvidos no vapor, parou na pequena estação de Merity, hoje Duque de Caxias. Dentre os poucos viajantes que desembarcaram estava uma jovem bem vestida, que olhava curiosa as casas aninhadas ao longo da via férrea... Ao chegar àquele lugarejo, ficou sensibilizada com a população marginalizada que revoava em torno do pequeno comércio ali estabelecido”⁸.

A jovem educadora Armanda Álvaro Alberto⁹, observando a inexistência de uma instituição escolar na região, planejou dar continuidade ao seu projeto educacional que havia iniciado, em 1919, na região de Angra dos Reis, um ensaio de escola ativa ao ar livre para filhos de pescadores. Na década de 1910 a educação vista como “via de regeneração da sociedade brasileira mobilizava os meios intelectuais e políticos” (MIGNOT, 2002:140).

Imbuída dos ensinamentos dos livros educacionais focados nos estudos de Pestalozzi e Montessori, além da pedagogia da Escola Nova oriunda dos EUA e de alguns países europeus a Armanda Álvaro Alberto, deu início a sua vida no magistério.

⁴ A região possuía, pelo menos, cinco pequenos portos: o de Estrela, na foz desse mesmo rio; o da Chacrinha na baía de Guanabara, próximo a foz do rio Merity e os da Pedra, do Pico e do Bento, no próprio curso desse rio. “Nasce uma cidade – entrevista com José Luís Machado” – Jornal Tópico – 25/08/1958. p. 03.

⁵ A produção de lenha, carvão, tijolos e telhas era bem significativa, pois “partiam diariamente dois trens especiais com lastros de lenha e carvão” e que “delas (as cerâmicas da região) saíram todos os tijolos com que foi construído o Cais do Porto do Rio de Janeiro”. Idem, de 25/08/1958 p. 08.

⁶ E. F. do Norte até 1888; RJ. Northern Railway até 1890 e a partir daí, até 1975 Estrada Leopoldina Railway.

⁷ Ex-aluno da Regional de Merity, pesquisador e membro do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas da Baixada Fluminense. Licenciado em Artes Gráficas pelo Departamento de Imprensa Nacional; Curso de História do Brasil pelo Departamento de Imprensa Nacional; Curso de Fotografia pela Fundação Calouste Gulbenkian.

⁸ PERES, Guilherme. Armanda Álvaro Alberto e a Escola Regional de Merity. IPAHB, s/d.

⁹ Aos 28 anos de idade, de família abastada da elite brasileira, imbuída de grande intelectualidade cultural e política. Engajou-se em vários movimentos em prol das camadas menos favorecidas da sociedade, principalmente no que se refere à educação popular e rural. Foi agente ativa dos movimentos feministas, e integrante da Associação Brasileira de Educação – ABE, desde 1924, ano da fundação da instituição.

Tomando como campo de investigação a História da Educação Brasileira, a literatura nos aponta que desde a segunda metade do século XIX, a questão política da educação popular envolveu, em todo o Ocidente, a discussão sobre a organização administrativa e didático-pedagógica do ensino primário. No Brasil, essa discussão entrou em voga no final do século XIX, com as propostas postas no processo de renovação dos programas escolares.

No transcorrer do século XIX, um intenso debate sobre a questão política da educação popular tendo como questões centrais o conteúdo e método de ensino, assim como a melhor organização pedagógica para a escola primária fez parte dos discursos proferidos pelos intelectuais e políticos da época. Em toda parte, como afirma SOUZA (2000:11), “difundiu-se a crença no poder da escola como fator de progresso, modernização e mudança social. A idéia de uma escola nova para a formação do homem novo articulou-se com as exigências do desenvolvimento industrial e o processo de urbanização”. Durante as duas primeiras décadas do século XX, alguns educadores deram início a algumas experiências educativas calcadas nos fundamentos escolanovista.

O movimento escolanovista, segundo Sacristan e Gómez, é visto como uma das expressões mais importantes da mentalidade liberal moderna que contribuiu significativamente para as tendências pedagógicas atuais, tendo como fatores importantes para vivencia democrática a centralização do ensino na criança e no método ativo:

“(...) a pretensão de criar climas favoráveis para a auto-expressão, o aprender em liberdade, o ensino baseado nos interesses do aluno/a, a adequação do que se transmite para suas capacidades, o fomento dos métodos ativos no ensino para favorecer a experiência pessoal de aprendizagem e a conseqüente relativização dos conteúdos das disciplinas herdadas, junto à necessidade de sua organização ao apresentá-los aos alunos/as são princípios que orientam a educação moderna” (1998 apud LEAL, 2003:59).

Intelectuais imbuídos na causa da educação do povo, no período de 1920 e 1930, se predispuseram a enfrentar o desafio de educar a massa mais pobre da sociedade brasileira. A respeito do movimento da Escola Nova, Carlos Monarca (1989 apud BRANDÃO, 1999:51) caracteriza o movimento como um projeto intelectual que se impôs de cima para baixo: “um discurso científico sobre o povo e para o povo”.

Nesse cenário de renovação, se insere o projeto educacional da Escola Regional de Meriti criado e idealizado pela educadora Armanda Álvaro Alberto. Uma instituição de ensino primário, particular, laica e gratuita, destinada as crianças pobres da região de Meriti no “sertão” da Capital Federal que, na década de 1920, não passava de um pequeno vilarejo, com poucos moradores e abandonado pelos poderes públicos.

Tendo como aparato o pouco ou quase nulo incentivo por parte do poder público, um dos grandes enfrentamentos era por em prática os ensinamentos dos livros na cidade de Angra dos Reis, onde as crianças e adolescentes não tinham nenhum contato com os ensinamentos escolares.

Em Angra, a educadora “improvisou uma escola ao ar livre, à sombra de bambus, com mobiliário bem tosco: uma única mesa de pinho, uma cadeira e esteiras no chão” (MIGNOT, 2002:149). Uma de suas grandes preocupações era fornecer noções de higiene, já que a região era desprovida das condições básicas de saneamento, e sua população das noções de higiene. Difundindo novos hábitos criaria um ambiente saudável, e livre de doenças. Experiência essa que foi de extrema importância a sua vida profissional.

Mesmo sendo, a Vila Merity, uma localidade que, nos primórdios da década de 1920, padecia do abandono dos poderes públicos, nas questões como a falta de saneamento, água potável, atendimento médico e hospitalar, instrução escolar pública, entre outros, a professora Armanda, a partir de sua experiência em Angra dos Reis, decidiu em 13 de fevereiro de 1921 fundar seu projeto de escola: a Escola Proletária de Merity, posteriormente chamada Escola Regional de Merity.

Penetrar no interior de uma instituição educacional sob uma análise histórica é tomar como objeto de estudo suas especificidades regionais e locais, suas práticas e ações pedagógicas, assim como, os agentes que dela e nela participaram. Justino Magalhães (1996:2) afirma que:

“Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico”.

Relatar a historicidade de uma instituição educativa como a Escola Regional de Merity, nos incube de dar conta dos mais variados atores envolvidos no processo educativo, numa investigação que perpassa o interior e o exterior da escola, o que propicia um conhecimento mais aprofundado desse espaço social destinado aos processos de ensino e aprendizagem, através da apreensão dos elementos que constituíram um sentido único na história do cenário social local.

As instituições escolares, tal como as pessoas são portadoras de memórias, uma memória gerada por contraposição com outras memórias, que corre ao ritmo do tempo das pessoas e das gerações. Memórias localizadas de diversas formas: arquivos públicos, pessoais, na história oral, etc. Segundo Nunes (2003:15), “as escolas também são celeiros de memórias”, onde as lembranças desse “espaço são possíveis pela estrutura de suas rotinas e sua continuidade no tempo”.

Ao enveredarmos nos arquivos em busca de documentações sobre o projeto educacional da Escola Regional de Merity, nos deparamos com uma rica e variada quantidade de informações a respeito das atividades pedagógicas e sociais realizadas, entre os anos de 1920 e 1930. Entre a documentação, os relatórios redigidos pela própria diretora da escola, a professora Armanda Álvaro Alberto, significaram fontes ricas em informações gerais sobre o campo administrativo e pedagógico da instituição. Os relatórios anuais da Escola Regional, longe de ser um documento burocrático e enfadonho, são apresentados através de uma redação que convida o leitor a penetrar na história da instituição, desperta um sentimento de curiosidade; como retrata Carlos Drummond de Andrade:

“Se os relatórios burocráticos são sempre envoltos numa camada de tédio, há outros, os escolares, que podem oferecer-nos a sugestão dos documentos sociológicos e mesmo o interesse dos romances. Contar a vida de uma escola, durante um ano, é tarefa que deveria seduzir o escritor, ou despertar em quem não o fosse o desejo de sê-lo, porque nada há mais rico de humanidade, mais cheio de problemas e sugestões, do que o funcionamento da comunidade escolar. Necessariamente, a narrativa do ano será tanto mais palpitante quanto maior for a integração da escola nos seus verdadeiros fins [...] O relatório não é, pois, coisa enfadonha. Saiba-se escrevê-lo, isto é, saiba-se ver o que está aí para ser visto, sentido e interpretado, e logo se conseguirá isto que, aparentemente, é tão difícil: interessar o povo na vida escolar [...]”¹⁰.

Nessa perspectiva, os relatórios anuais, localizados, foram de extrema importância para a construção da pesquisa em questão por representarem e materializarem elementos do contexto político, social e cultural, assim como os ideais pedagógicos de uma época.

¹⁰ ANDRADE, Carlos Drummond. Uma Escola Vive. In: ALBERTO, Armanda Álvaro. **A Escola Regional de Merity: documentário (1921-1964)**. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1968, p. 131-135.

A Escola Regional de Merity e a questão social local

O projeto educacional da Escola Regional de Merity foi idealizado num momento da história do Brasil, em que alguns intelectuais, políticos, educadores e diletantes da educação envolvidos num projeto maior de construção de uma nação civilizada e moderna, segundo os padrões europeus, utilizaram como elementos essenciais para sua efetivação à instrução primária e a saúde.

A professora Armanda, uma das integrantes deste grupo de intelectuais, e participante do movimento renovador da educação no Brasil, fundou a Escola Proletária de Merity, uma instituição norteada pelo ensino primário e regional; particular, porém com caráter público por ser gratuita, direcionada a camada mais pobre da região de Merity, no município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Abarcava no bojo de sua configuração características sociais, políticas, culturais e educacionais que circundavam o contexto histórico do início da República no Brasil. Nesse contexto podemos relacionar a apropriação, em sua organização escolar, de elementos revelados, no processo de renovação/inação do ensino primário e dos métodos de ensino, divulgados desde o final do século XIX, nos pareceres de Rui Barbosa, em 1870. E, posteriormente, na reforma paulista de 1892, que teve como um dos elementos formadores a criação dos grupos escolares, que serviu de modelo de escolar para diversos outros Estados brasileiros.

Desde a fundação, em 1921, a diretora e fundadora da escola, Armanda Álvaro Alberto, já explicitava a vontade de realizar naquele espaço da região de Merity, uma escola regional; ficando claro assim, que o nome Escola Proletária de Merity seria provisório:

“Tanto a nossa atitude ainda de quem não atingiu a sua meta – que o nome definitivo, Escola Álvaro Alberto, em homenagem à memória do Dr. Álvaro Alberto da Silva, seu Patrono, só lhe será conferido, quando a virmos mais próxima do tipo que idealizamos. Esforçamo-nos para que seja uma acabada escola regional; afeiçãoada pelo seu próprio meio e que será capaz de reagir eficazmente sobre ele” (Relatório anual 1921:1).

Devido às características sociais e econômicas locais, a escola utilizava como um dos mecanismos para evitar a evasão escolar, o fornecimento de merenda aos alunos, que muitas vezes consistia em mingau de fubá e mate. Daí a origem do nome dado pela população da região à escola: “Escola Mate com Angu”.

Apesar de ser uma instituição particular de ensino, a escola era gratuita. Para manter-se em funcionamento, já que não recebia nenhum subsídio dos poderes públicos, desde a fundação, tinha como principal mantenedora, a Fábrica de Rupturita (explosivos) de propriedade do Comandante Álvaro Alberto, irmão da professora Armanda. Além de contar com um grupo de pessoas¹¹ que através de donativos em dinheiro e material de diversos tipos, ajudaram na manutenção do projeto educacional durante aos 43 anos de funcionamento.

De acordo com o relatório anual de 1921, o primeiro ano de trabalho da Escola foi marcado por sucessos e muitas dificuldades. Dentre as dificuldades para efetivar o projeto, o problema de saúde dos alunos e familiares era o mais preocupante; em seguida a dificuldade de executar todos os pontos do programa, entre eles a Ginástica Sueca e os Cânticos Infantis; a carência de bons livros didáticos em língua portuguesa; e por último, a incompreensão dos pais quanto às práticas e métodos aplicados (Relatório Anual, 1921).

No Brasil, no final do século XIX e durante as primeiras décadas do XX, estabeleceu-se uma política na área da saúde social num sentido prático, quando a experimentação se impôs efetivamente. Modernizar, regenerar, civilizar, dar ao povo educação e saúde eram enunciados proferidos nos discursos entre os intelectuais. Nesse sentido, “a ciência técnica passou a ser considerada crucial para o destino da nação” (HERSHMANN & PEREIRA, 1994:25).

¹¹ Entre os colaboradores mais engajados no projeto educacional podemos citar: o professor Francisco Venancio Filho, o professor Edgar Süsskind de Mendonça, o Dr. Belisário Penna, Roquette Pinto, o professor e fundador da Associação Brasileira de Educação Heitor Lyra da Silva, Pascoal Lemme, entre outros.

A questão da saúde pública, enquanto ideologia na construção de uma nação “civilizada e moderna”, na década de 1920, foi partilhada por médicos-higienistas e elites políticas (HOCHMAN; MELLO; SANTOS, 2007:2350). Na divulgação de seus ideais, alguns agentes do movimento higienista e sanitarista brasileiro, tomaram a escola primária como lócus de formação e inculcação dos preceitos higiênicos. Pois, para educar as crianças, no âmbito da escola ou fora dela, como para instruir os adultos dentro dos preceitos higiênicos, a escola seria o meio mais eficaz.

Apropriando-se do conceito de campo de Pierre Bourdieu (1993), consideramos que só é possível compreender uma obra, seu valor ou a crença que lhe é dada, após conhecer a história do campo no qual foi produzida. Sendo o objeto em questão uma instituição escolar, a Escola Regional de Merity, nos referimos ao campo da educação. O campo pode ser definido como o *lócus* onde se travam disputas, embates e debates entre os agentes em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão¹². A história da educação nos aponta que no início do século XX, o campo da educação tornou-se elemento de interesse de políticos, intelectuais e diletantes da educação, de diferentes áreas de conhecimento, engajados no ideal de construção de uma nova identidade nacional, direcionados a um mesmo viés, a educação primária escolar.

Considerando a participação do movimento higienista e sanitarista na Baixada Fluminense, inferimos ter sido a Escola Regional de Merity, uma importante colaboradora e divulgadora de suas ações. A partir das atividades educativas e sociais da instituição de ensino buscamos compreender as múltiplas estratégias de intervenção realizadas pelos agentes do movimento e pela diretora da escola na vida dos habitantes da região de Merity.

Fundamentados no pensamento dos agentes sanitaristas, era na escola primária que se assentava a base sólida da educação higiênica de um povo. E para isso seria indispensável que os professores primários adquirissem conhecimentos básicos e técnicos de história natural e de biologia.

“A fim de compreenderem plenamente as deduções biológicas de hygiene, cujo o fim consiste em modificar, afastar, remover ou eliminar as causas de natureza physica, chimica e biológicas capazes de perturbar ou prejudicar a normalidade orgânica e physica do organismo humano – individual, colectivo e social – descobrindo e aplicando os meios de adaptação sadia do homem em qualquer ambiente...

(...) Aos professores, mais do que tudo aos das classes primárias, cabe a tarefa gloriosa da formação da consciência sanitária, pela implantação de hábitos salutareos, pelo exemplo e por sólidos conhecimentos de noções básicas [e técnicas] de biologia e de hygiene” (PENNA, Belisário¹³)

Era consenso entre os médicos-higienistas e sanitaristas engajados num projeto maior de civilizar e modernizar o país, que tais iniciativas só teriam eficácia se penetrassem na intimidade do lar. Os projetos deveriam ter, como alvo de suas ações, os núcleos familiares. Usar o *lócus* “escola” como instrumento eficaz legitimou as ações dos médicos-sanitaristas na educação, isto é, produzir saúde pela educação.

As iniciativas realizadas pelos médicos-higienistas e sanitaristas, na questão do saneamento, não se limitariam, apenas, às das políticas públicas de desobstruções de valas, canais e rios, combate às endemias, etc., permearia também, como já mencionado, o meio educacional, através das escolas. Para Afrânio Peixoto¹⁴, qualquer trabalho de saneamento deveria estar associado à educação do brasileiro. Assim expressou suas idéias em relação à educação,

¹² BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1993. Segundo Bourdieu, o interesse é o investimento específico nos processos de lutas, que é, ao mesmo tempo, a condição e o produto da vinculação a um campo.

¹³ Fonte retirada do Arquivo público Casa de Oswaldo Cruz, Fundo Belisário Penna: inventário analítico. Departamento de Arquivo e Documentação: Setor de arquivos pessoas e de outras instituições. s/d.

¹⁴ Afrânio Peixoto (1876-1947), além de médico legista, foi ainda político, professor, historiador e autor de várias obras literárias e médicas.

“Saneamento, sim! Educação, também! Principalmente educação, porque então será mais fácil, e só então durável, o saneamento. (...) o saneamento não é só o remédio infalível para a ‘doença do Brasil’; além deste e com este, para a ignorância dos meios, a imprevidência dos recursos, a incúria da saúde, a incapacidade de trabalho e de economia, a pobreza triste e envergonhada, no meio da festa da nossa natureza, só existe um recurso, remédio único e específico: a educação, pela instrução primária profissional, técnica, superior; educação – para a prosperidade, para a saúde, para a felicidade, para a redenção do Brasil...” (PEIXOTO apud STANCIK, 2005:55).

Nossa investigação procurou compreender a produção das ações aplicadas pela Escola Regional de Merity, a partir das representações que os médicos-higienistas e sanitaristas produziram através de suas práticas na escola primária. Segundo Chartier (apud ROCHA, 2003:14) “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares e políticas) que tendem a impor uma autoridade... a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.

Situada no “sertão” da Capital Federal, a região de Vila Merity, era um espaço que atendia a todas as finalidades e objetivos da educação sanitária e higiênica. Um lugar onde os pântanos, mosquitos e as febres faziam parte do cotidiano da população. A pobreza e a doença eram regras entre a comunidade local.

Conhecedora da história da Baixada Fluminense, dos problemas de saneamento e saúde, assim como da precariedade social, econômica e educacional em que vivia a população da região, a professora Armanda Álvaro Alberto pôs em prática seu projeto educacional agregando em sua organização curricular e nos programas pedagógicos o ensino de higiene. Projeto este, vinculado ao projeto dos médicos-higienistas e sanitaristas que estavam engajados na construção de uma nova identidade nacional através dos preceitos higiênicos utilizando como instrumento de inserção de suas ações, a escola primária.

O espaço escolar da Escola Regional de Merity era o que se poderia chamar de um “lugar da saúde”¹⁵, segundo os discursos do movimento higienista. Apesar de possuir uma arquitetura simples em estilo rural, o prédio escolar possuía uma organização espacial propícia ao ensino de higiene, semelhante à citada como exemplo de arquitetura escolar por Afrânio Peixoto (ROCHA, 2003: 168):

“O prédio escolar deveria achar-se situado em meio de um terreno, amplo, enxuto, arborizado, sem a possibilidade de se interpoem outros aos lados ou defronte, que lhe diminuam a luz: 25 metros lhe são necessários diante das janellas para isso. Há ainda que exigir espaço para os recreios e commodidades escolares. Uma área de 3 m² por aluno seria pelo menos necessário”.

O terreno era amplo, o espaço interno, apesar de pequeno, seguia as prescrições higiênicas, aberta ao sol e ao ar, limpa, ordenada, que exercia uma grande influência sobre as crianças no que tange à questão higiênica.

No programa pedagógico da Escola, entre os dispositivos utilizados, podemos citar a assistência médica e odontológica aos alunos e seus familiares, as professoras visitadoras, o concurso “Janelas Floridas”, o curso “Círculo de Mães” e as conferências públicas.

Na Regional de Merity para que a ação médica tivesse mais eficácia, a escola designou uma professora-visitadora que tinha como função auxiliar o trabalho médico através da organização de fichas

¹⁵ Termo apresentado em por ROCHA (2003: 187) fazendo referência a materialidade da escola “aberta à luz do sol e ao ar, limpa, espaçosa, ordenada e clara, que exerceria por si só uma poderosa sugestão higiênica sobre as crianças”.

onde constavam os dados sobre o aluno, o ambiente material e moral de toda família. Pois sem esse auxílio, provavelmente, haveria prejuízo na ação médica ali empregada.

Sendo assim, no intuito de a escola melhorar a assistência, uma professora-visitadora realizava visitas às residências dos alunos, organizava fichas onde constavam os dados sobre os aspectos de saúde de toda a família, o ambiente material e a situação sócio-econômica. Nas fichas de saúde individual da Escola regional de Meriti, localizadas no arquivo público do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, podemos observar o cuidado que a professora visitadora tinha em anotar as informações que pudessem contribuir para um melhor atendimento às crianças e às famílias:

“Nome: Oswaldo dos Santos 8 anos

Filiação: Candido J. dos Santos e Benedicta dos Santos

Localidade: Villa Centenário – Merity

Data do estabelecimento da ficha: 1-12-926

Antecedentes hereditários e antecedentes pessoais: O pai tem 36 anos. Antes de casar bebia, mas curou-se completamente deste vício. Fuma muito, mas gosa de saúde. A única moléstia que teve foi impaludismo.... A casa é de estuque caiada internay externay, coberta de telhas e pavimentada de cimento.... Fica no meio de um terreno todo arborizado. Conta de 2 quartos e 2 salas mto. arejados e limpos. Não tem fossa e o poço mede cerca de 8m de profundidade. Oswaldo dorme numa cama de solteiro em companhia de seu irmão mais velho. Passa mal às noites pq. soffre horrivelly de bronchite ashmatica. Ao levantar-se toma café com leite. Raray almoça. Merenda na Escola, matte com angu de milho e janta às 5h. Os alimentos mais freqüentes nessa refeição são: carne, feijão, arroz, batata, aipim, macarrão e, as vezes, algumas verduras. Está sempre limpinho, anda descalço e usa chapéu. Nasceu no D. Federal por ocasião da gde. Epidemia de 1918. Foi sempre mto. Fraquinho. Recebeu aleitamento artificial e soffreu mto. Dos intestinos. Teve várias convulsões por ocasião da dentição. Há 4 anos q. soffre de bronchite. É uma criança sympathica, está sempre disposto a brincar e é mto. Activo apezar de passar péssimay as noites”. (Ficha de saúde de 1926)

O registro acima nos aponta elementos que nos conduzem a uma reflexão sobre a ação do médico-escolar no contexto pedagógico escolar. Ao analisarmos a ficha médica, observamos que a professora para realizar tal registro deve ter sido bem orientada pelo médico escolar, já que as informações, direcionadas o um conhecimento da medicina, a respeito da família são minuciosamente detalhadas. Na verdade, visualizamos uma ficha de anamnese médica acerca da família, sua origem, a situação de saúde e evolução da mesma, isto é, uma ficha contendo dados básicos e consistentes para uma assistência médica mais orientada e eficaz.

Tendo em vista que as condições de insalubridade da região pela falta de saneamento básico, água potável e saúde pública, como também os hábitos culturais da população, as atividades pedagógicas da escola deveriam ser orientadas de acordo com as demandas e necessidades locais.

Integrada à região e objetivando educar as crianças e seus familiares dentro dos preceitos do ensino da higiene, no âmbito da escola ou fora delas, a instituição criou, em 1925, o “Círculo de Mães”, um curso com programa especialmente traçado para mães da região, analfabetas em sua maioria. O concurso “Janelas Floridas”, mais uma estratégia de intervenção na vida local, foi criado com o objetivo e finalidade de “combater a fealdade e o desconforto de Merity, dar-lhe a alegria das flores e a sombra das árvores” (ALBERTO, 1968:37).

¹⁶ Culturalmente, devido às condições sociais e econômicas da região, nas primeiras décadas do século XX, as casas, em sua grande maioria, não possuíam banheiros. As crianças andavam descalços, o que favorecia a infestação de várias doenças como as verminoses.

“Janelas Floridas, luxo de arte e de bom gosto num recanto poeirento e tristonho dos subúrbios da Leopoldina! Pois, a linda verdade é que, chegada a hora do concurso, várias choupanas ou casebres de barro e coberta de palha ostentavam, nas suas janelinhas e muro de taipa, festões de verbena, de hera, ou de melão de São Caetano, em molduras graciosas e bem dirigidas! Mãozinhas brancas, pretas, cablocas ou mulatinhas, com auxílio das mãos paternas, já interessadas no caso que se tinham dedicado ao doce mister de beleza e de poesia” (ALMEIDA, 1968:60).

O curso, inicialmente, era ministrado pela diretora da escola, a professora Armanda Álvaro Alberto, uma vez por semana, que “procurou escrever um programa de educação familiar em todos os pontos praticável por aquelas a quem se destinava”¹⁷ constava de três partes: higiene, educação familiar e economia doméstica. Havia um regulamento com sete itens a serem cumpridos para a participação no “Círculo de Mães”, cujos pontos principais eram: freqüentar com assiduidade as aulas do Curso para mães; e cumprir fielmente, em casa, os preceitos de higiene, educação familiar, ensinados de forma compatível com as condições de cada família.

Entre os agentes do movimento higienista e sanitaria, o Dr. Belisário Penna foi um dos maiores colaboradores com a obra educacional da Regional de Merity. Muitas foram às iniciativas da Escola voltadas para a educação higiênica dos alunos e de toda a comunidade. Dentre elas, as conferências realizadas pelo Dr. Belisário Penna a convite da diretora Armanda Álvaro Alberto, no modesto cinema da cidade, o Cine Merity. As conferências, segundo a diretora da escola “foi o traço de união definitivo entre a Escola e a população de Merity”¹⁸.

Acompanhando o Dr. Belisário, também proferiram palestras na mesma conferência o Dr. Savino Gasparini e o Dr. Floriano de Araújo Góes. O ciclo completo de 7 (sete) conferências acompanhadas de apresentação de filmes relacionados à educação sanitária e outras questões sobre a saúde. Foram apresentados os seguintes filmes: Educação sanitária do povo; Vermínoses; Impaludismo; Sífilis; Sífilis (para homens); Alcoolismo e Tuberculose¹⁹.

Analizando a escola como um espaço de referências nas ações dos médicos, uma reflexão mais atenta à questão pedagógica nos conduziu a buscar o sentido dos vocábulos ensinar e educar no contexto higienista da época. Ensinar relacionava-se com o conteúdo cognitivo, e educar com a formação do caráter, que na verdade representava a “imposição do arbitrário cultural de um grupo ou classe a outros grupos ou classes”, ou seja, a imposição de uma ideologia (SEVERINO, 1986:44). O vocábulo “educar”, na acepção de educação própria dos discursos médico-higienista, tinha a preeminência sobre o ensino, deveria ser função determinante para os futuros rumos sociais da nação.

Com o conjunto de palestras apresentadas, observamos que no âmbito dos discursos médicos havia uma distinção bem clara a respeito de qual saúde e qual educação seriam necessárias. ações empregadas pelos agentes higienistas e sanitaristas estavam sendo postas no sentido de inculcar um habitus socialmente legitimado da camada social dominante, isto é, a elite dirigente, na camada menos favorecida econômica e culturalmente da sociedade brasileira.

Finalizamos enfatizando que, a Escola Regional de Merity agregou em sua proposta educacional os elementos educacionais e higiênicos apregoados no campo educacional e da saúde no Brasil da primeira década do século XX, sendo referida por Belisário Penna como um espaço que “... cuida de fato, com inteligência e carinho, da saúde das crianças, se acompanha cientificamente o seu desenvolvimento físico e intelectual, se ensinam e se praticam preceitos de higiene...”.

¹⁷ Relatório anual de 1925, p. 3.

¹⁸ Relatório anual da Escola Regional de Merity de 1925, p. 3.

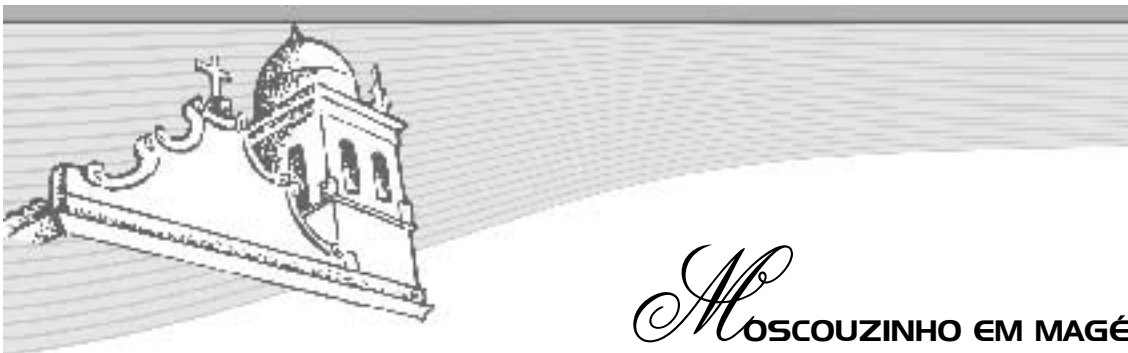
¹⁹ Idem, ibidem.

Referências Bibliográficas

- ALBERTO, Armanda. **Escola Regional de Meriti: documentário 1921-1964**. MEC-INEP-CBPE. Rio de Janeiro, 1968.
- ALMEIDA, Júlia Lopes de. Um maço de cartas. In: ÁLVARO ALBERTO, Armanda. **A Escola Regional de Merity: documentário (1921-1964)**. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1968, p. 57-62.
- ANDRADE, Carlos Drummond. Uma Escola Vive. In: ALBERTO, Armanda Álvaro. **A Escola Regional de Meriti: documentário (1921-1964)**. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1968, p. 131-135.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRANDÃO, Zaia [et.al.]. **A escola em questão: evasão e repetência no Brasil**. 2. ed., Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1985.
- HERSCHMANN, M. A arte do operário – medicina, naturalismo e positivismo: 1900-1937. In: HERSCHMANN, M. & PEREIRA, Carlos A. M.. (org.) **A invenção do Brasil moderno – medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOCHMAN, Gilberto; MELLO, Maria Teresa Bandeira de; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Malaria em fotos: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX. **História ciência Saúde: Maguinhas**. Rio de Janeiro, 2002, v. 9. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-> Acessado em: 20 Sep 2007.
- LEAL, Maria Cristina. Relatos da educação brasileira: contraste entre a educação republicana imaginada e realizada. In: **História e memória da Escola Nova**. São Paulo: Loyola, 2003.
- MAGALHÃES, Justino. **Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo**. Braga-Portugal, Universidade do Minho, 1996.
- MARQUES, Alexandre dos Santos. **Militantes da cultura em uma área periférica de Duque de Caxias (1950-1980)**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra, 2005.
- NUNES, Clarice. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: PIMENTEL, Marília Araújo Lima. **Memória e interpretação de relatos. História e memória da Escola Nova**. São Paulo: Loyola, 2003.
- PEIXOTO, Rui Afrânio. **Imagens iguaçuanas**. Nova Iguaçu: Edição do Autor, 1968.
- PENNA, Belisário. Solução de um problema vital. In: ALBERTO, Armanda Álvaro. **A Escola Regional de Merity: documentário (1921-1964)**. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1968, p. 67-75.
- _____. Belisário. **Higiene e Educação Popular**. In: ALBERTO, Armanda Álvaro. **A Escola Regional de Merity: documentário (1921-1964)**. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1968, p. 77-81.
- ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**. São Paulo: Fapesp, 2003.
- SANTOS, Júlio César Paixão. **Redes de Poder e Ações em Saúde e Saneamento da Baixada do Estado do Rio de Janeiro (1916-1930)**. Texto on-line: www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos. Acessado em 03/10/2007.
- SOUZA, Rosa Fátima de. A inovação educacional do século XIX: A construção do currículo na escola primária do Brasil. **Caderno CEDES**, ano XX, n. 51, p. 9-28, novembro/2000.
- STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Câmara. **História e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. vol. III: século XX.

Documentos Utilizados

- Relatórios anuais da Escola Regional de Merity – 1921-1937. Acervo do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.
- “Nasce uma cidade – entrevista com José Luís Machado” – Jornal Tópico – 25/08/1958. p. 03. Acervo do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.



OSCOUZINHO EM MAGÉ: Eleição dos Primeiros Vereadores Comunistas (1947)

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro¹

Introdução

“Eleitos 4 vereadores comunistas em Magé”. Essa foi uma das manchetes publicadas no periódico *Tribuna Popular*, em 16 de outubro de 1947. Órgão de divulgação do Partido Comunista do Brasil (PCB), o referido jornal enalteceu o fato de que esses vereadores eram comunistas, estampando inclusive as fotografias dos respectivos eleitos.

Tribuna POPULAR
ANO III * Nº 730 * QUINTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 1947

S. Gonçalo Integrado No Regime Da Lei
Mais de 2 mil pessoas assistiram ao ato da posse do Prefeito e da instalação da Câmara Municipal

ELEITOS 4 VEREADORES COMUNISTAS EM MAGÉ
DEFINITIVAMENTE ENCERRADO O PLEITO NAQUELE MUNICÍPIO FLUMINENSE — PARA PREFEITO VENCEU O CANDIDATO DO PSESSIDISTA — HOJE, A DIPLOMAÇÃO

Eleito Prefeito De Meriti o Sr. José Manhaes, Apoiado Pelos Comunistas
OS SRS. HILKAS MARINHO E PEDRO ETELVINO DA SILVA, COMUNISTAS, FORAM ELEITOS VEREADORES — MAJORITY À LEGENDA DO P.S.D.

Deixou o Pro O Menor Fugit

Imagem 01: Fac-simile da Tribuna Popular, de 16 de outubro de 1947. p.8. Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

¹ Doutorando em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV e Mestre em História Social pela FFP/UERJ. Autor da dissertação: *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*, premiada com o terceiro lugar no Concurso de Monografias do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) — edição 2011. E-mail: felipe_ffp@yahoo.com.br

Realmente, esse fora um acontecimento bastante relevante, tendo os comunistas de Magé conseguido eleger quatro vereadores, além do primeiro suplente, em uma Câmara Municipal composta por treze membros. Todos os comunistas foram eleitos pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), visto que o PCB havia sido cassado quatro meses antes do pleito.

Entretanto, há outro ponto bastante significativo nesse episódio que gostaríamos de ressaltar neste artigo: dos vereadores comunistas eleitos, dois deles eram tecelões e outro, apesar de comerciante, era ex-operário de uma fábrica de tecido. Portanto, três desses vereadores comunistas eleitos já haviam trabalhado nas indústrias têxteis do município de Magé.

A eleição de 1947 foi a primeira realizada no Brasil, em âmbito municipal, após o Estado Novo (1937-1945), completando, portanto, a etapa inicial do processo democrático então vigente no país, já que, em um intervalo de dois anos, foram realizadas eleições para Presidente da República, senadores e deputados federais (incluindo-se a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte), deputados estaduais, governadores e, por fim, prefeitos e vereadores². E todo esse panorama está inserido em um contexto nacional que consolidou a entrada do trabalhador brasileiro no cenário político, passando a configurar como um ator protagonista no processo eleitoral.

Além disso, a eleição municipal de 1947 marcou o início de uma proeminente estratégia desenvolvida pelos comunistas mageenses, que buscava eleger principalmente trabalhadores têxteis na Câmara Municipal. Projeto que se tornou uma constante em todos os pleitos municipais, até 1962³.

Este artigo, portanto, pretende analisar as reportagens publicadas no Tribuna Popular durante o processo eleitoral que deu posse a primeira bancada comunista de Magé, em 1947, pleito que se tornou um ícone na memória dos trabalhadores locais. De fato, esses “operários à tribuna” constituíram-se em atores importantes no campo político mageense, entre as décadas de 1940 e 60, buscando a ampliação de conquistas sociais por meio da mobilização de seus pares e adquirindo um considerável capital político, tanto nos sindicatos quanto na política institucional, via mandato parlamentar. E todo esse panorama está relacionado, direta ou indiretamente, ao processo de industrialização que o município sofreu ao longo do século XX.

Fábricas de Tecidos e Organizações Operárias

Localizado ao fundo da Baía de Guanabara, o município de Magé, desde a metade do século XIX, foi pródigo em abrigar indústrias têxteis, passando de uma região essencialmente agrícola no Século XIX para uma região eminentemente industrial no século seguinte.

Nesse processo, em 1848, foi fundada, por uma companhia americana, a Fábrica Nacional de Santo Aleixo, a primeira do gênero têxtil no Rio de Janeiro. Em 1878, foi construído outro estabelecimento têxtil em Magé, a Fábrica de Tecidos Pau Grande. Na década de 1890, foram construídas mais duas indústrias têxteis: a Fábrica Andorinhas, localizada no distrito de Santo Aleixo; e a Companhia de Fiação de Tecidos Mageense, na capital do município.

Ao passo que Magé consolidava-se, lenta e progressivamente, como uma região importante na produção têxtil, movimentos organizados passaram a congregiar os operários locais em prol de melhorias em suas condições de trabalho, surgindo inclusive associações e sindicatos de classe.

² Em 2 de dezembro de 1945, foram realizadas eleições para Presidente da República e para a Assembléia Nacional Constituinte (senadores e deputados federais). Em 19 de janeiro de 1947, eleições estaduais para governador, deputados estaduais e suplentes de senadores. E no dia 28 de setembro de 1947, eleições municipais para prefeito e vereadores, além da eleição para vice-governador.

³ Em 1947, foram eleitos pelo PTB o médico Irun Sant'Anna, o comerciante e ex-operário têxtil José Muniz de Melo (licenciado durante o mandato), os tecelões Feliciano Costa e Agenor dos Santos, e o ex-operário da Fábrica de Pólvora Argemiro da Cruz Araújo (suplente empossado durante o mandato). Em 1950, elegeram-se pelo PTN o eletricitário José Aquino de Santana, o tecelão Petronílio Alves (diplomado e empossado somente no final do mandato) e a tecelã Ilza Gouvea (suplente empossada no início do mandato). Em 1954, foi eleito pelo PSB o líder camponês e ex-operário têxtil Manoel Ferreira de Lima. Em 1958 e 1962, foram eleitos e reeleitos pelo PSB os operários Astério dos Santos e Darcy Câmara.

Desde as primeiras manifestações operárias que se tem notícia no município de Magé, é possível perceber a influência dos comunistas, ainda que indiretamente. Antes mesmo da década de 1940, eles já despontavam como protagonistas nas formas de organização e lutas da classe trabalhadora mageense, sobretudo a têxtil.

Nessa trajetória, a chamada “Greve do Pano”, ocorrida em 1918 no município, foi motivada pelo sucesso da Revolução Russa ocorrida no ano anterior; a Aliança Operária, apesar da proeminência anarquista, passou paulatinamente a receber orientação comunista; e na própria fundação dos sindicatos, ainda que sob forte repressão do período do Estado Novo, os militantes comunistas participaram. Portanto, todos esses eventos podem ser considerados como um “início de luta” dos trabalhadores mageenses por melhores condições de vida, marcando decisivamente seu processo de acumulação política.

Em 1940, após sucessivos casos de malária em Magé, foi nomeado o Dr. Irun Sant’Anna para combater a doença no município. Filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCB) desde a juventude, o médico surpreendeu-se ao encontrar as cinco fábricas de tecidos que funcionavam na região e seu considerável contingente operário⁴. Desde então, passou a mesclar atividades médicas e políticas, tendo notabilizado-se tanto no combate à doença, quanto na mobilização de operários ligados ao PCB, inclusive elegendo vários deles vereadores na Câmara Municipal.

*Meio da Serra e Pau Grande deram votações tão esmagadoras ao Partido Comunista na primeira eleição pós-guerra que a região era apelidada pelos reacionários como o Moscouzinho de Magé enquanto pelo mesmo motivo, Santo Aleixo e Andorinhas eram Stalingrado*⁵.

Retorno das Eleições no Brasil

Ao promulgar a Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, o presidente Getúlio Vargas fixou o prazo de noventa dias para que fossem marcadas as eleições no país e determinou a elaboração de uma lei eleitoral. No entanto, ações empreendidas pelo governo brasileiro desde o ano anterior apontaram tanto para a possibilidade de manutenção do Estado Novo quanto para a candidatura de Vargas à Presidência da República.

Inicialmente, o projeto do Estado Novo era a formação de um partido único de massas, articulando a ação dos interventores (governadores e prefeitos) com a ação da máquina sindical, em torno do nome de Vargas. Nesse sentido, um dos fatores que marcaram sobremaneira o novo processo eleitoral foi a implantação do alistamento *ex-offício*, um procedimento que possibilitava a inscrição eleitoral em grupo de pessoas que pertencessem a organizações sindicais e outras associações, o que tornou mais ágil o processo eleitoral, como também aumentou significativamente o número de eleitores no país.

No entanto, o projeto de partido único não progrediu. Em fins de 1944, foi lançada a candidatura a presidente, em oposição ao governo, do brigadeiro Eduardo Gomes, concorrendo pela União Democrática Nacional (UDN), lançada como partido político posteriormente, em 7 de abril de 1945. A partir daí, o governo começou a articular o nome de outro candidato do governo à sucessão, sendo escolhido o general Eurico Gaspar Dutra, um dos principais ícones do golpe de 1937 e ministro da Guerra durante o Estado Novo. Além disso, o governo resolveu mobilizar as duas principais forças ligadas a Vargas em organizações partidárias distintas: os interventores estaduais, representando o que de mais significativo existia em termos de uma

⁴ Em 1940, o município de Magé mantinha cinco estabelecimentos têxteis em funcionamento: as fábricas Santo Aleixo, Andorinhas, Pau Grande, Mageense e Cometa, cada uma com cerca de 450 operários; e sua população girava em torno de 23 mil habitantes.

⁵ SANT’ANNA, Irun. Brasil: País sem Futuro?. Rio de Janeiro: Imprimatur, 1997. p.155. O cognome “Moscouzinho” é bastante recorrente em matérias jornalísticas e em entrevistas de antigos operários de Santo Aleixo. O autor, no entanto, refere-se ao cognome mencionado numa alusão aos bairros operários de Pau Grande e Meio da Serra.

nova elite política, reuniram-se para formar o seu partido, o Partido Social Democrático (PSD); enquanto que as novas lideranças sindicais começaram a acalantar a criação de um grande partido de massas de bases sindicais, resultando no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Outro episódio importante ocorreu em março de 1945, quando o PCB reconquistou a legalidade e, no mês seguinte, o líder comunista Luis Carlos Prestes foi libertado da prisão, declarando apoio a permanência de Vargas no poder e adotando a tese da “União Nacional”, tendo em vista que o Brasil, ao declarar guerra à Alemanha e a Itália, tornou-se um aliado da URSS. Além disso, para os comunistas, a ditadura do Estado Novo apresentava nesse momento os primeiros sinais de que a passagem para um regime democrático estaria próxima. Nesse interim, despontou no país o chamado Movimento Queremista, que, apoiado por trabalhistas e comunistas, defendeu a permanência de Getúlio Vargas no poder e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, tendo à frente o próprio presidente⁶.

(...) O ocaso do Estado Novo, com o movimento queremista, transformava-se numa ocasião de grandes aparições para Vargas que, insistindo em sua não-candidatura, assistia ao desenrolar dos acontecimentos. O movimento era assimétrico: caía o Estado Novo, mas crescia o prestígio de Vargas. O quadro político era complexo e tenso. (...) Nem a candidatura de Dutra, nem a de Eduardo Gomes gozavam de projeção popular (...). E o prestígio de Luis Carlos Prestes era cada vez maior. O diagnóstico era de que o PTB – sem Vargas – não tiraria do PC [Partido Comunista] o domínio das massas proletárias⁷.

Em seguida, no início do mês de outubro, Getúlio Vargas resolveu assinar o Decreto nº 8.063, que alterou, em parte, a Lei Constitucional nº 9, antecipando as eleições estaduais para a mesma data das eleições federais. Esse ato foi interpretado como uma tentativa do presidente em eleger aliados na Constituinte e nos governos estaduais, buscando se fortalecer politicamente. No mesmo dia em que assinou o referido decreto, Vargas fez seu primeiro discurso público em favor do PTB, convocando todos os trabalhadores para o partido⁸.

Toda essa tensa situação levou as forças políticas de oposição a se articularem contra o presidente, resultando na deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945. O recém-promulgado decreto foi revogado, ficando também estabelecida a convocação de uma Constituinte. Poucas semanas após a deposição, o PCB reformulou sua diretiva e resolveu lançar candidato próprio a presidente: Yedo Fiúza.

Por fim, na eleição presidencial realizada em 2 de dezembro de 1945, o candidato do PSD, general Eurico Gaspar Dutra, foi o vencedor, graças ao apoio de Vargas ao final da campanha. No ano seguinte, uma nova Constituição foi promulgada, visando a consolidação da democracia representativa no país.

Entretanto, a maior constatação dessa primeira eleição realizada no Brasil pós-Estado Novo foi o surgimento do trabalhador como eleitor, garantindo que, a partir de agora, os partidos não poderiam mais prescindir desse ator fundamental da política brasileira.

(...) O eleitorado cresceu muito numericamente, não havendo termos de comparação com as experiências anteriores, mesmo com as das eleições de 1933-34, que já haviam incorporado o voto feminino. O novo ator político responsável tanto por este inchamento quanto pela própria lógica surpreendente do resultado das urnas era, sem dúvida, a

⁶ Cf. FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997; MACEDO, Michelle Reis de. *Trabalhadores e cidadania no Brasil: O movimento queremista e a democratização de 1945*. Niterói: Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2008.

⁷ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005. 3ed. pp.208-209.

⁸ *Ibid.* p.287.

*classe trabalhadora. (...) o futuro seria dos partidos de massa e não mais dos partidos dos notáveis, que não respondiam verdadeiramente à questão da participação política*⁹.

Durante o processo eleitoral que escolheu o Presidente da República e a Assembléia Constituinte, o PCB cresceu de modo estrondoso. Nessa eleição, elegeu dezessete deputados federais e um senador. No Distrito Federal, alcançou a maioria na Câmara de Vereadores. Em São Paulo, nas eleições estaduais, obteve o terceiro lugar no total de votos, superando inclusive a UDN. Tendo seu número de simpatizantes e aderentes aumentado de forma considerável, o PCB já era considerado, em 1947, como o quarto maior partido do país, com cerca de duzentos mil militantes.

Magé e as Eleições Estaduais

Confirmando sua intensa militância comunista, o PCB despontou como o segundo maior partido no município de Magé durante as eleições estaduais, realizadas em 19 de janeiro de 1947 e que elegeu governadores, deputados estaduais e suplentes de senadores.

De acordo com a apuração dos votos distribuídos por legendas partidárias no município, em um total de 4.195, mais dezessete em branco e 208 nulos, o PSD saiu na frente com 1.552 votos (equivalente a 36,99%), acompanhado pelo PCB, com 1.223 (29,15% dos votos válidos). Eles foram seguidos, respectivamente, pelo PTB: 875 votos; pela UDN: 348; pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN): 82; Partido de Representação Popular (PRP): 59; Partido Democrático Cristão (PDC): 21; Partido Proletário do Brasil (PPB): doze; Partido Republicano (PR): onze; pela Esquerda Democrática (ED): dez; e pelo Partido Social Progressista (PSP): dois votos¹⁰.

Nessa mesma votação, foi eleito governador do Estado do Rio de Janeiro o militar Edmundo de Macedo Soares e Silva, pelo PSD, que até então ocupava o cargo de Ministro de Viação e Obras Públicas no governo Dutra. Quanto aos deputados estaduais eleitos para a Assembléia Legislativa, ficaram assim distribuídos, por partido: 24 deputados pelo PSD, catorze pela UDN, oito pelo PTB, seis pelo PCB, um pelo PRP e um deputado pelo PR¹¹. O médico Irun Sant'Anna, candidato a deputado estadual pelo PCB em Magé, não foi eleito.

Inicialmente, levando-se em conta as análises sobre partidos políticos nesse período a nível nacional, consideramos estranho a pouca inserção que teve o PTB no seio do operariado mageense, apesar da atuação de dois sindicatos têxteis; enquanto que, por outro lado, houve uma aproximação significativa do PSD com as diretorias das referidas entidades operárias.

Porém, pesquisas apontam que, na década de 1940, o PTB não conseguiu deslanchar como um partido competitivo no Estado do Rio de Janeiro, devido, principalmente, a atuação do ex-governador interventor Ernani do Amaral Peixoto, que se empenhou fortemente em transformar o Estado em um dos principais redutos do PSD.

Visando essa meta, o interventor Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas, à frente do governo fluminense de 1937 a 1945, buscou intensificar suas visitas às diferentes localidades, mesmo as de difícil acesso, sobretudo a partir de 1944, inaugurando benfeitorias, pronunciando discursos, sondando forças políticas e conclamando seus correligionários a ingressarem em seu futuro partido. No início do ano seguinte, começaram a ser organizados os primeiros diretórios municipais do PSD pelo Estado.

⁹ Ibid. p.294.

¹⁰ Resultado da 20ª Junta Apuradora: Magé. Diário da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: 22 de fevereiro de 1947. n.2.433. pp.1-2.

¹¹ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Dados Estatísticos: Eleições Federal, Estadual e Municipal realizadas no Brasil a partir de 1945. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. pp.111-114.

Logo no início de seu governo, Amaral Peixoto nomeou como prefeito de Magé, permanecendo no período de agosto a novembro de 1938, o engenheiro Salo Brand, importante correligionário do governador e, conseqüentemente, membro dessa nova elite política que passou a ocupar cargos de relevo em sua administração. Além de prefeito de Magé, Brand foi diretor do Departamento de Municipalidades, entre 1939 e 42, deixando o cargo para assumir a prefeitura de Campos, ficando como interventor até 1945. Outro homem de confiança nomeado em Magé por Amaral Peixoto foi Ivan Mariz, engenheiro e ex-jogador de futebol do Fluminense, que esteve à frente da prefeitura de 1944 a 46.

Esses foram importantes colaboradores do interventor na tarefa de instalar núcleos políticos de apoio ao governo em Magé, desenvolvendo a tática da aproximação junto aos elementos de maior prestígio na região, não se descuidando, porém, das camadas urbanas emergentes no município durante esse período. É possível, inclusive, que o crescimento desse operariado tenha refletido no aumento do número de eleitores no município.

Eleitores no município de Magé (1933-1962)

ANO	1933 ⁽¹⁾	1934 ⁽¹⁾	1949	1950	1958	1962
TOTAL DE ELEITORES	800	1.812	6.130	8.171	10.650	17.091

Tabela 3. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

(1) Sobre os dados eleitorais referentes aos anos de 1933 e 34. Cf. MAGÉ (RJ). Relatório do Exercício apresentado ao Exmo. Sr. Comte. Ary Parreiras, D. D. Interventor do Estado do Rio de Janeiro, pelo Prefeito Municipal Gilberto Huet de Bacellar. Prefeitura Municipal de Magé: s/d, 1934. p.38.

A disposição do interventor em estabelecer sua tutela sobre as camadas de baixa renda e a incipiente presença de um proletariado urbano constituem fatores explicativos da débil repercussão dos trabalhos de organização do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) fluminense. Examinando as ligações de Amaral Peixoto com os representantes sindicais e com os diretórios trabalhistas municipais percebe-se que esse partido constituiu, inicialmente, um mero apêndice do PSD-RJ, podendo-se mesmo dizer que, no Estado do Rio, o interventor articulou dois partidos¹².

Não é de se estranhar, portanto, a presença do então candidato a prefeito de Magé pelo PSD, José Ullmann Júnior, na comemoração ao Dia do Trabalho no Sindicato de Santo Aleixo. Ele acabou se elegendo no primeiro pleito municipal pós-Estado Novo, juntamente com os quatro vereadores comunistas retratados no *Tribuna Popular*.

O referido jornal, a propósito, desempenhou um destacado papel naquele processo eleitoral. Fundado em 22 de maio de 1945, no contexto da volta do PCB à legalidade, o *Tribuna Popular*, sob a direção de Pedro Pomar, serviu como um importante instrumento de agitação operária e difusão das idéias do partido.

Entretanto, em 7 de maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) resolveu cancelar o registro do PCB, decisão bastante influenciada pela nova situação internacional: a Guerra Fria entre Estados Unidos e URSS. A partir daí, ocorre uma longa batalha judicial acerca da possível cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo partido. Eles encontravam-se sem partido, embora com mandato legitimado pelas urnas. Outra questão era a eleição municipal que seria realizada em setembro, pois o PCB já despontava como um dos principais partidos do país e planejava ampliar seu espaço na política brasileira.

Desse modo, diante das incertezas, os comunistas passaram a investir em diversas frentes no intuito de manter o partido vivo. A principal delas, sem dúvida, foi a de estabelecer uma ferrenha

¹² CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e Pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. Niterói: Tese de Doutorado apresentada à Pós-Graduação em História da UFF, 1995. p.155.

batalha judicial para restabelecer a legalidade da legenda. Outra frente buscava meios legais para, caso se confirmasse o cancelamento de seu registro, ao menos os mandatos dos parlamentares comunistas fossem preservados. Um dos meios legais estudados foi a fundação de uma nova agremiação partidária, o Partido Popular Progressista (PPP), cujo registro, posteriormente, não foi reconhecido pelo TSE¹³. Todavia, por ocasião da iminente eleição municipal, o clandestino PCB resolve estabelecer entendimentos políticos com diversos partidos políticos, baseados em um programa mínimo de propostas.

Campanha Eleitoral de 1947 em Magé

Ao analisarmos o *Tribuna Popular* durante o mês de setembro de 1947, portanto, às vésperas das eleições municipais previstas para o dia 28, percebemos que o jornal tornou-se um dos principais canais de comunicação, senão o principal, entre as lideranças comunistas e seus militantes.

Em uma de suas edições, no início do mês de setembro, Luis Carlos Prestes convocou efusivamente os leitores: “*participemos ativamente das eleições municipais (...) contra Chateaubriand* [Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, diretor dos Diários Associados] e Macedo Soares [governador do Rio de Janeiro], *agentes da reação e da imprensa venal*”¹⁴.

Esse discurso de Prestes tornou-se bastante interessante para nossa análise, tendo em vista que uma das preocupações do PCB referia-se à imprensa brasileira, considerada por ele extremamente subornável a serviço do imperialismo e das camadas mais reacionárias da oligarquia e da burguesia brasileiras. Não é à toa que o partido criou, em 1947, o Movimento de Auxílio à Imprensa Popular (MAIP), que solicitava ajuda financeira de militantes e simpatizantes para manter os jornais do partido e seus afiliados.

O *Tribuna Popular* era um dos principais jornais do partido e bastante diversificado. Em suas edições, mantinha uma página exclusiva para assuntos esportivos, além de colunas permanentes para a prestação de contas das ajudas ao MAIP e seu plano financeiro, divulgação de livros e congressos do partido, anúncios e classificados. Publicava periodicamente notícias sobre o movimento operário brasileiro e internacional, as vitórias comunistas em diversos parlamentos pelo mundo e a cobertura da atuação dos parlamentares comunistas no país, principalmente na Câmara dos Deputados e na Câmara Municipal do Distrito Federal, onde compunha a maior bancada, com 18 vereadores¹⁵. Artigos de Luis Carlos Prestes e outros líderes do partido também eram frequentemente publicados, na maioria das vezes argumentando contra a cassação dos mandatos dos comunistas e criticando o cancelamento do registro da legenda.

Em Magé, especificamente, o jornal buscou mobilizar o operariado têxtil para a eleição dos candidatos apoiados pelos comunistas. Dando início a uma estratégia bastante eficaz na conquista de maior reconhecimento entre os trabalhadores e na demonstração da força de suas idéias, começaram a ser publicadas diversas reportagens sobre o ambiente operário em Magé.

Durante o mês de setembro de 47, a primeira delas referiu-se a realização de uma festa em Santo Aleixo pró-Imprensa Popular, com a presença do deputado federal comunista Gregório Bezerra. Logo no início da reportagem foi salientada a existência de uma crise na indústria têxtil nacional, que teria provocado a redução dos dias trabalhados semanalmente para três e, conseqüentemente, o pagamento de apenas a metade do salário para o tecelões das fábricas Andorinhas e Santo Aleixo. A matéria segue afirmando que o custo de vida em Magé é superior ao do Distrito Federal e da capital fluminense, Niterói¹⁶.

¹³ CARONE, Edgar. O PCB (1943-1964). Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difel, 1982. v.2. p.6.

¹⁴ *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro: 04 de setembro de 1947. p.2.

¹⁵ TSE. op.cit., pp.114-117.

¹⁶ Realmente, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a escassez de cereais, o início de uma grave crise na indústria têxtil e a constatação de profundos problemas urbanos, levou a ocorrência de diversas greves no Brasil no fim dos anos de 1940. Nesse sentido, os discursos comunistas faziam muito sentido para os setores da população que vivenciavam aquelas crises. Cf. MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). In: Diálogos. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2002. v.2. n.6. pp.45-50.

A festa foi realizada ao ar livre, em estilo junino, com baile e barraquinhas, e contou com a participação de um conjunto regional de Santo Aleixo, promovendo um “concurso de calouros” e distribuindo vários prêmios. Além disso, houve um espetáculo teatral com artistas trazidos do Distrito Federal pelo próprio MAIP.

(...) Aquela laboriosa população padece, atualmente, da falta de uma escola secundária, de um hospital ou de um centro de saúde, de uma creche e de outras obras necessárias ao seu desenvolvimento e bem-estar. Mesmo assim era de ver-se a vibração, o entusiasmo, a alegria com que esse generoso povo participou da grande festa patrocinada pelo Movimento de Auxílio à Imprensa Popular, cujo programa foi escrupulosamente organizado por Dona Olga e seus eficientes colaboradores. (...) Manifestando extraordinário carinho e amor pela sua imprensa, os operários de Santo Aleixo, mesmo assoberbados com o pouco trabalho e o valor dos parquíssimos salários, não deixaram de mandar alguma coisa com que se pudesse realizar um leilão. (...) O produto das arrematações alcançou a soma de mil cruzeiros, dinheiro que o povo gostosamente deu para a sua imprensa, por entre manifestações de júbilo e ‘vivas’ a ‘Tribuna Popular’¹⁷.

Observa-se que, neste momento, o processo eleitoral no município ainda não tinha sido oficialmente iniciado. No entanto, os comunistas já vinham estabelecendo fortes ligações com o operariado local. Inclusive, através da reportagem, conseguimos identificar, indiretamente, a participação de um daqueles que seriam candidatos a vereador. A “Dona Olga”, citada na matéria, é a esposa do comerciante santoaleixense José Muniz de Melo, ex-operário, eleito vereador juntamente com Irun Sant’Anna¹⁸.

Em 12 de setembro, o Tribuna Popular divulgou as primeiras notícias acerca das eleições em Magé. Em uma pequena nota intitulada “Campanha Eleitoral no Estado do Rio”, o jornal destacava que os preparativos para as eleições municipais transcorriam com “o maior entusiasmo”, apontando para a ocorrência de diversos comícios pelo Estado, inclusive em Magé, contando com as presenças do deputado estadual comunista Paschoal Elídio Danielie e do candidato a prefeitura mageense Jacob Israel Averbach, “democrata, que goza de grande estima da população”¹⁹.

As declarações do candidato durante o comício foram realçadas na reportagem, que se comprometeu em lutar intransigentemente “na defesa da Constituição, da democracia e dos mandatos dos parlamentares eleitos em dois memoráveis pleitos”, referindo-se aos comunistas eleitos anteriormente, que corriam o risco de perderem seus mandatos.

Além disso, pela primeira vez, o jornal indicou os nomes de alguns dos candidatos a vereador em Magé, porém não divulgou a legenda pela qual concorriam. Nota-se que a relação contém nomes de candidatos que não mantinham relação direta com o PCB, como Gilberto Câmara, Maria Clara e Carlos Cavalo. Entretanto, os comunistas foram indiretamente identificados, na medida em que se destacou sua condição de operário, com exceções do operário paugrandense Feliciano Costa e do próprio Dr. Irun. Por outro lado, alguns candidatos comunistas, como José Muniz de Melo, não constavam na relação.

(...) Nesse ‘meeting’ [o comício], foram apresentados os candidatos a vereadores da Câmara Municipal: Srs. Argemiro da Cruz Araújo, líder dos trabalhadores da Fábrica Estrela; Gilberto Câmara, Feliciano Costa, o médico Irun Sant’Anna, a Senhora Maria Clara, Agenor dos Santos, tecelão em Santo Aleixo e o Dr. Carlos Cavalo²⁰.

¹⁷ Tribuna Popular. Rio de Janeiro: 03 de setembro de 1947. p.6.

¹⁸ Irun Sant’Anna também relacionou Olga de Melo como uma das líderes operárias em Santo Aleixo.

¹⁹ Tribuna Popular. Rio de Janeiro: 12 de setembro de 1947. p.8.

²⁰ Ibid.

No dia seguinte, o jornal começou a disponibilizar um espaço exclusivo em suas edições com a agenda dos comícios eleitorais que seriam realizados pelo estado, sendo dois deles previstos para ocorrer em Magé: um em Santo Aleixo, com presença do vereador comunista do Distrito Federal Agildo Barata, e outro em Piabetá, com presença do deputado estadual comunista Celso Torres²¹.

No dia 14, foi lançado um manifesto redigido pelos deputados comunistas eleitos pelo Estado do Rio de Janeiro, esclarecendo que foram realizados acordos com praticamente todos os partidos políticos e que o critério para a escolha dos nomes e indicação das legendas foi o de reforçar a democracia. O manifesto segue com a relação dos indicados pelos comunistas às prefeituras e câmaras municipal do estado, sob a observação de que ela ainda encontrava-se incompleta, faltando tanto os nomes de alguns municípios, quanto alguns nomes de vereadores e prefeitos, lacuna que seria preenchida posteriormente. Os candidatos de Magé indicados foram: *“Para prefeito, Jacob Israel Averbach, do PTB. Para vereadores, os candidatos do PL [Partido Libertador] – Irun Sant’Anna, Argemiro da Cruz Araújo, Agenor dos Santos, Feliciano Costa, Antônio de Paula e José Muniz de Melo”*²².

A informação de que os vereadores concorreriam pelo PL, posteriormente foi retificada, na edição do dia 16, terça-feira, que trouxe a cobertura completa dos comícios realizados por todo o território fluminense durante o final de semana. Nessa reportagem, inclusive, foram disponibilizadas maiores informações sobre cada candidato a vereador, todos do PTB e *“comprovados lutadores das causas do proletariado e do povo”*.

*(...) Sábado último realizou-se um comício em Santo Aleixo, ao qual falaram os Srs. Agildo Barata, da bancada comunista na Câmara do Distrito Federal, e Irun Sant’Anna, candidato a Câmara local de vereadores. Esteve presente grande massa popular, sobretudo operários e operárias têxteis. Ontem foi levada a efeito outra concentração em Piabetá, distrito predominantemente rural, onde falaram vários candidatos a vereança, entre os quais os Srs. Argemiro da Cruz Araújo e Feliciano Costa. Discursou ainda o Sr. Celso Torres, deputado estadual da bancada comunista, que abordou o problema da terra, e a luta contra o latifúndio. O candidato mais popular, neste município, ao cargo de prefeito, é o Sr. Israel Averbach, do PTB. Da chapa do PTB à Câmara Municipal fazem parte antigos e comprovados lutadores das causas do proletariado e do povo, quais sejam: Dr. Irun Sant’Anna, médico, casado, natural do Distrito Federal, antigo médico do Serviço Federal de Malária; com seu esforço o índice sanitário da cidade melhorou muito. Antônio de Paula, casado, pastor da Assembléia de Deus, servente de pedreiro, natural do Estado de Minas Gerais, residente em Santo Aleixo. José Muniz de Melo, casado, comerciante, natural de Santo Aleixo. Agenor dos Santos, casado, operário contra-mestre, natural de Santo Aleixo. Feliciano Costa, casado, operário ajudante de contra-mestre, natural de Pau Grande, nas residências da América Fabril. Argemiro da Cruz Araújo, casado, antigo manipulador da seção de foguetes, despejado pelos reacionários e perseguido por conhecer as Leis Trabalhistas; operário, líder de sua classe, natural do Estado do Rio de Janeiro, residente no Meio da Serra (...)*²³.

Nesse momento, verifica-se que a campanha eleitoral se intensificou e o PCB, através do Tribuna Popular, procurou marcar posição frente aos adversários. Nas reportagens sobre Magé, eram consideradas como grandes qualidades de seus candidatos: sua postura em defesa da democracia, seu passado de luta em prol da população e dos trabalhadores, como também sua condição de operário. Nota-se que o pastor da Assembléia de Deus também foi classificado como servente de pedreiro. O único que foge a essa regra

²¹ Id. 13 de setembro de 1947. p.8.

²² Id. 14 de setembro de 1947. p.8.

²³ Id. 16 de setembro de 1947. p.8.

é o médico Irun Sant'Anna, que liderou toda essa geração de operários em torno do PCB. Além disso, outra referência que consideramos bastante interessante na reportagem foi a identificação do estado civil de cada candidato, todos casados. Talvez essa informação pudesse garantir maior credibilidade junto ao eleitorado.

Faltando exatamente dez dias para a eleição, o *Tribuna Popular* divulgou uma grave denúncia feita por uma moradora de Suruí, 4º distrito de Magé. Segundo Abigail Pinto dos Reis, o prédio do posto médico local havia sido fechado, passando o posto a funcionar na sede do PSD e sob direção do Dr. Radamés Marzullo, candidato a vereador pelo mesmo partido.

O jornal iniciava, portanto, uma ferrenha campanha contra os pessedistas, seus principais adversários políticos naquela cidade, entre eles Waldemar Lima Teixeira, que ocupava o cargo de prefeito interventor desde março de 1947. Sob o título *“Vergonhosas manobras eleitorais em Magé”*, a referida reportagem salientou que o serviço de assistência médica prestado pelo posto “pessedista” era de fachada, que terminariam logo após o pleito²⁴.

Outra séria denúncia veiculada através do jornal foram as *“violências em municípios fluminenses às vésperas das eleições”*, quando comícios foram dissolvidos pela polícia e candidatos detidos. Ainda assim, eram cada vez mais frequentes os comícios realizados em Magé. No dia 20, em Pau Grande e Santo Aleixo, foram realizados comício com a presença do vereador comunista do Distrito Federal e presidente da Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim Barroso. No dia 21 foi realizado mais um comício em Piabetá e, dia 24, no centro de Magé, com as presenças do deputado federal comunista João Maria Crispim e do vereador comunista do Distrito Federal Iguatemy Ramos.

Entretanto, a principal reportagem do *Tribuna Popular* sobre Magé no período eleitoral foi veiculada em 19 de setembro, por ocasião da divulgação do programa político defendido pelo candidato a prefeito Averbach e pelos candidatos a vereança. Estampando uma foto do candidato a vereador Irun Sant'Anna, a referida reportagem foi publicada no canto superior esquerdo da última página, ocupando quase um terço de todo aquele espaço, bem ao lado da cobertura do retorno do ex-presidente Washington Luis ao Brasil, que, segundo a matéria, teria sido aclamado por manifestações populares, embora tenha evitado dar declarações sobre o cenário político.

*(...) Aumenta cada vez mais o interesse da população local pelas próximas eleições municipais, já sendo dada como certa a eleição da chapa progressista, representada pelos nomes de Jacob Averbach para prefeito, e Irun Sant'Anna, Argemiro da Cruz Araújo, Agenor dos Santos, Feliciano Costa, Antônio de Paula e José Muniz de Melo, para vereador, todos registrados na legenda do PTB. Do programa de governo que esses candidatos se propõem a cumprir, constam as medidas mais reclamadas pela população local, o que explica o entusiasmo e o apoio que cercam os seus nomes (...)*²⁵.

²⁴ Id. 18 de setembro de 1947, p.8.

²⁵ Id. 19 de setembro de 1947, p.8.

do comunismo internacional. Na maioria das suas propostas, estavam questões intimamente ligadas às necessidades cotidianas dos mageenses, como a falta d'água, o transporte público caro e precário, o alto custo de vida e as precárias condições de trabalho nas indústrias têxteis²⁷.

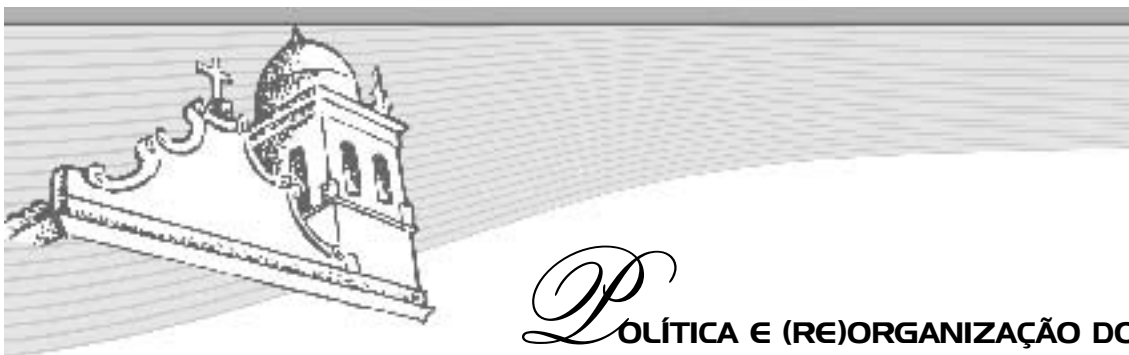
Conforme a reportagem, eles estavam muito confiantes na vitória eleitoral em Magé. Na verdade, toda essa confiança não se confirmou totalmente no resultado das urnas, já que o prefeito eleito não foi o da chapa do PTB. O prefeito eleito em 28 de setembro de 1947 foi José Ullmann Júnior, do PSD, tornando-se um ferrenho adversário dos comunistas, que viviam em permanente campanha para desprestigiar-lo²⁸.

José Ullmann Júnior, antes mesmo do período eleitoral, já buscava estabelecer ligações tanto com a direção das fábricas de tecidos quanto com os sindicatos têxteis, onde à época os comunistas não eram bem quistos. Seguindo em parte a estratégia do seu antecessor na prefeitura e correligionário, o santoaleixense Waldemar Lima Teixeira, o novo prefeito Ullmann Júnior também manteve um relacionamento bastante estreito com o governador do Estado, Edmundo de Macedo Soares, já definido por Luis Carlos Prestes, seu antigo companheiro no movimento Tenentista, como um *"agente reacionário"*.

Em suma, a primeira eleição municipal pós-Estado Novo que deu posse a inédita bancada comunista mageense, eleita em 1947, tornou-se um ícone, sem sombra de dúvidas. Na política nacional, marcou definitivamente a entrada do operariado brasileiro no processo eleitoral e a eleição de vários desses trabalhadores. Na memória dos tecelões de Magé, representou a ascensão de colegas de profissão à tribuna da Câmara de Vereadores, talvez o aspecto mais importante desse processo eleitoral, elegendo um companheiro de trabalho, um tecelão assim como eles. Nas declarações desses trabalhadores, o papel do comunismo neste feito não adquiriu tanta importância, apesar de ter sido através dele que os operários mageenses intensificaram a aquisição de seu capital político.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. **A representação política: elementos para uma teoria do campo político**. In: _____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 2 ed.
- CARONE, Edgar. O PCB (1943-1964). **Coleção Corpo e Alma do Brasil**. São Paulo: Difel, 1982. v.2.
- CASTRO, Sílvia Regina Pantoja Serra de. **Amaralismo e Pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto**. Niterói: Tese de Doutorado em História pela UFF, 1995.
- FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 3ed.
- MACEDO, Michelle Reis de. **Trabalhadores e cidadania no Brasil: O movimento queremista e a democratização de 1945**. Niterói: Dissertação de Mestrado em História pela UFF, 2008.
- MUNHOZ, Sidnei J. **Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)**. In: Diálogos. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2002. v.2. n.6. pp.45-50.
- RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos Ribeiro. **Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)**. São Gonçalo: dissertação de mestrado em História Social pela FFP/UERJ, 2009.
- SANT'ANNA, Irun. **Brasil: País sem Futuro?**. Rio de Janeiro: Imprimatur, 1997.
- SANTOS, Renato Peixoto dos. **A Saga dos Ullmann (História de Magé de 1870/1950)**. Petrópolis: Gráfica Jornal da Cidade, 1988.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Dados Estatísticos: Eleições Federal, Estadual e Municipal realizadas no Brasil a partir de 1945**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.



OLÍTICA E (RE)ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM DUQUE DE CAXIAS: Considerações acerca da Transferência da Sede da Prefeitura

Thiago Coutinho Santana¹

Os processos fragmentadores marcam a recente história da Baixada Fluminense, entretanto, nem sempre essa tendência foi seguida à risca. No caso de Duque de Caxias, uma tentativa frustrada de emancipação de dois dos seus distritos (Xerém e Imbariê) no início da década de 90, motivou uma série de reordenamentos territoriais e desencadeou impactos socioeconômicos notáveis sobre o município. O temor de uma possível emancipação impulsionou as ações de autoridades locais no sentido de evitá-la, dentre as quais, a que mais se destaca é o deslocamento da sede da prefeitura, que deixa o Centro de Duque de Caxias “rumo” ao bairro de Jardim Primavera, situado no centro geográfico do município, inaugurando uma nova era para a compreensão da política e do urbano em Duque de Caxias.

A temática da política e suas nuances na Baixada Fluminense, bem como os sucessivos (re)ordenamentos territoriais por ela provocados, permeiam o presente artigo. O ponto de partida está em explicar a transferência da sede da prefeitura no início da década de 1990. Nesse processo analisaremos também os impactos socioeconômicos e políticos provocados pela referida mudança.

Temos como hipótese que tal acontecimento se deu em função de uma disputa política, na qual o objetivo de algumas lideranças locais, cujas figuras de maior destaque eram os deputados Silvério do Espírito Santo² (PMDB) e Washington Reis³ (PSC) então opositoristas ao comando da prefeitura, era emancipar os distritos de Xerém e Imbariê, que formariam o município de Imbariê. Um dos principais argumentos do movimento estava no discurso de que a região se encontrava em estado de completo abandono, e que o descaso da administração municipal decorria da distância da sede da prefeitura - situada à época no Primeiro Distrito de Duque de Caxias, próxima do Rio de Janeiro e da Avenida Brasil, porém, afastada dos demais distritos do município.

Como “resposta” a esse argumento, no ano de 1992, o então prefeito, José Carlos Lacerda⁴ (PPR), transfere a sede da administração municipal para o bairro de Jardim Primavera, centro geográfico do município, tornando assim o símbolo máximo do poder municipal equidistante aos quatro distritos. Com esse gesto respondia ao argumento utilizado pelos defensores da emancipação. Tal medida vem acompanhada de uma série de outras atitudes, como a descentralização das secretarias municipais,

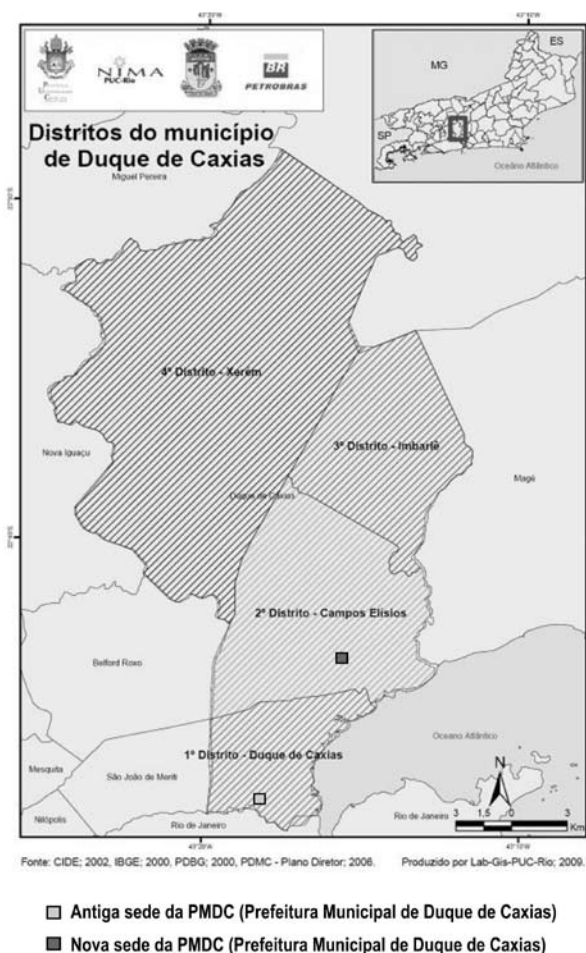
¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, leciona nas redes pública e particular do estado do Rio de Janeiro. E-mail: tcs1986@gmail.com

² Liderança tradicional em Duque de Caxias. Foi vereador, deputado estadual e federal com atuação de destaque em favor da Ditadura Militar enquanto membro do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), na época era do PMDB.

³ Oriundo de família tradicional do município, com liderança política no distrito de Xerém. Eleito vereador em 1992 pelo PSC, deputado estadual em 1994 pelo PSDB, vice-prefeito em 1996 e prefeito em 2004 e deputado federal em 2010 pelo PMDB.

⁴ Vice-Prefeito pelo PPR na chapa com Hydekkel de Freitas do PPB, assume o mandato em 1990 devido ao afastamento de Hydekkel, que além de prefeito, era suplente do senado federal, assumindo a vaga após a morte do senador Afonso Arinas do PFL.

a transferência de festas populares do antigo Centro para outros distritos, dentre outras com o mesmo objetivo: dar visibilidade a prefeitura, e dificultar uma mobilização popular em prol da emancipação, cabe ressaltar, porém, que o maior temor das lideranças da situação na época, não morava no possível êxito do movimento de Xerém e Imbariê, mas, sobretudo, na pressão que se criaria em caso de fragmentação por uma possível emancipação de Campos Elíseos, distrito bastante populoso, e que abriga uma refinaria da PETROBRAS, a REDUC (Refinaria de Duque de Caxias), o que originaria uma perda irreparável de recursos ao município, possivelmente condenando seu futuro. O mapa a seguir evidencia a dimensão da alteração supracitada e nos ajuda a entender o caso com maior clareza.



Em uma análise mais atenta sobre a história recente da Baixada Fluminense, percebemos a ocorrência de sucessivas emancipações, com fragmentações orientadas por interesses em um jogo de poder marcante na região. Todavia, no evento descrito percebe-se o processo contrário, interesses maiores em clara oposição à tendência fragmentadora na região abortaram o movimento emancipacionista.

Para que o caso descrito seja convenientemente explicado, far-se-á necessária uma profunda análise da participação de diversos atores nesse processo marcado por disputas político-partidárias representadas por oligarquias tradicionais na região, em um contexto que envolve como pano de fundo a briga pela receita dos royalties, bem como a possível inauguração de uma nova máquina pública que, por vezes, serviu de motivação a processos emancipatórios Brasil afora.

Buscamos possíveis respostas para questões que se impõem, tais como: por que Duque de Caxias resistiu à tendência fragmentadora tradicional da Baixada Fluminense? Quais foram as principais causas do fracasso do movimento emancipacionista dos distritos de Xerém e Imbariê? De que forma eles influenciaram na composição da atual estrutura socioeconômica e política do município? Que consequências esse processo acarretou para a organização do espaço urbano da região envolvida?

Teoria e Prática em Duque de Caxias

Com o intuito de elucidar as questões pertinentes ao estudo desenvolvido buscamos instrumentais analíticos e referenciais teóricos de aplicação mais imediata. Para o caso em questão consideramos essencial a análise de conceitos, como o de espaço e território, com enfoque particular no Espaço Urbano e em suas diferentes formas de produção e organização, desenvolvendo considerações acerca dos atores que o produzem direta e indiretamente. Nesse sentido, relacionaremos o aspecto conceitual com os sujeitos/objetos de estudo que a pesquisa se propõe a analisar.

Os personagens que comandavam a prefeitura na época do conflito se valem do papel que cabe às instituições para promover uma alteração importante na vida política e urbana do município, e que interfere decisivamente nos rumos do movimento emancipacionista. Tal alteração consiste na elaboração de uma emenda à lei orgânica do município, proposta pelo vereador Abdul Haikal, na qual passa a constar que a sede da administração municipal situar-se-á em seu centro geográfico, transferindo assim a prefeitura para um local equidistante de todos os distritos, refutando os argumentos emancipacionistas pertinentes à distância do poder público e ao abandono dos referidos distritos, além de aportar estrategicamente no bairro de Jardim Primavera, situado em Campos Elíseos, sede da REDUC (Refinaria de Duque de Caxias), visando garantir a manutenção de seus tão cobiçados Royalties, ameaçados até então por uma perspectiva futura de emancipações sucessivas, o que não viria a se confirmar.

Nos alinhamos com Santos (1985), quando este indica que há uma fragilidade muito grande dos conceitos enquanto mera abstração, julgando necessária uma análise da realidade espacial e temporal para formular e aplicar os mesmos.

Em Carlos (2011) temos uma contribuição crucial ao projeto, na qual contextualizamos uma nítida distinção entre organização e produção do espaço urbano, bem como damos ao mesmo uma característica social irrefutável, e que necessariamente passa pela alocação em um período histórico. Temos, portanto um espaço produzido e organizado em um período histórico delimitado com as características de sua ocupação social que esse mesmo período o confere. Ana Fani nos propõe pensar as relações sociais em sua dimensão espacial, o que em nosso ver apresenta ampla aplicabilidade no caso Caxiense. No dizer da autora: “A sociedade se apropria do mundo em um espaço determinado, o de sua produção, num momento histórico definido”. (Carlos, 2011, p54.).

Personagens, Sujeitos, Objetos e Sujeitos-objetos

Em nosso estudo, temos como principais personagens às lideranças políticas do município de Duque de Caxias no início da década de 1990, e a priori as consideraremos como sujeitos nesse caso, tanto aquelas favoráveis ao projeto emancipacionista, quanto às contrárias ao mesmo. Nos termos de situação x oposição, temos uma dualidade de sujeitos aparentemente conscientes do papel que exerciam naquele momento histórico e permeados de interesses os mais diversos possíveis. Consideramos ainda uma parcela da população local, agentes fundiários que acompanhavam o desenrolar da história com interesse. No mesmo sentido, classificamos como objeto de estudo inicialmente a população de Duque de Caxias como um todo, mas em especial a parcela de habitantes restrita aos distritos de Xerém e Imbariê que carece de uma análise mais profunda sobre uma conscientização ou não a respeito do fato acontecido. A própria prefeitura enquanto instituição se enquadraria na condição inicial de objeto, bem como a organização política-administrativa peculiar do município.

No que concerne à população do município, acreditamos que a maior parte dela a época não se enquadraria na condição de sujeito cognoscente, ou seja, não se apresentava consciente de si e do seu papel, deixando a “decisão” ou as ações sobre emancipar ou não, a cargo das camadas mais abastadas e/ou intelectualizadas da região. Todavia, a não participação dessa parcela da população também é fator preponderante no desfecho do caso, haja vista que o plebiscito realizado em 1995 foi anulado por falta de quórum.

Entendemos que independentemente da classificação inicial, todos os atores citados se encaixam na condição de sujeito-objeto, pressupondo que o sujeito constrói o objeto e é reconstruído por este, sendo fundadores de uma verdadeira dialética.

Podemos estabelecer um diálogo entre o conceito operante de nosso projeto, ou seja, a produção do espaço urbano e os sujeitos-objetos da pesquisa a partir da premissa que alguns desses sujeitos interferem diretamente na forma de produção e organização do espaço urbano de Duque de Caxias. Para referendar essa linha de raciocínio apresentaremos algumas consequências das ações acontecidas no decorrer da década de 1990.

Conforme citado inicialmente a ação mais simbólica de todo o processo emancipacionista é tomada pelo então prefeito José Carlos Lacerda ao transferir a sede da administração municipal do bairro Jardim Vinte e Cinco de Agosto, situado no primeiro distrito, para o Bairro de Jardim Primavera, no segundo distrito. Junto com a prefeitura, algumas secretarias importantes são transferidas, embora a câmara municipal tenha permanecido em seu local de origem. A nova localização da administração municipal, as margens da rodovia Washington Luiz é estratégica e acompanha o processo de valorização no entorno da estrada. A chegada da prefeitura valoriza o bairro de Jardim Primavera e cria uma grande especulação imobiliária nas proximidades, criando uma nova lógica aproveitada pelos agentes fundiários da região. A transferência de festas populares para os bairros do segundo e terceiro distritos dão uma nova dinâmica simbólica a esses espaços e passam a ser acompanhadas pela instalação de novos empreendimentos, sobretudo industriais nos bairros próximos à rodovia, conferindo uma característica ocupacional diferente daquele ambiente bucólico predominante até então em alguns bairros do terceiro e quarto distritos.

Dessa forma o conflito entre alguns “sujeitos” como José Carlos Lacerda, o então prefeito, e Silvério do Espírito Santo, Washington Reis, principais lideranças emancipacionistas, resulta na transferência da instituição PREFEITURA (sujeito-objeto), e passa a reorganizar o espaço urbano do município, através de mudanças do perfil econômico em distritos como Imbariê, que passa da condição de área majoritariamente ruralizada que contava com pequenos serviços a área de ocupações urbanas incipientes, mas impulsionadas por um crescimento industrial latente, proveniente do eixo rodoviário supracitado. A população enquanto sujeito-objeto é diretamente afetada por essas mudanças de “planejamento”, com um redirecionamento locacional emergencial. Podemos afirmar então que essas relações compõem relações materiais e imateriais, tendo em vista a grande carga de simbolismo presente na transferência.

Caracterização Socioeconômica

No que tange às atividades econômicas desenvolvidas em Caxias, observamos uma evidente diferenciação espacial por funções de acordo com seus distritos. Nos casos de Xerém e Imbariê tanto o setor secundário quanto o terciário convivem com resquícios de uma “ruralidade” que os acompanhou ao longo de suas trajetórias, atentando ainda para o fato de que estes são menos populosos que os demais, e apresentam reduzida densidade demográfica, tendo em vista sua significativa extensão territorial. Essas características socioeconômicas contrastantes com o Centro e Campos Eliseos, reforçaram os argumentos favoráveis a formação do movimento emancipacionista proposto por políticos com “currais eleitorais” estabelecidos nessas áreas.

No início da década de 90, Duque de Caxias já apresentava grande potencial socioeconômico, o que despertava diversos interesses e disputas políticas. Essa tendência se manteve e pode ser corroborada no quadro a seguir:

Tabela 01: Dados da Cidade

Localização: Baixada Fluminense
População: 864.392 habitantes (IBGE/2008)
Densidade populacional: 1.813,9 hab./km ²
IDH: 0,753 (PNUD/2000)
Área: 468,3 km ²
Limite geográfico: Belford Roxo • Rio de Janeiro • Magé, Miguel Pereira • Nova Iguaçu • Petrópolis e São João de Meriti
PIB: R\$ 20,125 bilhões (Cide/2006)
Renda per capita: R\$ 21.722,00 (IBGE/2005)

Fonte: Prefeitura de Duque de Caxias

Os dados apresentados permitem ao leitor mais atento perceber a grandeza do município, que conta com quase 1(um) milhão de habitantes e ostenta um dos maiores PIBs (Produto Interno Bruto) do país, o segundo maior do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, a mesma análise evidencia a desigualdade no tocante à distribuição de renda, observada na pontuação do IDH (Índice de desenvolvimento Humano) da cidade. Ressaltamos que o elevado PIB se deve, principalmente, às atividades industriais atraídas pelas vantagens comparativas da região.

Além do incremento no setor secundário, amplia-se a geração empregos indiretos no setor terciário, porém tais benefícios e o desenvolvimento fruto deles se concentraram em dois dos distritos do município, conferindo uma característica de centralidade de atividades urbano-industriais e proporcionando uma aglomeração populacional nos mesmos, ao passo que verdadeiros “vazios demográficos” coexistiam em outras áreas do município, compondo o que chamamos de “duas cidades em uma”.

Considerando as funcionalidades econômicas relativas aos distritos na história recente do município, acreditamos ser verdadeira a seguinte configuração: no Centro (1º distrito), a ocupação inicial foi orientada em função da linha férrea, desenvolvendo-se em seu entorno moradias e numerosas atividades comerciais, caracterizando a região pelas atividades terciárias, tradicionalmente geradoras de grande volume de empregos, provocando um incremento no ritmo do crescimento populacional da área, em que pese o fato de em um primeiro momento a urbanização local ter sido pautada na constituição de um modelo de cidade-dormitório, com a maior parte de seus habitantes trabalhando e/ou estudando na cidade do Rio de Janeiro.

Campos Elíseos (2º distrito), por sua vez, apresenta uma característica urbana vinculada ao processo de industrialização, que tornou a área uma das mais populosas do município. Em Duque de Caxias, o processo industrial inicia-se através da instalação da FNM (Fábrica Nacional de Motores) em Xerém, mas se consolida a partir da instalação da REDUC em Campos Elíseos, cuja “vocação” industrial ganhou recentemente (2005) um “reforço de peso”, com a instalação de um Polo Gás Químico na área. Empreendimentos desse porte geraram inúmeros empregos diretos e indiretos, atraindo expressiva população para seu entorno. Essa concentração se justifica também pela presença do eixo ferroviário, e posteriormente rodoviário, devido à construção da Rodovia Washington Luís no ano de 1946, fato relevante e impulsionador para tornar o local atrativo, visto que está situado em uma cidade da região metropolitana do RJ, de custos reduzidos, próxima ao maior mercado consumidor do país, dispondo da infraestrutura necessária para o escoamento da produção.

Em Imbariê (3º distrito) e Xerém (4º distrito), durante um longo período, a presença de atividades ligadas ao setor primário é uma característica que contrapõe o disposto nos demais distritos, todavia a partir da instalação da Rodovia Washington Luiz o processo de industrialização chegou a esses locais, embora não se verifique na mesma proporção que em Campos Elíseos, podendo ser dito o mesmo com relação ao setor terciário na região, com serviços restritos, e dependentes daqueles situados no Centro do município.

O somatório desses processos e formas sociais possibilita que pensemos em Duque de Caxias, ou parte dela, como uma nova área central, resultante de uma descentralização e/ou expansão proveniente da metrópole carioca. Esse processo descrito por Corrêa como uma relação entre Centralização e formação de Área Central, entre Descentralização e formação de Núcleos Secundários podem ser aplicados ao caso estudado, se pensarmos que a valorização do solo na metrópole carioca impulsiona a “fuga” da capital, com consequente espalhamento das atividades de algumas empresas por sua região metropolitana. Duque de Caxias conta com uma condição privilegiada em termos de acessibilidade, o que se verifica, sobretudo por sua expansão industrial ao longo da Rodovia Washington Luís, confirmando seu posicionamento inicial enquanto núcleo secundário da capital, mas que com o decorrer do tempo apresenta a possibilidade iminente de formar de uma nova área central relativa à polarização exercida sobre alguns municípios da Baixada Fluminense.

As diferenças socioeconômicas expostas são apontadas como justificativas para o movimento emancipacionista proposto por políticos com “currais eleitorais” estabelecidos nesses distritos, entretanto, por conta do reduzido dinamismo econômico, tais regiões contam com um contingente demográfico pouco expressivo se comparadas às demais, o que dificultou a mobilização, reduzindo seu apelo popular, o que, a posteriori poderá evidenciar um caráter elitista do movimento.

A divisão econômica apresentada, associada à profusão de movimentos emancipatórios bem sucedidos na Baixada Fluminense após 1988, atreladas ao interesse sobre a destinação dos recursos oriundos dos royalties do petróleo, conduziram ao surgimento e amadurecimento da ideia de se criar um novo município.

Razões Políticas

Para entender o contexto da época, faz-se necessária a apresentação dos atores envolvidos, e sua configuração político-partidária. Após a redemocratização, na eleição de 1988, Hydekêl de Freitas⁵ (PPB) assume a prefeitura, tendo como vice José Carlos Lacerda (PPR), para um mandato que iria até 1992. Entretanto, nas eleições de 1990, Hydekêl se afasta da prefeitura para ocupar uma “cadeira” no senado federal pelo mesmo partido, abrindo espaço para que Lacerda assumisse a condição de prefeito entre os anos de 1990 e 1992. Lacerda herda alguns problemas administrativos e tem de conviver com pressões de lideranças tradicionais na cidade. Este não gozava do mesmo prestígio de seu antecessor, tampouco de sua fama e carisma na região. Ainda assim, o prefeito “interino” demonstrará habilidade política no caso específico do qual trataremos a seguir. Nesse sentido, nos alinhamos com o pensamento de Alves (2003) quando este afirma que a política da Baixada Fluminense, assim como a da maior parte dos municípios brasileiros, sempre foi pautada na importância da figura dos políticos, personalizando a resolução de problemas, e contando em alguns casos com a cultura da violência e do clientelismo como forma de promover a formação de “currais eleitorais”. Seguindo essa característica peculiar, tornou-se habitual que “representantes de bairros” fossem eleitos vereadores. Alguns, de maior expressão, ultrapassam esses limites sem perder, no entanto, a característica de personalizar a atividade política.

Seguindo essa tendência, e devido ao fato de contar com poucos bairros em um comparativo com o primeiro e o segundo distritos, Imbariê e Xerém terão suas respectivas lideranças políticas, que buscam se legitimar através de práticas clientelistas, como a formação de centros sociais que oferecem diversificados serviços “gratuitos” a população. Nesse contexto, dois políticos emergem no cenário municipal, são eles: Silvério do Espírito Santo, que “cuidava” dos interesses de Imbariê, e Washington Reis, representante de Xerém.

O primeiro participou ativamente da ditadura militar e, na época do fato narrado, era deputado estadual pelo PMDB. Já Washington Reis, era um jovem de família tradicional na região, que despontava como liderança local, e que seria eleito o deputado estadual mais jovem do estado no ano de 1994, pelo

⁵ Político de prestígio na região, que se notabilizou por ser genro de Tenório Cavalcanti.

PSC (Partido Social Cristão). Ambos tinham interesses em comum e contavam com aliados na Câmara Municipal de Duque de Caxias. Durante o mandato tampão de Lacerda, articularam-se e elaboraram uma proposta de emancipação dos distritos de Imbariê e Xerém, que formariam o município de Imbariê. Como justificativa tais lideranças enumeraram alguns argumentos. Para iniciar a listagem desses, optamos pelo discurso corrente entre os defensores da fragmentação, da existência de uma clara distinção entre área urbana e área rural que caracterizava a cidade no fim da década de 80. Para tal, buscamos referências em Simões (2000):

“O fio condutor deste trabalho é demonstrar que os processos de emancipações da Baixada Fluminense são resultado de um intenso processo de diferenciação, comandada pela dinâmica econômica, entre os diversos subespaços da região”. (Simões, 2000, p.20)

Nesse caso, é cabível a distinção entre as dinâmicas econômicas de cada distrito do município, argumento favorável à corrente fragmentadora. Contudo, o principal argumento no qual se embasou a proposta estava na suposta ausência do poder público nas áreas de Xerém e Imbariê provocada pela grande dimensão territorial da cidade, associada à precária estrutura municipal mantida pelo governo local. Esse cenário dificultaria o acompanhamento por parte do poder público, que não conseguiria atender a todas as áreas de maneira igualitária, priorizando o Centro e Campos Elíseos, devido à maior representatividade econômica e demográfica, fazendo-se necessária a criação de uma nova cidade. Nessa linha específica, utilizamos como referência Singer (1971) e Sjöberg, (1965) que destacam duas pré-condições que condicionam o surgimento das cidades: a existência de um excedente econômico que pode ser acumulado e o surgimento de uma estrutura de classes que determina quem administrará e/ou se apropriará desse excedente.

Em nossa perspectiva, as pré-condições propostas não existiam em Imbariê e Xerém, haja vista que o potencial financeiro somado de ambos não era muito representativo se tomarmos por base suas atividades econômicas predominantes. O mesmo não se verificaria caso incluíssemos Campos Elíseos, por exemplo. Porém, segundo os autores da proposta de emancipação, o notório abandono desses distritos se configurava de modo claro por conta da localização dos principais equipamentos da prefeitura, incluindo sua sede.

Sendo assim, torna-se propício o início de um movimento emancipatório, que surge em um contexto aparentemente favorável, embasado também no discurso retórico da escala nacional, com o exemplo de Brasília ainda vivo na memória dos brasileiros, já que a nova capital houvera sido escolhida, segundo um dos argumentos oficiais, pelo fato de ser o centro geográfico do país, tornando-se equidistante a todas as regiões. Temendo um maior apelo promovido por esses argumentos, e impulsionado principalmente pela possibilidade de perda de receita e poder, inicia-se um contra-movimento - de resistência - cujo objetivo era evitar a emancipação. A interpretação da lei orgânica do município regerá as ações das duas correntes envolvidas no conflito.

Nesse sentido, a mobilização do prefeito e de seus aliados traz consigo um duplo temor, inicialmente pela possível emancipação de Imbariê - Xerém e Imbariê formariam o município de Imbariê pela proposta original - e de que isso fosse a senha para uma inevitável emancipação de Campos Elíseos, distrito maior e mais populoso, o que acarretaria um forte comprometimento das finanças do município, haja vista a concentração industrial e dinamismo econômico supracitados.

Simões (2000) afirma que na maioria dos casos de emancipações bem sucedidas na Baixada Fluminense, estas não foram meros arranjos eleitoreiros, e sim imposições de diferenças culturais e socioeconômicas, o que não percebemos claramente em Caxias. Em nossa análise, “o movimento” se interessa por, de fato, criar um novo município, de pequena população e precária infraestrutura, de dinamismo econômico reduzido, que não apresentaria um futuro socioeconômico promissor, nem traria benfeitorias notáveis, a priori, para sua população. Interpretamos, então, que o interesse na criação do novo município parte essencialmente das elites locais, que o coordenam e buscam angariar partidários do povo para lhes servir de massa de manobra, forçando uma situação embaraçosa para o governo municipal.

Em jogo, estavam a criação de uma nova máquina pública, além do iminente fortalecimento político de parte dos envolvidos no processo, que ganham notoriedade com o desenrolar do caso. Podemos identificar na realidade do início da década de 90 em Duque de Caxias um contexto no qual as relações de poder propunham uma nova territorialidade, fragmentadora, repartindo o município e buscando formar uma nova identidade, fator preponderante nas emancipações da Baixada Fluminense. Todavia, essa reterritorialização, no dizer de Haesbaert (2006), seria elaborada a partir da vontade de uma classe dominante que, para tanto, necessitaria de apoio maciço das camadas mais populares da sociedade Caxiense, o que não ocorreu de fato. Posto isso, a parcela mais relevante da história, que é foco do presente estudo, está na manobra proposta por José Carlos Lacerda para evitar que “o pior” se concretizasse. Valendo-se da emenda a lei orgânica do município, com o objetivo de evitar a fragmentação compulsória, conta com o apoio da maioria dos vereadores, ao propor a alteração da sede da prefeitura para o centro geográfico do município, estabelecido no bairro de Jardim Primavera, no distrito de Campos Elíseos. Para tal, em regime de urgência, a prefeitura aluga um prédio no bairro e transfere aos poucos seus serviços para o local, tentando mostrar à população a preocupação uniforme do poder público com todas as áreas do município, rechaçando a acusação recorrente de abandono aos distritos mais afastados do Centro. Essa manobra política ameniza as pressões e impulsiona um movimento antifrmentador. A sede da prefeitura passa por um período de instalações provisórias até ser adquirido o terreno onde será erguida a sede definitiva no referido bairro, às margens da Rodovia Washington Luiz. Concomitante a essa ação a corrente pró-emancipação passa a perder força, e a mobilização, que já não era tão grande, tende a esmorecer, principalmente em função de os principais interessados na história serem quase exclusivamente as elites locais que, ainda assim, conseguem a autorização do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) para a realização de um plebiscito, anulado por falta de quórum.

Assim, consideramos que a manutenção da unidade política e territorial do município, a partir da manobra estabelecida por Lacerda, escreve uma importante página na história de Duque de Caxias, ao limitar as ações dos emancipacionistas, que somadas a outras medidas, cujas análises se darão em futuros trabalhos, acabam por impedir sua fragmentação e promover um reordenamento forçado a ser analisado nas considerações a seguir.

Considerações Finais

Podemos ratificar que as causas da manutenção da unidade de Duque de Caxias perpassam pela reduzida mobilização popular em Imbariê e Xerém, associada às ações promovidas pelo então prefeito José Carlos Lacerda e seus partidários, visto que excetuando-se os principais incentivadores do movimento, segundo relatos de entrevistados⁶, as demais lideranças do município não aparentavam grande interesse na constituição de uma nova cidade.

À luz desses acontecimentos, a transferência da prefeitura para Jardim Primavera inicia um novo ciclo de uso do solo no bairro, que ganha novos status e funcionalidade, passando a ser notado como um dos mais importantes do município a partir de então. Todavia, é necessário ressaltar, que tal bairro continua contando com inúmeros problemas.

No tocante aos distritos de Xerém e Imbariê, destacamos que não se tornaram um município por um somatório de fatores, que vão desde sua pequena população e expressão, passam pela ausência de mobilização das classes populares e a força política insuficiente das elites locais na época do plebiscito (1995), causando a sua anulação por falta de quórum. Nesse mesmo sentido, ressaltamos dois aspectos teóricos que chamam atenção por sua relação com o empírico observado ao longo da pesquisa, são eles: a não definição de uma identidade própria de Xerém e Imbariê que fossem suficientes para impor a criação

⁶ Foram entrevistados ex-vereadores, populares de Xerém e Imbariê, professores do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação que participaram da mobilização contrária à emancipação e historiadores do Instituto Histórico do Município.

de um novo município, bem como a reduzida acumulação de recursos dos dois distritos, caracterizados por funções primárias e por serviços de pouca complexidade, insuficientes em nosso entendimento para formar uma nova cidade.

Todo esse processo contribui para a interiorização de serviços antes restritos ao Centro antigo, dando maior destaque a Campos Elíseos e valorizando o Jardim Primavera. As consequências supracitadas no tocante à especulação imobiliária, elevação do status social, valorização do bairro, formação do processo de segregação socioespacial, denotam a importância que a presença do poder público exerce no cotidiano da população, e como a percepção do simbólico pode amenizar possíveis impactos negativos, se revelando preponderante na elevação de status do bairro.

Acerca das conclusões parciais ao longo da pesquisa, estabelecemos como prioridade a sugestão de políticas que regulem as habitações locais, visto que as irregulares são maioria, apontando para a necessidade de se regularizar aquelas já existentes com condições para isso e buscando impedir a expansão do crescimento urbano desordenado, a cidade fora dos planos, como enuncia Maricato (2000), que resulta em favelização de grande parte da região.

Apontamos como alternativa viável e necessária, o investimento em melhorias no transporte ferroviário como opção para o escoamento do fluxo de trabalhadores locais, que se concentra nos ônibus, o que poderia desafogar o trânsito concentrado na rodovia Washington Luiz e melhorar a qualidade de vida da população local. Entretanto, é premente a necessidade de uma maior regulação dos órgãos competentes, o que mais uma vez envolveria uma integração entre poder público municipal, estadual e iniciativa privada, compreendendo que nesse caso a participação da prefeitura se encontra extremamente limitada em um comparativo aos demais agentes. Todavia, a maior contradição notada se dá na ampliação dos serviços da prefeitura no local e no contraste obtido através das entrevistas realizadas. Segundo a maior parte dos habitantes, sobretudo o das áreas mais pobres, a sensação que se tem é a de que a prefeitura “está, mas não está” em Jardim Primavera. Isso se deve à ausência constante dos mandatários, já que estes costumam despachar de escritórios comerciais no Centro ou em outras áreas da cidade e até mesmo fora dela, associado à presença exclusiva do espaço físico, sem necessariamente implicar em melhorias das condições sociais da parcela mais pobre da população, finalizando a contradição dessa forma.

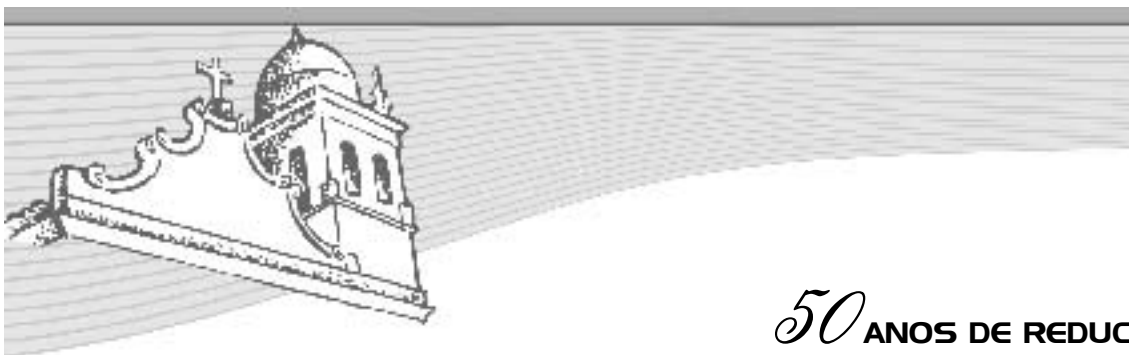
Com relação à geopolítica da Baixada, fica evidente na forma como o caso foi conduzido que não há espaço para “princípios”, onde velhas práticas se perpetuam e através do carisma e do clientelismo acabam por constituir currais eleitorais, geograficamente espalhados de forma descontínua pelo município.

Outro enfoque conclusivo em relação às motivações políticas é o da valorização em um cenário local e regional, obtida pelas lideranças que “fracassaram” no movimento emancipatório, mas que chamaram a atenção da população e desde então se perpetuaram no poder em outros cargos.

Sobre os distritos, os principais impactos notadamente se concentram em Campos Elíseos, embora o Centro sofra algumas perdas, sobretudo no que tange a atividades culturais e de lazer. Quanto a Xerém e Imbariê ganham notoriedade e um “cuidado maior” por parte das autoridades “escaldadas” pelo caso apresentado. Encerramos com um estímulo a continuidade e aprofundamento dos estudos sobre a região, contribuindo para a academia em sua relação com a sociedade, e rogando que este trabalho estimule novos projetos a partir das provocações aqui apresentadas.

Referências Bibliográficas

- ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.
- BREMAEKER, F.E.J. **Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções**. *Revista de Administração Municipal*, v. 40, n. 206, p.88-99, jan-mar. 1993.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.) **“Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico”**. In: *A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1996. 85 p. *Série Princípios*.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 252 p.
- HARVEY, David. **“O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas”**. *Espaço & Debates*, São Paulo, n.6, p. 6-35, jun./set., 1982.
- LACERDA, Stélio José da Silva - **A emancipação política do município de Duque de Caxias (uma tentativa de compreensão)**. In: *Revista Pilares da História, Ano II – Número 03 – dezembro de 2003*.
- LAVINAS, Lena e NABUCO, Maria Regina. **“Regionalização: problemas de método”**. *Espaço e Debates*, n.38, ano XIV, p. 21-26, 1994.
- LEFBVRE, Henry. **O direito a cidade**. Centauro, 1969.
- LOPEZ TRIGAL, L; POZO, B. **Geografia Política**. Madrid: Cátedra, 1999.
- MAGALHÃES, João Carlos. **Emancipação Político-Administrativa de municípios no Brasil**. In: *Dinâmica dos municípios: IPEA 2007*.
- MARICATO, Erminia. **“Brasil 2000: qual planejamento urbano?”**. *Cadernos IPPUR*, n. 1 e 2, Ano XI, p. 113 – 130, 1997.
- _____. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: RJ, 2000.



50 ANOS DE REDUC: Momento para Reflexão sobre Desigualdades e Injustiças Ambientais relacionadas às Indústrias do Petróleo, Petroquímica e Química

Sebastião Fernandes Raulino¹

Introdução

A Refinaria Duque de Caxias começou a ser pensada alguns meses antes da criação da PETROBRAS: no dia 04 de abril de 1952, o Conselho Nacional do Petróleo aprovou o Plano de Localização de Refinarias de Petróleo, que previa a construção de uma refinaria localizada na costa e que atenderia a zona geoeconômica dos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Espírito Santo e parte de Minas Gerais (COSTA, 2008).

O projeto original da refinaria foi elaborado pela Foster Wheeler Corporation, empresa que venceu concorrência pública aberta pela PETROBRAS em 1956 e cujo resultado foi anunciado em 30 de abril de 1957. No mesmo ano se iniciaram as construções (COSTA, *ibidem*)².

A inauguração se deu em 20 de janeiro de 1961, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, embora a partida (início das operações) só tenha ocorrido em 9 de setembro do mesmo ano, já no mandato do ex-presidente João Goulart³. A REDUC foi a primeira refinaria construída pela PETROBRAS (as outras foram incorporadas) (PETROBRAS, 2011).

O início das operações do Complexo Industrial formado pela Refinaria Duque de Caxias (REDUC) e pela antiga Fábrica de Borracha Sintética (FABOR), em 1961, representou um marco extremamente importante para o desenvolvimento econômico do município de Duque de Caxias (e do Estado do Rio de Janeiro): em pouco mais de um ano, a produção industrial da cidade – que já superava a agrícola desde os anos 1940 – elevou-se 16 vezes em relação ao ano-base. Este crescimento foi bem superior aos 2,5 gerados com o pleno funcionamento da antiga Fábrica Nacional de Motores (FNM) entre 1954-55 (M. ROBERTO ARQUITETOS, 1970, vol. II, p. VI/1).

Com o decorrer do tempo, a refinaria foi sendo ampliada, com a instalação de novas unidades industriais, o que a tornou a mais complexa e completa refinaria do Sistema PETROBRAS, dada a produção de diferentes derivados de petróleo: a REDUC, por exemplo, tem o maior conjunto para a produção de

¹ Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Mestre em Ciência Ambiental (UFF). Especialista em Educação para Gestão Ambiental (UERJ). Licenciado em Ciências Biológicas (UERJ). Professor das Redes Municipais de Duque de Caxias e Rio de Janeiro. Contatos pelo e-mail sebastiaoraulino@gmail.com

² A REDUC teria sido chamada inicialmente Refinaria Rio de Janeiro (REFRIO), conforme depoimento em relato de história oral de um ex-funcionário da PETROBRAS, hoje aposentado, que trabalhou na obra e guarda crachá da época com essa informação. Informações mais precisas, nesse sentido, ainda devem ser coletadas (RAULINO, 2009).

³ Em relação à data escolhida para a inauguração, convém lembrar que o mandato do ex-presidente Juscelino Kubitschek se encerraria em 31 de janeiro de 1961. Além disso, 20 de janeiro é o dia do padroeiro da Cidade do Rio de Janeiro, São Sebastião, daí a importância da data para o fato político, embora a REDUC esteja no Município de Duque de Caxias. Fato curioso é que, entre a inauguração e a partida, transcorreu o controvertido governo de Jânio Quadros.

lubrificantes do país (COSTA, 2008; PETROBRAS; MINERAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE, 2007) e transitou entre a 3ª e 4ª posição em produção de combustíveis nos últimos 10 anos. Sua instalação, dessa forma, permitiu a formação de um complexo petroquímico no distrito de Campos Elíseos. Na cidade de Duque de Caxias, como um todo, cerca de 76% das indústrias são ligadas ao setor químico (TCE, 2007 apud RAULINO, 2009).

Cabe ressaltar que este desenvolvimento, a partir do modelo industrialista adotado, já era indicado como “destino” no primeiro, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Duque de Caxias, de 1970, que afirma: “parece inevitável que a refinaria, juntamente com a fábrica de borracha, induzam à implantação de indústrias químicas, de artefatos de borracha e congêneres” (M. ROBERTO ARQUITETOS, *ibidem*, v.II, p. VI/1), ressaltando, ainda, a alta produtividade desses tipos de indústrias. Essa situação se repete no Planejamento Estratégico Municipal da Cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, 1999, p. 01) e revela o discurso dominante sobre um caráter evolutivo unidirecional do “desenvolvimento”, de base tecnológica e industrial.

Em 2005, o montante de impostos pagos pela refinaria correspondeu a cerca de 8 vezes a receita tributária do município de Duque de Caxias, sendo a REDUC responsável por cerca de um terço da arrecadação da cidade (PETROBRAS; MINERAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE, 2007). A REDUC seria responsável por cerca de 1,2 bilhões de reais em impostos pagos por ano ao governo (PETROBRAS, 2011).

Contudo, apesar de todo esse “desenvolvimento” não houve o planejamento urbano necessário para receber as populações migrantes que vinham dos sentidos centro/periferia e campo/cidade trabalhar na REDUC e outras indústrias que se instalavam na região, bem como em outras atividades econômicas que surgiam ao seu redor. As pessoas que chegavam à Baixada Fluminense⁴ não encontravam um mínimo de infra-estrutura urbana, estabelecendo-se em geral em loteamentos precários criados de maneira desordenada. Esta situação permanece até hoje em muitas localidades, inclusive nos bairros próximos à refinaria, no distrito de Campos Elíseos, onde ela está situada, cuja população alcança 243.767 habitantes, segundo o Censo 2000 (IBGE, 2000 apud RAULINO, 2009).

Além disso, indicadores das condições de vida locais, como acesso aos serviços de saneamento básico continuam baixos, como descrito em RAULINO (2009) e RAULINO (2002). Apesar de bons indicadores econômicos, chegando a se tornar o 2º maior PIB do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2002, a cidade de Duque de Caxias - com população de 818.432 habitantes - (IBGE, 2010) ocupa apenas a 1.786ª posição no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal (IDH-M) de 2000 em 5507 municípios brasileiros analisados (PNUD BRASILa, 2006 apud RAULINO, 2009, p.63 -64). Cabe ressaltar as limitações de índices como esse para avaliar a qualidade de vida de uma localidade, problema que envolve, por exemplo, a escolha das variáveis consideradas pelos pesquisadores⁵.

Como resultado de todo esse processo, a população do entorno da refinaria estaria mais exposta a uma gama de situações consideradas de risco/danosas tais como: habitações precárias, em locais com riscos de enchentes, falta de equipamentos públicos de saúde, abastecimento regular de água tratada e de outras ações de saneamento, que se somam aos riscos de vazamentos de óleo (como o de 2000)

⁴ As definições sobre o que vem a ser Baixada Fluminense são diversas. Neste texto, a Baixada Fluminense, seria a região predominantemente de planícies baixas, situada, em sua maior parte nos compartimentos noroeste e oeste da Bacia Hidrográfica da Baía da Guanabara, concentrando os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, São João de Meriti, Japeri, Mesquita, Nova Iguaçu, Nilópolis e Queimados. Historicamente pode-se acrescentar, ainda, Magé, Guapimirim, Itaguaí, Seropédica e Paracambi na divisão administrativa da Baixada Fluminense, dos quais os três últimos municípios, ao lado de Japeri e Queimados, não são contribuintes da Região Hidrográfica da Baía da Guanabara (COSTA, 2008; PRADO, 2000; OLIVEIRA; PORTO; SANTOS JÚNIOR, 1995; GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO; CONSÓRCIO ECOLOGUS-AGRAR, 2005, p. 27 apud RAULINO, 2009).

⁵ A metodologia do IDH-Municipal baseia-se na utilizada no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que compara o avanço não apenas na dimensão econômica de uma população, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana, dos diversos países do mundo, a partir das variáveis educação, longevidade e renda. O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) à 1 (desenvolvimento humano total). Segundo o PNUD, “O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da ‘felicidade’ das pessoas, nem indica ‘o melhor lugar no mundo para se viver’” (PNUD BRASILb, 2006 apud RAULINO, 2009).

gases (como o de alumínio silicato de sódio, o “pó branco”, em 2001, e o de GLP em 2011), lançamento de efluentes industriais nos rios e Baía de Guanabara, contaminação de solos, transporte de cargas perigosas, proximidade de oleodutos e gasodutos, áreas de armazenamento de combustíveis e outros derivados do petróleo, emissões gasosas poluentes, explosões e incêndios (como o de 1972). Essas situações podem ser compreendidas como de desigualdade ambiental e apontadas como “injustiças ambientais”, categorias relevantes neste artigo, entendendo-se desigualdade ambiental como não apenas a exposição de indivíduos e grupos sociais a riscos ambientais diferenciados, pois todos, de alguma maneira, sofrem algum tipo de desigualdade ambiental⁶, mas uma forma mais específica, que é sua relação com outros tipos de desigualdades presentes na sociedade, tais como as desigualdades entre raças, sexos, grupos de renda, etc. Neste caso, os indivíduos são desiguais ambientalmente porque são desiguais de outras maneiras (TORRES, 1997 apud RAULINO, 2009).

Já por injustiça ambiental, noção diretamente relacionada à de desigualdade ambiental, entende-se o:

[...] mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (DECLARAÇÃO FINAL DO COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE JUSTIÇA AMBIENTAL, TRABALHO E CIDADANIA, 2001, apud FREITAS; BARCELLOS; PORTO, 2004, p. 249) ⁷.

Neste contexto, o presente artigo procura trazer alguns elementos para a discussão da presença da REDUC nos últimos 50 anos na cidade de Duque de Caxias e, de uma maneira mais ampla, na Baixada Fluminense. Neste percurso, inicialmente caracteriza a refinaria como uma indústria do chamado “complexo-químico industrial” e discute-se riscos associados a este tipo de atividade, segundo a visão de especialistas em segurança industrial e outros pesquisadores que trabalham com o tema. Essa discussão é importante não só pela REDUC, mas pelo conjunto das indústrias situadas em Duque de Caxias, em sua maioria, como indicado antes, pertencente às “indústrias do setor químico”, terminologia que será utilizada neste artigo como sinônimo para “complexo químico-industrial”.

Na continuidade, são discutidas, de forma mais geral, desigualdades e injustiças ambientais relacionadas ao ciclo produtivo das indústrias do Complexo Químico-Industrial procurando-se fazer relação com a Refinaria Duque de Caxias e com o Pólo Petroquímico ao seu redor em dois aspectos principais: riscos de acidentes industriais e poluição atmosférica.

Cabe ressaltar que essa discussão se faz mais importante num contexto de desenvolvimento das indústrias do petróleo e petroquímica no Estado do Rio de Janeiro e, em particular, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), representados em investimentos em andamento ou já realizados como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), o Plano de Antecipação da Produção de Gás (PLANGAS), a Ampliação da própria REDUC (Projeto de Aumento da Oferta de Gás Natural e Adequação do Perfil de Produção de Derivados de Petróleo da Refinaria Duque de Caxias), o Arco Metropolitano e o Pólo Siderúrgico de Itaguaí/Sepetiba. Neste sentido, o presente artigo busca também uma reflexão sobre os próximos 50 anos, isto é, sobre os grandes projetos de “desenvolvimento” em implantação na RMRJ, especialmente para a Baixada Fluminense, e seus impactos econômicos, sociais e ambientais. Toma-se como hipótese que a combinação de fatores econômicos, políticos e sociais, de ordem estrutural e conjuntural, gera a propensão à aceitação e/ ou à contestação da presença dos empreendimentos e dos riscos a eles associados pelos atores

⁶ O Brasil, por exemplo, não enfrenta terremotos ou vulcões, enquanto outros países apresentam vantagens ambientais diferentes, como a ausência de inundações, problemas sanitários e queimadas.

⁷ A noção se originou do movimento negro americano, que denunciava o “racismo ambiental” (“environmental racism”) (BULLARD, 2004; 1994 apud RAULINO, 2009).

sociais. As tomadas de posição variam conforme esses fatores são vividos pelos diferentes agentes segundo suas respectivas posições no espaço social (associações de moradores, ONGs, empresas, sindicatos de trabalhadores, funcionários, centros comunitários, entre outros).

Neste contexto, o presente artigo também procura trazer elementos para uma discussão mais crítica desses grandes projetos, que muitas vezes fazem a população refém dos esquemas dominantes de representação sobre o caráter “progressista” das tecnologias e o caráter evolutivo unidirecional do “desenvolvimento”, dada a desigual correlação de forças entre detentores do poder de investir e populações atingidas por altas taxas de desemprego e/ou formas precarizadas de trabalho.

Cabe mencionar que o Seminário “50 anos de REDUC: ganhos, perdas e danos”, realizado nos dias 16 e 17 de setembro de 2011, objetivou trazer esse conjunto de preocupações/representações para o debate com a sociedade duquecaxiense e, de maneira mais ampla, para todos aqueles nas áreas de impacto direto e indireto das atividades da Refinaria Duque de Caxias e do Pólo Petroquímico que se desenvolveu ao seu redor. O seminário foi organizado por um conjunto de instituições da cidade de Duque de Caxias e município do Rio, tais como universidades, centros de pesquisa, ONG's e sindicatos de trabalhadores, entre outros.

Os dados apresentados neste artigo constituem, em sua maioria, parte da pesquisa de tese que desenvolvi, intitulada “Construções sociais da vizinhança: temor e consentimento nas representações dos efeitos de proximidade entre grandes empreendimentos industriais e populações residentes” (RAULINO, 2009).

1. A REDUC no contexto das Indústrias do Complexo Químico-industrial

A REDUC e as empresas do setor petroquímico podem ser vistas como integrantes de um **complexo químico industrial**, conceito que abrange “um conjunto de indústrias cuja dinâmica é regida por fatores comuns, construindo segmentos de uma mesma cadeia produtiva ou cadeias interdependentes que confluem para um mesmo mercado” (PORTO, 1994, p. 138 apud RAULINO, 2009). Para Haguenaur (1986) apud Freitas ([1996?]), a extração e o refino de petróleo fazem parte da indústria petroquímica, que, por sua vez, integra o “conjunto heterogêneo” da indústria química. Estes autores consideram que, independentemente das propostas de classificação existentes, não se pode dissociar as indústrias fabricantes de produtos petroquímicos primários e intermediários da base estratégica da indústria química moderna⁸. Este conceito é o adotado neste artigo e, considerando-se as reflexões desses autores, bem como o trabalho de Freitas, Barcellos e Porto (2004), a REDUC e outras empresas do Pólo Petroquímico de Duque de Caxias podem ser chamadas também de “indústrias do setor químico”, englobando as indústrias do petróleo, petroquímicas e químicas, expressão que será utilizada como sinônimo do conceito de “complexo químico industrial”.

Na base deste complexo e servindo como fonte do seu dinamismo em termos de química orgânica estariam, segundo Porto (1994) apud RAULINO (2009):

[...] a indústria de 1ª geração que é representada basicamente pela extração e refino do petróleo e pela indústria petroquímica. As indústrias produtoras de substâncias químicas orgânicas e inorgânicas ou de 2ª geração transformam produtos básicos em intermediários, que por sua vez, são fornecidos às empresas de 3ª geração, responsáveis pela produção dos produtos finais do complexo químico, como plásticos, fertilizantes, detergentes, óleos, entre outros fornecendo insumos para indústrias de outros ramos ou diretamente aos consumidores.

⁸ Já para a Associação Brasileira das Indústrias Químicas (ABIQUM), por exemplo, a extração e o refino do petróleo fazem parte da indústria do petróleo, enquanto que a indústria petroquímica (caracterizada por utilizar um derivado de petróleo – a nafta – ou o gás natural como matérias-primas básicas) e a “indústria química propriamente dita” (envolvida com a produção de defensivos agrícolas, de fármacos, sabões, detergentes, produtos de limpeza, artigos de perfumaria, plásticos, tintas etc, conforme sua linguagem), fariam parte da indústria química (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, 2006 apud RAULINO, 2009).

De acordo com o mesmo autor, empresas normalmente situadas fora do complexo químico industrial, que forneceriam, a partir de produtos químicos de 3ª geração, produtos mais específicos aos consumidores (como artefatos domésticos de plástico) seriam classificadas como de 4ª geração⁹.

Desta forma, as categorias “problemas de origem química”, “poluição química” e “acidentes químicos ampliados” serão utilizadas ao longo do texto reportando-se às atividades do complexo químico industrial e aos efeitos delas decorrentes em todo o seu ciclo produtivo, inclusive no ambiente e na saúde humana.

As indústrias do setor químico podem, ainda, apresentar sistemas de interação lineares e não-lineares, a saber: os sistemas de interações lineares seriam aqueles em que “a produção é conduzida ao longo de uma série ou sequência de passos posicionados, como nas linhas de montagem” (PERROW, 1984 apud FREITAS, [1996?], p. 02-03), o que facilita a percepção de falhas no processo e prevenção de acidentes; os sistemas tecnológicos de interações não-lineares - característicos da REDUC - por sua vez, segundo Perrow (1984) apud Freitas ([1996?], p. 04) são aqueles em que as partes, unidades ou subsistemas servem a múltiplas funções. Exemplificando, um aquecedor tanto pode aquecer o gás em um tanque A, como também absorver o calor excessivo de um reator químico. Desta forma, para este autor, as interações não-lineares seriam interações complexas, na medida em que não são somente adjacentes ou seriais, mas podem multiplicar-se conforme outras partes, unidades ou subsistemas dos sistemas tecnológicos sejam atingidos. “Essa característica de muitas conexões, em que o controle se dá por meio de informações indiretas e inferências”, limitaria “a compreensão de alguns processos de falhas e das ações imediatas no sentido de interromper seu desenvolvimento”, tornando o acidente “normal” para este tipo de sistema tecnológico (PERROW, 1984 apud FREITAS, *ibidem*, p. 04).

Um exemplo típico desse tipo de acidente foi o ocorrido na usina nuclear de Three Mile Island, nos EUA, em 1979, quando três falhas interagiram em apenas 13 segundos, tornando impossível os operadores fazerem seu diagnóstico a tempo; as ações no sentido de parar o desenvolvimento das falhas e danos só aconteceram oito minutos depois, pois os operadores encontravam-se confusos com as alterações na performance da planta (PERROW, 1984; WISNER, 1994 apud FREITAS, [1996?], p. 04).

Cabe ressaltar que a expressão “acidente normal” não deve ser entendida como um enunciado de frequência, mas como demonstradora de uma característica integral dos sistemas tecnológicos de interações não-lineares, refletindo muito mais o modo como esses sistemas interagem, fazendo o acidente inevitável, “normal” (PERROW, 1984; apud FREITAS, [1996?], p. 04). As consequências dessas falhas não seriam, em geral, catastróficas, ainda que possam vir a sê-lo, caso sejam construídos sistemas tecnológicos com potencial de riscos muito graves (PERROW, 1984; WISNER, 1994 apud FREITAS, [1996?], p. 05).

Outro ponto a considerar nessa caracterização inicial é que as indústrias do setor químico podem ser de processos contínuos ou discreta (descontínua).

As indústrias de processo contínuo, ao contrário das de produção discreta ou descontínua, são aquelas em que o processo produtivo é continuado no tempo, embora também sejam considerados nessa categoria indústrias com fases onde a produção é discreta ou descontínua, procurando-se realizar o mínimo de paradas de manutenção. Deste tipo são, além das indústrias do petróleo/petroquímica/química, as indústrias nuclear, siderúrgica, bebidas, alimentos, cimento, vidro, borracha entre outras; a referência principal é o setor petrolífero, em que o processo produtivo é ininterrupto (DRUCK, 1995 apud ARAÚJO, 2001).

Dado que a Refinaria Duque de Caxias (REDUC) é um grande estabelecimento da indústria de transformação de processos contínuos, com interações não – lineares, a problemática desenvolvida na pesquisa que deu origem a este artigo envolveu uma categoria importante na construção social da vizinhança: o risco. Com efeito, o trabalho na indústria de processo contínuo é visto por estudiosos do gerenciamento de riscos como “por natureza perigoso, complexo, contínuo e coletivo”, conforme as características atribuídas por Ferreira e Iguti (1996) apud Souza e Freitas (2002). Além disso, elas estão,

⁹ Para Guerra (1994) apud Oliveira (1999), a indústria do petróleo produziria as matérias primas para as indústrias de 1ª, 2ª e 3ª geração, que fariam parte da indústria petroquímica, não havendo indústrias de 4ª geração, mas indústrias de transformação, entre as quais indústrias químicas fariam parte, mas não exclusivamente.

de maneira geral, entre as que têm maior potencial poluidor, sendo as indústrias petroquímica e química integrantes do grupo ao qual vinculam-se a maior parte das emissões tóxicas (GUTBERLET, 1996; LEROY, 2002 apud RAULINO, 2009).

No que se refere especificamente as refinarias de petróleo, como a Refinaria Duque de Caxias, essas são vistas por especialistas de segurança industrial como fontes de vários riscos e restrições para populações que vivem em sua vizinhança imediata, tais como os que aponta Sevá Filho (2005):

<i>Ruído de fundo constante e variável conforme incidentes operacionais na refinaria.</i>
<i>Estacionamento e tráfego intensos de caminhões-tanque, de produtos químicos e de sucatas e resíduos, bem como de caminhões com cilindros e botijões de gás.</i>
<i>Odores (mercaptanas, sulfetos) ou ácidos ou amoniacaís que emanam das bacias de tratamento de efluentes da refinaria.</i>
<i>Nuvens de poeira de catalisador (silicato de alumínio com algum teor de antimônio), nuvens de fumaça preta dos “flares” em situações de emergência e de partida de unidades.</i>
<i>Emanações de hidrocarbonetos perto das tancagens e vazamentos no carregamento de caminhões ou vagões-tanque.</i>
<i>Contaminação do solo, subsolo, lençóis subterrâneos e, eventualmente, nascentes e córregos.</i>
<i>Pânico por ocasião de acidentes visíveis e audíveis; convivência com risco alto de incêndios.</i>

Quadro 01 - Tipos de riscos e restrições na vizinhança imediata das refinarias de petróleo.

Fon ho (2005, p. 156)

Sevá Filho (2005), ao ampliar um pouco o raio de ação de alguns efeitos ambientais das refinarias, aponta ainda problemas que, em sua visão, atingem os moradores e as atividades que ficam num raio de alguns quilômetros das refinarias e das bases de tanques das distribuidoras de derivados e engarrafadoras de gás, como pode ser visto no Quadro 02. Estes problemas seriam extensíveis a todas as refinarias do país.

<i>Visibilidade cotidiana da indústria: fumaças, nuvens de vapor, grandes torres e prédios, as chamas altas nos “flares”, ou tochas de alívio de gases, que são as mais altas das refinarias.</i>
<i>Queda de fulingens e aerossóis vindos da refinaria, eventualmente odores sulfurosos, amoniacaís e outros, além dos odores freqüentes de piche, de diesel e de gasolina.</i>
<i>Rotas de tráfego intenso, e, mais perto das indústrias, os estacionamentos e serviços relacionados com o transporte de derivados e granéis químicos, lavagem e reforma de tanques.</i>
<i>Possível desvalorização residencial da área, ou possível venda de terrenos para empreendimentos associados à refinaria, pátios, garagens, oficinas e outras indústrias.</i>
<i>Passagem das dutovias com eventuais emanções e vazamento de voláteis e derrames de óleo ou resíduos no solo e em cursos d’água.</i>

Quadro 02 - Tipos de poluição e de riscos nas regiões onde funcionam refinarias.

Fonte: Sevá Filho (2005, p. 156).

Neste contexto, torna-se necessário mencionar que existem diferentes perspectivas identificáveis para a conceituação de “risco” no discurso científico, as quais vão integrar a luta classificatória e cognitiva em torno dos efeitos de proximidade entre as populações residentes e as indústrias (RAULINO, 2009).

Com efeito, estudos de percepção de riscos não se preocupam com os interesses dos diversos atores envolvidos e com as relações de poder estabelecidas entre eles, que, supõe-se, vão interferir na construção dos discursos, nos julgamentos e, portanto, nas representações dos efeitos de proximidade dos distintos sujeitos sociais, bem como nos processos decisórios envolvendo estratégias para se lidar com as situações consideradas arriscadas por esses mesmos sujeitos. Assim,

[...] Esses trabalhos abordam apenas como os riscos tecnológicos são percebidos por trabalhadores das indústrias consideradas perigosas e/ou moradores de sua proximidade. Nas conclusões, geralmente enumeram uma série de fatores – como grau de instrução, envolvimento na organização da empresa e conhecimento sobre o funcionamento da fábrica – que consideram explicativos do fato de as preocupações estudadas revelarem diferenças com relação a visão “oficial” do risco, isto é, a óptica dos cientistas da área e demais tecnólogos (SILVA, 1999, p. 15 apud RAULINO, 2009).

Ou seja, consideram a visão dos moradores e/ou representantes de instituições do entorno, muitas vezes, como fruto de ignorância ou de desconhecimento, que poderiam ser superados com atividades informativas/educativas no momento da comunicação dos riscos. Os interesses econômicos e políticos, as relações de poder e a desigual base de apropriação material da sociedade não são discutidos.

Neste sentido, Processos Alarme e Prevenção de Emergências em Nível Local (Processos APELL), Conselhos Comunitários Consultivos, Programas de Responsabilidade Socioambiental e outros mecanismos utilizados pelas indústrias do setor químico, inclusive a REDUC, têm sido utilizados como instrumentos “educativos” e de responsabilização, de forma a induzir a população a absorver uma nova perspectiva das indústrias do setor, fazendo-as serem representadas como seguras e completamente confiáveis (SILVA, 2006, p. 198 apud RAULINO, 2009).

De forma diferente, o presente artigo, como sublinhado antes, considera a distinta dotação de “capital material”¹⁰ de cada agente e as categorias de percepção e julgamento que definiriam o que é risco/dano e legitimariam situações arriscadas/danosas/vantajosas, estabelecendo ou não a importância das indústrias em foco na localidade, a natureza perigosa ou não de suas atividades, estratégias para se lidar com as operações consideradas de risco e, portanto, sua aceitabilidade na vizinhança e no espaço social em geral¹¹.

2. Desigualdades e Injustiças Ambientais associadas ao Ciclo Produtivo das Indústrias do Complexo Químico-industrial

De forma distinta de autores que trabalham com uma perspectiva objetivista do risco, outros pesquisadores apontam a ocorrência de um padrão de desigualdade social, que configura a própria lógica distributiva no modelo de desenvolvimento hegemônico (industrial – tecnológico – consumista), a se refletir tanto na distribuição dos benefícios como das situações consideradas de risco. Assim, nesta perspectiva, aos mais pobres caberiam mais riscos nesse modelo (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1983 apud RAULINO, 2009), não voluntariamente, mas pelas condições de sua própria subsistência, como a necessidade de manutenção de um emprego, mesmo que considerado de grande risco, ou a impossibilidade econômica de morar, por exemplo, distante de uma grande fonte poluidora, ou ainda de se retirar de áreas sujeitas a inundações. Ao mesmo tempo, receberiam uma parcela menor dos benefícios, o que configuraria uma distribuição desigual tanto dos benefícios como dos riscos neste modelo de desenvolvimento.

Essa desigualdade é mais marcante quando se considera que no modelo hegemônico de desenvolvimento, os riscos tecnológicos e as consequências da modernização somam-se aos riscos telúricos¹², os primeiros não se bastando a determinadas localidades ou a um grupo, podendo prolongar seus efeitos no tempo, como no caso dos acidentes químicos ampliados, dos riscos da poluição química, dos reatores nucleares e do lixo radioativo, entre outros.

¹⁰ Buscamos nos referir, sob esse termo, à capacidade que cada ator tem, de se apropriar dos atributos relacionais do território, ou seja, a capacidade que têm de produzir impactos sobre terceiros sob a mediação do ar, das águas, do solo e dos sistemas vivos.

¹¹ Por isso, a luta simbólica e classificatória em torno do termo risco também tem um papel importante nas construções sociais da vizinhança entre indústrias e populações residentes no seu entorno.

¹² Riscos telúricos são entendidos aqui na concepção de Porto (1994, p. 77 apud RAULINO, 2009, p. 21), “representando aqueles decorrentes de catástrofes naturais, como tempestades, inundações, terremotos e outros cataclismos, que podem ter seus efeitos agravados pela ação humana”.

O processo de instalação de populações no decorrer do tempo nas proximidades da REDUC, como visto na introdução desse artigo, pode ser entendido como resultado da lógica distributiva acima mencionada, do qual participam políticas governamentais ou sua ausência, bem como processos decisórios pouco ou nada participativos. Nessa mesma lógica pode ser compreendida a instalação de novos empreendimentos ou ampliação dos já existentes, nas proximidades de residências de populações com menor renda e/ou acesso à educação, à cultura, ao ordenamento jurídico, entre outros benefícios, que poderiam contribuir para movimentos de contestação da retórica desenvolvimentista e processos de resistência à instalação dos empreendimentos. Como disse uma moradora do Conjunto Habitacional Balneário Jardim Ana Clara (Duque de Caxias), dentro do processo de ampliação da REDUC e investimentos do PLANGAS, no qual moradores tiveram que se retirar de suas casas e receberam indenizações, consideradas baixas: “Não fui eu que fui me instalar na vizinhança da REDUC, ela é que veio se colocar perto de mim”. Um outro exemplo são os pescadores artesanais de Mauá (Magé), que além de terem sofrido os efeitos dos acidentes industriais ampliados com vazamentos de óleo em 1998 e 2000, estão ameaçados de perder sua atividade de subsistência em decorrência das obras dos projetos em desenvolvimento pela PETROBRAS na Baía de Guanabara (projetos Terminal Flexível GNL da Baía de Guanabara e Projeto GLP da Baía de Guanabara, ligados ao COMPERJ e à REDUC, no âmbito do Plano de Antecipação da Produção de Gás - PLANGAS). Estes projetos criam grandes zonas de exclusão de pesca e impactam a Baía de Guanabara, afugentando os peixes ainda existentes, segundo denúncias da Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR). A instalação de dutos, inclusive, ocorre também próximo à instituição¹³ (RAULINO, 2009).

Voltando à discussão sobre acidentes químicos ampliados, cabe esclarecer que são entendidos neste artigo como:

[...] os eventos agudos, tais como explosões, incêndios e emissões, individualmente ou combinados, envolvendo uma ou mais substâncias perigosas com potencial de causar simultaneamente múltiplos danos ao meio ambiente e a saúde dos seres humanos expostos” (FREITAS et al, 1996 apud FREITAS, [1996?], p. 02).

Os acidentes químicos ampliados seriam um tipo de acidente industrial ampliado¹⁴; o que os caracterizaria não seria somente o grande número de óbitos que podem causar, embora sejam frequentemente conhecidos por isto, mas a gravidade e extensão dos seus efeitos potenciais ultrapassarem limites espaciais – plantas fabris, bairros, cidades e países – e temporais – causando danos à vida humana, a de outros seres vivos (teratogênese, carcinogênese, mutagênese e danos a órgãos alvos específicos, por exemplo) e ao meio ambiente exposto como um todo (FREITAS, *ibidem*; PORTO; FREITAS, 2000). O caso com o vazamento de óleo pela TRANSPETRO, em 2000, que atingiu a Baía de Guanabara foi um exemplo desse tipo de acidente, assim como a eliminação de alumínio silicato de sódio (o “pó branco”) pela REDUC, em 2001, que atingiu bairros de Duque de Caxias e Belford Roxo.

Nas situações acima colocadas, as populações mais pobres são, em geral, mais vulneráveis socialmente, especialmente nos países de economia periférica ou semiperiférica como o Brasil, pois sofrem os efeitos da interação entre altos níveis de pobreza com sistemas sociotécnicos vulneráveis, rápida urbanização, moradias precárias e ausência de recursos para enfrentar acidentes industriais ampliados ou “catástrofes naturais” (PORTO; FREITAS, 2000), aqui entendidas como socialmente construídas, pelas razões já expostas. Esta situação ficou clara nos maiores acidentes ocorridos na indústria química, como o de Bhopal (Índia), envolvendo a multinacional Union Carbide, que resultou em 2.500 óbitos imediatos

¹³ Para conhecer melhor esse conflito, ver RAULINO (2009).

¹⁴ A terminologia “acidente industrial ampliado” seria mais apropriada que “acidentes maiores”, por expressarem mais claramente “a possibilidade de ampliação no espaço e no tempo das consequências dos mesmos sobre as populações o meio ambiente expostos” (FREITAS et al apud FREITAS, [1996?], p. 02).

e 20 a 70 mil pessoas com permanentes danos à saúde e os de San Juan Ixhuatepec (México) e Vila Socó (São Paulo, Brasil), envolvendo indústrias nacionais, que resultaram em cerca de quinhentos óbitos imediatos cada um: todos eles, ocorridos em 1984, aconteceram exatamente em áreas periféricas de grandes centros urbanos de países periféricos e/ou semiperiféricos, “atingindo populações pobres e marginalizadas quanto ao acesso a bens e serviços, que viviam perto das fontes de riscos de acidentes químicos ampliados” (PORTO; FREITAS, 2000, p. 314; FREITAS; BARCELLOS; PORTO, 2004)¹⁵. Essa situação de vulnerabilidade ocorre no distrito de Campos Elíseos.

Porto e Freitas (1996) apud Porto e Freitas (2000) demonstram como a proximidade geográfica que essas populações mantinham com as indústrias perigosas contribuiu para sua maior vulnerabilidade, comparando dois acidentes: o de Feyzin (França, 1966) e o de San Juan Ixhuatepec, acima citado. No primeiro, a explosão de um tanque de gás liquefeito de petróleo (GLP) contendo 6400m³, resultou em 17 óbitos e cerca de 80 lesionados. No segundo, também com um tanque de GLP, embora contendo 12000m³ (aproximadamente o dobro do volume do tanque do acidente da França), resultou em aproximadamente 500 óbitos e 7 mil lesionados. A principal diferença entre os dois acidentes, entretanto, não esteve na quantidade de GLP envolvido, mas sim na distância que separava as populações vizinhas e as plantas industriais: em Feyzin, por volta de 1000 metros, em San Juan Ixhuatepec, em torno de 100 metros. Em Bhopal e em Vila Socó, a situação era similar à de San Juan Ixhuatepec, segundo os autores¹⁶.

Por outro lado, dentro da mesma lógica da divisão internacional do trabalho que leva à distribuição desigual de riscos e benefícios, cientistas, ONGs, sindicatos e outras organizações da sociedade denunciam que as indústrias do setor químico aumentam cada vez mais o número de pessoas expostas aos riscos de origem química, principalmente entre as populações mais pobres, riscos estes que não se limitariam aos eventos “acidentais”, mas aos danos decorrentes do contato cotidiano com emissões gasosas, efluentes ou resíduos provenientes destas atividades. Neste quadro, são principalmente os países do antigo Leste Europeu, da África, da Ásia e da América Latina os que enfrentam, na atualidade, os principais problemas relacionados aos resíduos perigosos exportados pelos países industrializados ou mesmo abandonados por indústrias multinacionais e nacionais, fazendo isto parte das suas formas de inserção dentro da economia global (PORTO; FREITAS, 2000).

Neste contexto, as indústrias do complexo químico-industrial se encontram no rol das indústrias geradoras, em potencial, de várias desigualdades ambientais nas várias fases do seu ciclo produtivo (extração, produção, armazenamento, transporte, uso e descarte) (FREITAS; BARCELLOS; PORTO, 2004), seja por serem classificadas entre as mais poluentes, como sinalizado anteriormente, seja pela complexidade dos sistemas tecnológicos de interações não-lineares típicos das indústrias de transformação química, que as torna mais suscetíveis que as indústrias que utilizam sistemas lineares a acidentes, incluindo os ampliados (PERROW, 1984 apud FREITAS, 1996). Com efeito, as indústrias de transformação química com sistemas tecnológicos não-lineares foram locus de muitos dos acidentes químicos ampliados já registrados (FREITAS, *ibidem*).

No caso específico da REDUC, o Projeto “Aumento da Oferta de Gás e Adequação de seu Perfil de Produção” (neste artigo muitas vezes indicado apenas como Projeto de Ampliação da REDUC, como era chamado pelos atores sociais envolvidos), em 2007, tinha como um dos objetivos justamente o “aumento da confiabilidade operacional da refinaria”. Neste sentido, cabe ressaltar que na época da construção da REDUC “...as técnicas de análise de confiabilidade e de risco não se encontravam desenvolvidas para aplicação em projetos deste tipo” (IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ, 2000, v. 2), sendo a concepção básica

¹⁵ A catástrofe dos Tsunami, em 2004, no Sudeste Asiático, também é um exemplo dessa situação. Com efeito, 97% dos desastres ambientais ocorrem em países em desenvolvimento (LAYRARGUES, 1998 apud RAULINO, 2009).

¹⁶ Quanto a Vila Socó, Porto e Freitas demonstram que, “enquanto a taxa total de crescimento populacional entre os anos de 1973 e 1987 na cidade de São Paulo foi de 63%, a mesma taxa referente às populações que vivem nas favelas foi da ordem de 1145%, sendo que muitas, como a de Vila Socó, moram em locais extremamente próximos a fontes de riscos de acidentes químicos ampliados, como o oleoduto da Petrobrás” (PORTO E FREITAS, 1996 apud PORTO E FREITAS, 2000).

do projeto desenvolvida sem os estudos elementares para o planejamento do controle e da redução de riscos de acidentes (IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ, *ibidem*). Desta forma, existe hoje uma grande dívida acumulada da REDUC em relação à segurança industrial, pois às ampliações posteriores não correspondeu nenhuma adaptação neste sentido. Esta situação, em um contexto sócio-econômico periférico faz com que o gerenciamento de riscos se torne uma tarefa de elevado grau de complexidade, expondo de uma maior forma trabalhadores e populações no entorno a acidentes ou outras situações consideradas indesejáveis, já que o conhecimento técnico da engenharia industrial relaciona fortemente a ideia de risco aos episódios de ampliação da capacidade produtiva das refinarias, relacionando as causas básicas de acidentes às modificações de projeto¹⁷ (SOUZA JÚNIOR, 1996; IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ, *ibidem*, v. 2).

Cabe lembrar os acidentes industriais ampliados que a REDUC e outras empresas do Pólo Petroquímico de Duque de Caxias já vivenciaram, como os já citados neste artigo. Entre eles, destaca-se o acidente de 1972, em que ocorreu a explosão de uma esfera de GLP na planta fabril, ainda na memória de muitos moradores não só de Duque de Caxias, mas da Baixada Fluminense e município do Rio. Em diversas entrevistas feitas para a tese de RAULINO (2009) o acidente foi lembrado em perguntas mais genéricas, que não mencionavam a palavra risco ou acidente, como por exemplo, “Como você vê a refinaria na região em que se encontra?”. Os representantes das instituições pesquisadas, em geral, lembraram do acidente, o que estavam fazendo na hora e como foi o desenrolar dos acontecimentos após o mesmo, especialmente o pânico e a falta de informações.

Apreocupação com o adensamento de indústrias na região do Pólo Petroquímico de Duque de Caxias também esteve presente em atores sociais entrevistados por RAULINO (2009), por aumentar situações de risco de acidentes e pelos impactos ambientais cotidianos, como os relacionados com as emissões gasosas, cujos danos não se limitam aos gases em si, mas às reações químicas que podem estabelecer na atmosfera (efeitos sinérgicos das atividades). Com efeito, a inauguração da REDUC fomentou a criação de um complexo industrial no Segundo Distrito da Cidade (Campos Elíseos), onde está localizada, com 128 indústrias, das quais a maior parte ligadas ao setor químico (101, representando cerca de 80% do total), sendo 48 químicas, 37 do setor Petróleo e gás, 14 de plásticos e 2 farmacêuticas (FEEMA apud BREDARIOL, [2000?]). Desta maneira, desenvolveu-se um corredor de indústrias afins ao longo da Rodovia Washington Luís e consolidou-se a estrutura urbana em Duque de Caxias (MARQUES, 2000 apud RAULINO, 2009). É importante lembrar que não apenas no distrito de Campos Elíseos, mas em toda a cidade de Duque de Caxias, como visto na introdução, as indústrias do setor químico tem papel de destaque.

Ao redor da REDUC, especificamente, reúnem-se hoje cerca de 28 empresas ligadas ao setor químico, entre as quais destacam-se a LANXESS (antiga Petroflex)¹⁸, a Nitriflex e o Complexo Integrado Rio Polímeros (RioPol) (atualmente BRASKEN), as únicas que operam unidades de processo. As demais dividem-se entre unidades de mistura, terminais de distribuição de combustíveis e envasadoras de GLP, além da Usina Termelétrica Governador Leonel Brizola (TermoRio S.A.)¹⁹ (SOUZA JÚNIOR, 1996; RIO POLÍMEROS, 2006 apud RAULINO, 2009).

¹⁷ As modificações introduzem fatores de incerteza nas avaliações de risco, segundo especialistas de engenharia industrial (SOUZA JÚNIOR apud IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ, 2000, v. 2, p. 43). A situação se agrava num contexto de precariedade dos equipamentos e manutenção inadequada, como o observado durante inspeção para averiguar irregularidades na REDUC pelo Sindicato dos Petroleiros, no final dos anos 1990, acompanhado por uma promotora, quando de 19.810 equipamentos a serem inspecionados, os 15 separados por sorteio apresentavam problemas, o que também provoca um quadro de tensão e insegurança entre os trabalhadores, que torna o problema ainda maior (IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ, *ibidem*, v.2, p. 52).

¹⁸ Segundo uma das entrevistadas, nascida e atuante em movimentos sociais na região, professora e Mestre em História, Coordenadora do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH), existe ali uma dinâmica muito grande, empresas aparecem, somem, são compradas, mudam de nome. Um exemplo é a PETROFLEX, que era estatal, foi privatizada e adquirida pela LANXESS em 2008, empresa alemã que já foi do grupo Bayer. A Petroflex fundada como FABOR na década de 1950, se colocou como a principal fornecedora de borracha sintética da América Latina, posição que ocupa até hoje, como LANXESS Elastômeros do Brasil, após a mudança da razão social ocorrida em janeiro de 2009 (LANXESS, 2009 apud RAULINO, 2009).

¹⁹ A PETROBRAS detém a totalidade do controle acionário da TermoRio S.A. desde 01 de março de 2005. A TermoRio foi constituída em 14 de outubro de 1999, como sociedade privada por ações, com “o objetivo de desenvolver, financiar, construir e operar unidades de geração termelétrica”; (...)“é hoje, a maior termelétrica a gás natural instalada no Brasil, com 1.040 MW de potência instalada (TERMORIO, 2006; COGEN-RIO, 2009 apud RAULINO, 2009).

Entretanto,

[...] a presença na região de diferentes empresas e plantas industriais que envolvem riscos pode criar uma dinâmica de riscos que caracteriza a necessidade de uma política geral de prevenção de acidentes. As possíveis interferências entre as empresas para o potencial de risco regional ainda não estão estudadas, mas com certeza existem (RELATÓRIO DE TÉCNICO DA FEEMA apud IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ, 2000, v. 2, p. 37).

Essa situação, que vem não apenas da concentração de empresas em zona industrial considerada saturada, segundo o projeto de revisão do Macrozonamento Industrial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FEEMA/COPPETEC/IBAM, 1998 apud IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ, 2000, v. 2), mas também da proximidade das indústrias já instaladas ou por se instalar aumenta os fatores de risco, na visão dos especialistas de segurança industrial, podendo criar um “efeito dominó” em situações de acidente. Soma-se a esses fatores, ainda “a precariedade dos mecanismos do controle ambiental das instituições públicas” (IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ, 2000, v. 2, p. 37). Além disso, o efeito dominó, como já indicado, também pode se dar em relação às emissões tóxicas, efluentes e destinação de resíduos (RAULINO, 2009).

Um exemplo dessas emissões gasosas prejudiciais estaria na reportagem de “O Globo”, de 06 de setembro de 2009, que, a partir de levantamento do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), informa que os níveis de ozônio na parte baixa da atmosfera ultrapassaram - na média aproximada das 04 estações de monitoramento em Duque de Caxias - 150 vezes o limite máximo tolerado, que não deve ser ultrapassado mais que uma vez no ano, conforme disposto em lei (BRANDÃO; COIMBRA, 2009 apud RAULINO, 2009). Os valores alcançados também foram muito altos, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 01 - Níveis de ozônio na parte baixa da atmosfera nas 04 estações de monitoramento em Duque de Caxias.

ESTAÇÃO DE MONITORAMENTO DO AR	Número de vezes em que o nível máximo estabelecido de ozônio foi superado (média desde 2004). Limite máximo tolerado = 01	Ano/concentração máxima atingida (microgramas/m³) Limite máximo= 160
Campos Elíseos	187,8	2008/472
Jardim Primavera	138,4	2005/520
São Bento	120,6	2006/368
Pilar	156,8	2005/419

Fonte: INEA/ O Globo (adaptado), 06/09/2009.

O ozônio, gás que na estratosfera forma uma fina camada que a reduz a radiação ultravioleta que chega à superfície terrestre, desempenhando importante papel para a sobrevivência dos seres vivos, torna-se prejudicial à saúde humana, a agricultura e a vegetação em geral quando formado na parte baixa da atmosfera (troposfera), situação que ocorre quando óxidos de Nitrogênio (NOx) e Compostos Orgânicos Voláteis (COV)²⁰ se combinam. No ser humano, o ozônio troposférico provoca irritação das mucosas do sistema respiratório, tosse, prejuízos à função pulmonar, redução da resistência à gripe e à pneumonia, agravamento de asma, bronquite, enfisema e doenças do coração entre outros danos. (BRANDÃO; COIMBRA, 2009; PRETTO et al., 2008 apud RAULINO, 2009)

²⁰ Hidrocarbonetos (CH) como tolueno, m,p-xileno, n-butano, 2 ou 3 metilpentano, isobutano, n-pentano, 1,2,4 trimetil benzeno, etilbenzeno e Benzeno, substâncias que também apresentam um caráter prejudicial à saúde, pois, muitos deles têm características mutagênicas e carcinogênicas, como é o caso do benzeno e dos hidrocarbonetos clorados. PRETTO et al., 2008 apud RAULINO, 2009).

As principais fontes de emissão dos NOx e COV são atividades industriais e veículos automotores. A formação do ozônio não se dá imediatamente, podendo acontecer a quilômetros de distância, o que explica as medições em estações mais afastadas do ponto de origem das emissões das indústrias do Pólo Petroquímico de Duque de Caxias. As concentrações de ozônio encontradas no entorno da refinaria e o número de vezes que o nível máximo tolerado era ultrapassado durante o ano já foram preocupações retratadas por um dos gerentes da REDUC entrevistados na tese de Raulino (2009), que citou projeto financiado pela TERMORIO, condição exigida para o licenciamento da empresa. Também participa do projeto a Associação das Empresas de Campos Elíseos (ASSECAMPE), com os objetivos de avaliar a formação do ozônio na região do Pólo Petroquímico, identificar as contribuições de cada emissor de COV e propor ações de redução de emissões.

A concentração de gases poluentes na Bacia Aérea III²¹, na qual Duque de Caxias, outros municípios da Baixada Fluminense e parte da cidade do Rio de Janeiro se situam é um dos fatores limitantes para a instalação de novos empreendimentos, pois a bacia aérea é considerada saturada. O Projeto de Aumento da Oferta de Gás e Adequação do Perfil de Produção da REDUC reflete essa situação; não seria possível sem a redução das emissões gasosas da refinaria, especialmente dos COV e NOx, que está prevista no mesmo. Este condicionante dado pela FEEMA, exposto na Audiência Pública do projeto, muitas vezes foi mostrado nas apresentações técnicas que a precederam como uma preocupação da refinaria, quase uma “benesse”. A maior contribuição da refinaria nas emissões de COV e NOx na região do Pólo Petroquímico chegou a ser assumida por um gerente da empresa, mas essa parcela de contribuição na Bacia Aérea III foi questionada pelo mesmo gerente. Esse gerente, em abril de 2008, criticou também a pressão da então FEEMA sobre a refinaria (RAULINO, 2009, p. 85).

Devido à sua baixa solubilidade, os NOx, quando inalados, penetram profundamente no sistema respiratório, atingindo os alvéolos pulmonares, podendo dar origem às nitrosaminas, algumas das quais podem ser carcinogênicas (INEA, 2011). Também podem se transformar em ácido nítrico (HNO₂) e ácido nítrico (HNO₃), que são altamente irritantes para o tecido pulmonar.

Convém lembrar também que a poluição do ar leva a deterioração geral do ambiente, poluindo rios e solos, segundo especialistas na área ambiental. Uma das razões é a acidificação das chuvas causada pela eliminação de óxidos de enxofre (SOx) na atmosfera. Analisando-se a emissão potencial de SO₂ (Dióxido de enxofre) e as tipologias que mais contribuem para este potencial nos 10 municípios maiores emissores potenciais do Estado do Rio de Janeiro em 2003, Duque de Caxias teria um potencial emissor de 17.960 toneladas por ano, equivalendo a 22% do potencial do Estado. Em relação às divisões industriais que contribuem para esse potencial poluidor, o refino de petróleo seria responsável por 76% do potencial poluidor em Duque de Caxias, enquanto que as indústrias químicas por 22% das emissões (IBGE, 2003 apud RODRIGUES, 2011; HETTIGE et al., 1995 apud RODRIGUES, 2011).

Há evidências de que o dióxido de enxofre agrava as doenças respiratórias pré-existentes e contribui para seu aparecimento (INEA, 2011).

O Monóxido de Carbono (CO) é outro poluente liberado pela REDUC, veículos automotores e outras indústrias. Também é monitorado pelo INEA. Mas, são motivo de preocupação também os que não são avaliados e/ou para os quais não existem nem padrões, assim como seus efeitos sinérgicos. Neste contexto, cabe ressaltar a falta de estudos epidemiológicos no entorno do Pólo Petroquímico de Duque de Caxias que investiguem a possibilidade de relação entre as atividades industriais e a incidência de doenças na população (RAULINO, 2009).

²¹ Entende-se por Bacia Aérea uma área com características similares em termos de topografia, meteorologia e fontes de emissões (RODRIGUES, 2011). A Bacia Aérea funciona como um espaço físico tridimensional, onde os ventos são captados e conduzidos, funcionando como um “alçapão de ventos”, priorizando determinados caminhos e promovendo trocas diferenciadas de umidade (PIRES, 2005 apud BARBOZA, 2007).

Conclusões

O início das operações da Complexo Industrial formado pela Refinaria Duque de Caxias (REDUC) e pela antiga Fábrica de Borracha Sintética (FABOR), em 1961, representou um marco extremamente importante para o desenvolvimento econômico do município de Duque de Caxias (e do Estado do Rio de Janeiro); permitiu a formação de um complexo petroquímico no distrito de Campos Eliseos, na cidade de Duque de Caxias, onde está situada. Neste município, cerca de 76% das indústrias são ligadas ao setor químico (TCE, 2007 apud RAULINO, 2009).

Contudo, apesar de todo esse “desenvolvimento” os indicadores das condições de vida locais, continuam baixos; A população do entorno da refinaria estaria mais exposta a uma gama de situações consideradas de risco/danosas, envolvendo, por exemplo, riscos de acidentes industriais ampliados e emissões gasosas tóxicas cotidianas. Essas situações podem ser compreendidas como de desigualdade ambiental e apontadas como “injustiças ambientais” e estão associadas às atividades do complexo químico-industrial na cidade, na qual a REDUC, nos seus 50 anos, é a maior delas. Contudo, essas injustiças ambientais não se restringem a Duque de Caxias, já tendo atingido municípios vizinhos e a Baía de Guanabara tanto em situações de acidentes industriais ampliados como cotidianamente pela poluição que o ciclo produtivo associado ao Pólo Petroquímico gera.

Num contexto de anúncio e desenvolvimento de grandes projetos industriais na Região da Baía de Guanabara e RMRJ, como o COMPERJ, torna-se relevante a criação/fortalecimento de processos participativos democráticos de controle social dos riscos industriais e de discussão sobre a aceitabilidade das situações consideradas de risco que envolvam populações próximas aos empreendimentos, bem como sobre o modo de vida que as populações privilegiam.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Anísio José da Silva. **Paradoxos da Modernização: terceirização e segurança em uma refinaria de petróleo**. 2001. 370 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://portaldeseres.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_cover&id=000041&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 fev. 2007.
- BARBOZA, Rafael Silva. **Caracterização das Bacias Aéreas e Avaliação da Chuva Oculta nos Contrafortes da serra do Mar**. 2007. 67p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais). Instituto de Florestas, Departamento de Ciências Ambientais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2007. Disponível em: http://www.ufrj.br/institutos/iflmbh/pdf/mono_disset_tese37.pdf. Acesso em 17 out 2011
- BREDARIOL, Celso. **O Pólo Gás Químico de Duque de Caxias: um ambiente sem qualidade nem controle**. S.l., s.n., [2000?].
- COSTA, Pierre. **Caxias dos anos 1940 aos 70: cidade dormitório e industrial**. *Revista Pilares da História: Duque de Caxias e Baixada Fluminense*, Duque de Caxias, ano 7, n. 8, p. 26-34, mai. 2008.
- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risk and Culture – An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers**. Berkeley: California University Press, 1983.
- FREITAS, Carlos Machado de. **Acidentes Industriais Ampliados, Análise de Causas e sua relação com as Análises de Risco**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH): Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP): Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), [1996?] 38 p.
- FREITAS, Carlos Machado de; BARCELLOS, Christovam; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Justiça Ambiental e saúde coletiva**. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 245-294.
- Ibge. **Dados divulgados**. http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=33

IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ. Trabalho Industrial e Poluição ambiental no Rio de Janeiro: Cenas de um desastre anunciado. Rio de Janeiro: IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ, 2000, Volume 2. (Série Sindicalismo e Justiça ambiental).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo 2010. Dados divulgados. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=33> Acesso em: 13 out 2011.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA. Qualidade do ar. Disponível em:

< <http://www.inea.rj.gov.br/fma/qualidade-ar.asp> > Acesso em: 18 out 2011.

M. ROBERTO ARQUITETOS. Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Duque de Caxias. Rio de Janeiro: M. Roberto Arquitetos: Planorte, 1970. v. 2.

PETROBRAS. Quem somos. Conheça nossa história. Petrobras constrói sua primeira refinaria. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/nossa-historia/>>. Acesso em: 12 out 2011.

PETROBRAS; MINERAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE. Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Aumento da Oferta de Gás Natural e Adequação do Perfil de Produção de Derivados de Petróleo da Refinaria Duque de Caxias (REDUC). Rio de Janeiro: PETROBRAS; MINERAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE, 2007. 1CD-ROM.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza; FREITAS, Carlos Machado de. Indústria Química Brasileira, Acidentes Químicos Ampliados e Vulnerabilidade Social. In: COSTA, Heloísa; TORRES, Haroldo (org.). *População e Meio Ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 301-326.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS/PLANTEK. Planejamento Estratégico Municipal de Duque de Caxias. Duque de Caxias (RJ): Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 1999. 222p.

RAULINO, Sebastião Fernandes. Construções sociais da vizinhança: temor e consentimento nas representações dos efeitos de proximidade entre grandes empreendimentos industriais e populações residentes. 2009. 338 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/SebastiaoFernandesRaulino.pdf> Acesso em: 13 set 2010.

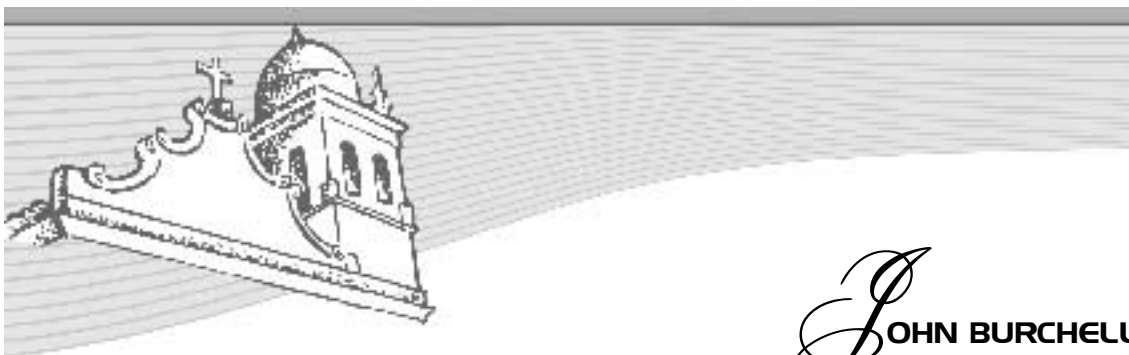
RAULINO, Sebastião Fernandes. Riscos Ampliados (socioambientais) na Baixada Fluminense – RJ. Estudo de Caso em Três Municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias e São João de Meriti. 2002. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2002.

RODRIGUES, Viviane do Espírito Santo. Poluição atmosférica e danos à saúde. Apresentação em powerpoint. In: *Seminário 50 anos de REDUC: ganhos, perdas e danos. Duque de Caxias, 17 de setembro de 2011.* 1 CD-ROM.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo. Problemas Ambientais e de Vizinhança relacionados a Energia, Águas e Indústria: regiões atingidas e focos relevantes de riscos. *Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro*, v. 1, n.16-17, p. 143 - 164, mai./ dez. 2005.

SOUZA JÚNIOR, Moacyr Duarte de. Auditoria e Treinamento para Planejamento de Emergência em Refinarias de Petróleo. 1996. 188f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1996.

SOUZA JÚNIOR, Álvaro Bezerra ; SANTOS SOUZA, Marlúcia. Implantação de Sistemas de Resposta para Emergências Externas em Áreas Industriais no Brasil. In: FREITAS, Carlos Machado de (org.) *Acidentes Industriais Ampliados: desafios e perspectivas para o controle e prevenção*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. Parte III, capítulo 8, p. 221-236



JOHN BURCHELL

O Artista Esquecido que desenhou a Baixada Fluminense no Século XIX

Guilherme Peres¹

O Brasil foi, desde o primeiro século do descobrimento, fonte de curiosidade dos viajantes estrangeiros que por aqui aportavam em busca do novo, do deslumbrante, do exótico, do desconhecido. Interminável a lista desses visitantes, que a partir do século XVI começaram a chegar, deixando relatos sobre as atividades de índios, negros e brancos formadores de nossa cultura: André Thevet, Jean de Lery, Antony Knivet, Hans Staden, Fernão Cardim, Pedro de Magalhães Gandavo e outros.

Entretanto, é a partir do século XIX, com a abertura dos portos e tangidos pelo surto da revolução industrial na Europa, que esses cronistas viajantes, e até pintores e desenhistas, transformaram a simples curiosidade em fonte de pesquisas científicas com valiosos registros de caráter botânico, geográfico, geológico, antropológico e etnográfico como: Jonh, Luccock, Jonh Mawe, Henry Coster, Saint-Hilaire, Debret, Spix e Martius Maria Graham, Rugendas, Daniel Kider, entre outros. Alguns com trabalhos artísticos de grande importância documental.



¹ Membro da Academia de Letras e Artes de Nova Iguaçu e da Academia de Letras e Artes de São João de Meriti. Fundador do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense – IPAHB. Sócio fundador da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

Porém, existe um que não é citado nas várias historiografias desses visitantes: William John Burchell. Nascido na Inglaterra em 1871 formou-se em botânica e em 1803 foi aceito como membro na Linnean Society de Londres. Durante quatro anos explorou a vasta região da União Sul Africana, voltando para seu país com grande coleção da flora, centenas de desenhos e grande número de “observações astronômicas e metereológicas”.

Influenciado por outros viajantes, resolveu conhecer o Brasil. No porto de Portsmouth, embarcou no navio Wellesley, em 15 de março de 1825 junto com a missão de Sir Charles Stuart, que veio a esse país com a missão de negociar o reconhecimento da nossa independência. Ao costear a península Ibérica, detiveram-se em Portugal por dois meses, onde Burchell aproveitou para desenhar e familiarizar-se com o vernáculo.

Aportaram no Rio de Janeiro em 18 de julho do mesmo ano, demorando-se nesta cidade até setembro de 1826. Penetrando a Baixada Fluminense, nesse período, deixou uma série de desenhos que registram o Porto da Estrela, a sede da fazenda Mandioca, pertencente ao barão de Langsdorff, naturalista e cônsul da Rússia no Brasil, e uma falua subindo as águas calmas do Rio Inhomirim com sua vela inflada ao sabor do vento.

Mas de todos esses desenhos, alguns já registrados pelo lápis de artistas famosos que também ali estiveram como Debret, Thomas Ender, Rugendas e Victor Barrat, surpreende-nos a desconhecida “Ponte Coberta”. Nele vemos negras escravas lavando roupa à margem de um rio, próximo a uma ponte coberta de telhas, notando-se ao fundo a torre de uma igreja que, o militar e político brasileiro Raimundo José da Cunha Matos, assinalou em seu livro: “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais”, que, ao aproximar-se da fazenda Mandioca atravessou uma ponte coberta, e que ali existia “uma igreja de Nossa Senhora da Conceição”.

Burchell teria passado por essa fazenda em direção a Raiz da Serra dos Órgãos, até alcançar - para uma visita - a fazenda Santa Ana do Paquequer, do inglês George March, na futura Teresópolis, através de Santo Aleixo e Magé.

A falta de desenhos registrando sua presença na região da Serra dos Órgãos entre os dias 6 e 24 de fevereiro de 1826, é explicado por Gilberto Ferrez no prefácio de seu álbum de desenhos: segundo ele, por ser estação chuvosa, o trabalho do artista tornava-se quase impossível naquela região tão bela, “vista da casa de March, das Araras, ou do Alto da Boa Vista”.

Durante quase cinco anos Burchell, viajou pelo interior do Brasil colhendo e catalogando amostras minerais e botânicas, registrando através de desenhos aspectos humanos e principalmente arquitetônicos com notável acerto de perspectiva e proporções de igrejas, praças, arruamentos, sobrados etc. Legando para a posteridade raro acervo iconográfico, constando de 257 desenhos “do mais alto valor histórico e arquitetônico”, além de 33 pranchas sobre botânica e zoologia.

De volta à Inglaterra, com esse farto material artístico e científico, sentiu-se desprezado pelo governo, que demonstrou pouco interesse pelo seu trabalho. Com centenas de amostras botânicas e minerais classificadas e catalogadas, acompanhadas de inúmeros desenhos, não encontrou o apoio esperado para publicação. Preterido por outros cientistas com trabalhos de menor valor, cansado e doente, suicidou-se no dia 23 de março de 1863. Desapareceu uma vida, mas sua obra artística permaneceu. Lamentavelmente seus diários de viagem nunca foram encontrados.

Comentários

É ainda Gilberto Ferrez quem nos fala sobre o Porto da Estrela, prefaciando seu álbum de desenhos: “Até então tínhamos as aquarelas do austriaco Thomas Ender como as melhores quanto a representação da arquitetura brasileira desse período. Agora, ao compara-las com o acervo deixado por Burchell, temos que reconhecer que este é superior aquelas, graças a meticulosidade com que reproduziu detalhes, sem falarmos na região retratada que é bem mais ampla e variada. Outra particularidade e das mais importantes, é das proporções e perspectivas serem absolutamente corretas, a tal ponto que o belo desenho de Rugendas do Porto da Estrela, ao ser comparada com o de Burchell, não passa de uma fantasia romântica do lugarejo”.

Ao observar essa magnífica “aguada” do porto citada por Ferrez, vemos que aparecem à esquerda do Rio Inhomirim um grande casarão aberto, abrigando extensos troncos de madeira, tendo ao lado um barco sendo construído ou reformado, aparentando ser um pequeno estaleiro. À direita, vê-se um rancho para abrigar tropeiros e mercadorias, cercado de inúmeros animais de cela pastando, pertencentes às tropas. “É um edifício muito comprido dividido em cubículos por paredes de taipa, em frente do qual um teto prolongado forma uma grande varanda cujas pilastras são de tijolos”, diz outro viajante, Auguste de Saint-Hilaire.

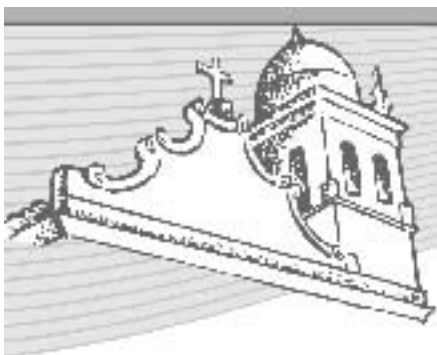
Na abertura do álbum, aparece o auto-retrato de Burchell desenhado de frente, ostentando uma cartola com a aba em desalinho, encobrindo parte de uma abundante cabeleira. Abaixo dos olhos brilhantes aparece um grosso bigode que dá continuidade a uma extensa barba, encobrindo o pescoço até a altura de um lenço com um laço de escoteiro. Sobre os ombros, um dólmã de gola alta completa o vestuário. Mais adiante, um desenho a lápis que Ferrez chama de “Fazenda do Senhor João Antonio”. Em frente a ela aparece, sobre uma frágil ponte atravessando o leito do Rio Caioba, uma figura com cartola, que este diz ser o próprio Burchell. Ao fundo, o magnífico penhasco da Serra do Frade.

Também a lápis, aparece a sede da Fazenda da Cordoaria, que erroneamente Gilberto Ferrez afirma ser “A bela fazenda de Paulo Moreira, próxima de Mandioca”. Esta fazenda foi comprada pelo Primeiro Império, para instalação da Imperial Fábrica de Pólvora.

Em sua história, não foi encontrada a data desta construção; entretanto, quando a fazenda foi adquirida à viúva de Antonio Ribeiro das Neves, pelo coronel João Antonio da Silveira Albernaz em 1804, o sobrado já existia, conforme consta na escritura de venda da fazenda, relatando a existência de: “uma residência de sobrado com vários trastes dentro dela, e um oratório com alguns trastes”. Na frente, vê-se uma grande varanda, que se alcançava por uma escadaria reta de pedra, depois substituída por duas laterais, quando se tornou sede da Fábrica de Pólvora.

Referências Bibliográficas

- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **“Viagem às Nascentes do Rio São Francisco”**. SP: Ed. Brasiliense, 1937.
- AZEVEDO PONDÉ, Francisco de Paula e. **“O Porto da Estrela”**. In: Revista do IHGB, Volume 293: RJ: IHGB, 1971.
- FERREZ, GILBERTO. **“O Brasil do Primeiro Reinado, visto pelo Botânico John Burchell”**. RJ: Fundação João Moreira Salles / Nacional Pro-Memória, 1981.
- MATOS, RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA. **“Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás”**. MG: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004.

**SANTOS LEMOS****Um Santo que Fumou, Bebeu e Escreveu**Rogério Torres¹

Era ousado no que escrevia, desafiador, quase provocador.

Na verdade, de santo não tinha nada, felizmente; era tão torto e reto como qualquer um de nós. Diferia, entretanto, da maioria dos pobres mortais por seu invulgar talento e sensibilidade social. Mas não pensem que era um homem de esquerda, não era; muito menos de direita, Deus nos livre. Era, de fato, um exemplo encarnado da alma brasileira: inteligente, sincero, romântico e esporrento. Sabia entender as coisas simples e - em alguns casos - dramáticas do povo, transportando-as, com um colorido todo especial, para os seus escritos, fossem eles crônicas ou livros. Se me fosse permitida uma comparação, diria que ele me lembra o João do Rio.

Era ousado no que escrevia, desafiador, quase provocador. Em muitos momentos, acredito, escandalizou a pequena burguesia provinciana da Caxias de antigamente. Em sua literatura se escancaravam as portas de uma galeria que exibia tipos que a sociedade evita dar voz: prostitutas, bicheiros, malandros e marginais de todos os tipos.

Conheci Santos Lemos em 1967, no Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal - mais tarde

transformado em Curso de Pedagogia – mantido pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira. Naquele momento não consegui entender muito bem a razão de sua presença num curso de Pedagogia. Afinal, Santos Lemos era policial e mais velho que a maioria dos alunos daquele estabelecimento. Pode parecer uma posição preconceituosa de minha parte, mas naquele momento ela se justificava. A presença de um “tira” num curso para a formação de professores, convenhamos, era algo um pouco estranho. Vivíamos um momento politicamente difícil. O país estava sob uma feroz ditadura que acabara de derrubar o governo constitucional de João Goulart. Através da truculência policialesca e de Atos Institucionais não menos truculentos, os novos donos do poder procuravam intimidar aqueles que lhes faziam oposição. Um bem montado serviço de “deduração” fora criado no país, visando garantir a continuidade do golpe de 1964.

¹ Professor e historiador. Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Professor das redes públicas de Educação do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Duque de Caxias. É sócio benemérito da Associação dos Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias e autor de vários livros, fotografias e vídeos voltados à cultura e à história da Baixada Fluminense.

Tudo favorecia ao aparecimento de arrivistas dos mais variados matizes. Em todos os lugares, informantes, “oficiais” e “não-oficiais”, se esmeravam na apresentação de “serviço”. As paredes tinham ouvidos; o clima era pesado, todos desconfiavam de todos.

Diante de tudo isso, nada mais natural que eu colocasse as minhas barbas de molho diante da presença de Santos Lemos no Curso de Pedagogia. Mas com o tempo nossas relações de amizade foram se estreitando. Pude então perceber que todas as minhas desconfianças eram a típica reação daquele personagem criado pelo Henfil: “Ubaldo, o paranóico”.

Aquele homem de baixa estatura, gordinho, pele amorenada, cabelos crespos e “tatibitate” era, na verdade, um sonhador dotado de incomum talento literário. Acabei ficando seu amigo, ajudando a desfazer, junto aos demais colegas, aquela imagem negativa que fora criada em torno de si.

Santos Lemos, apesar de seus dramas pessoais, manteve serenidade suficiente para construir uma obra literária rica em informações, curiosa e de denúncia das mazelas sociais. Sua posição em nossas letras é ímpar. Através dos livros que publicou, com os próprios recursos, desfilam tipos humanos que povoam as páginas policiais. São anti-heróis (tornados heróis na poesia “Santo Verdade”, de Newton Menezes) de carne e osso, com registro de batismo e - algumas vezes - endereço conhecido.

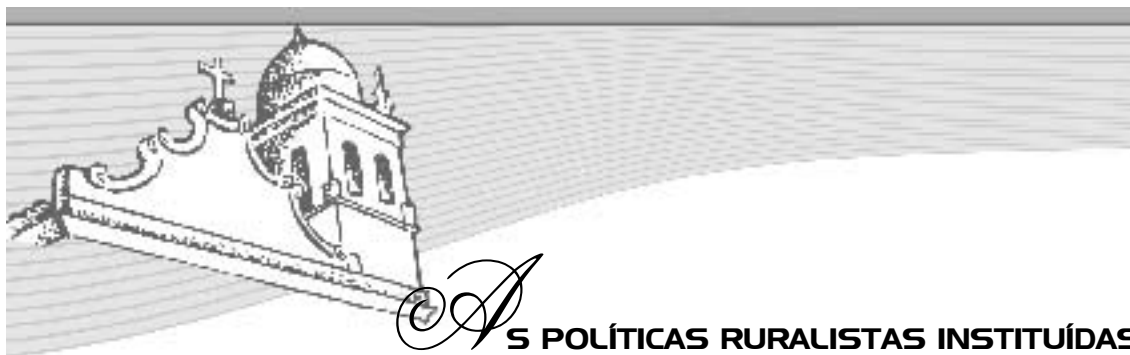
Até chegar aos seus romances-reportagens, Santos Lemos trilhou o áspero caminho da crônica policial. Durante mais de 15 anos foi correspondente de pelo menos oito jornais do antigo Distrito Federal aqui, em Duque de Caxias. Isso teria sido a sua verdadeira escola. Foi a experiência como repórter de polícia que o levou, quase que naturalmente, para o campo da literatura. Das páginas de seus livros, saltam tipos humanos, fatos e aspectos que caracterizam um período dramático vivido em nossa cidade. Período que muitos gostariam que fosse varrido para baixo do tapete, mas que a pena desafiadora do escritor teima em immortalizar, revelando, em cada parágrafo, a face cruel de uma sociedade martirizada pelas desigualdades sociais.

O escritor não foi um mero diletante, frio cronista afastado dos fatos; ao contrário, o sub-mundo de Duque de Caxias foi visto e vivido por Santos Lemos, que dele não saiu incólume. Se a reportagem policial havia revelado o escritor, produziria, também, o próprio policial. Parece ter sido esta a grande contradição de sua vida: como conciliar a liberdade de expressão, tão necessária a realização do seu ofício de escritor e jornalista, com a função policial, normalmente autoritária e repressora?

Santos Lemos jamais abdicou de suas prerrogativas de jornalista. Tanto assim que sua passagem pela polícia foi marcada por diversas punições, decorrentes de inconfidências, denúncias e críticas feitas contra a cúpula da Secretaria de Segurança. Aos poucos, como se vê, o escritor foi “matando” o policial, que acabou tendo a sua carreira arruinada.

Foi um predestinado. Sua existência, desde cedo, seria marcada pela tragédia. Por fim, faltou-lhe força e vontade para vencer os dramas pessoais e a insidiosa doença que o acometeu.

O desaparecimento de Santos Lemos deixou uma lacuna em nossas letras. Com sua morte calariam, também, as vozes daqueles que lotaram a carceragem do 311, a sinistra delegacia da Plínio Casado.



AS POLÍTICAS RURALISTAS INSTITUÍDAS NO ATUAL TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS (1900-1961)

Marisa Gonzaga¹

Marlucia Santos de Souza²

As primeiras iniciativas de saneamento ao oeste das cercanias da Guanabara foram realizadas ainda no século XIX a partir das pressões dos proprietários de terra e de escravos assim como, de outros moradores locais. Entretanto, as obras de maior impacto e que alterou drasticamente a paisagem local foram as empreendidas a partir do governo de Nilo Peçanha, pela Comissão Federal de Saneamento (CFS) (1910-1916)³. Entre as transformações as que merecem maior destaque foram a retificação dos rios e a unificação de bacias hidrográficas. Para Souza, tais obras alteraram o ecossistema aterrando áreas de brejo, mudando cursos dos rios, unificando bacias e extraindo a vegetação que margeavam os rios, configurando-se assim um crime ambiental⁴. Para Simone Fadel, as obras empreendidas pela CFS representaram na época um esforço de aplicar “os princípios modernizadores apresentados pela categoria dos engenheiros e consolidados na potencialidade do saber técnico-científico”⁵.

Ainda que os engenheiros estivessem empregando as orientações mais modernas do período, a unificação das bacias e a retificação dos rios alteraram substancialmente a lógica ambiental do lugar. Atualmente temos a clareza que a ondulações dos rios estabeleciam retenções naturais do volume de água que descem das serras nos períodos de chuvas mais intensas, assim como, a destruição da vegetação circundante, principalmente os manguezais, provocaram e ainda provocam danos ambientais gravíssimos. Evidentemente que no período em que a CFS atuou, procurou-se estabelecer uma intervenção em um território extremamente impactado pelos encharcamentos e endemias rurais. Nesse sentido, tais intervenções empreendidas pelo Estado brasileiro constituíam-se como políticas que assegurassem a revalorização fundiária e o avanço da produção agrícola.

Podemos identificar assim as intervenções referidas como fruto das pressões ruralistas. Cabe, portanto, definir neste trabalho o conceito de ruralismo utilizado. Partiremos dos pressupostos estabelecidos por Mendonça definindo-o como um movimento construído pelas frações da classe dominante rural não hegemônica, ou seja, não cafeicultora, que em meio ao processo de industrialização e urbanização em curso afirmaram a vocação agrícola defendendo seus interesses de classe. Ao ocupar o lugar econômico

¹ Pós graduada em História do Rio de Janeiro pela UFF. Graduada em História pela FEUDUC. Professora da rede municipal de ensino. Diretora do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias.

² Mestre em História pela UFF. Graduada e Pós graduada em História pela FEUDUC. Professora da rede estadual de ensino. Sócia Fundadora da APPH-Clio e da ASAMIH. Diretora do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias.

³ Para saber mais sobre a Comissão Federal de Saneamento ver FADEL, Simone. **Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no Império e na Primeira República**. RJ: Garamond e FAPERJ, 2009.

⁴ SOUZA, Marlucia Santos de. **Os Impactos das Políticas Agrárias e de Saneamento na Baixada Fluminense IN Revista Pilares da História** Ano 4, Número 6, abril 2006. RJ: IHDC e ASAMIR, 2006.

⁵ Idem: 226.

dos menos dinâmicos organizam-se para manter-se como classe dominante, disputando projetos e políticas que os beneficiassem. Diz a autora:

(...) recorto o ruralismo brasileiro, ratificado e especificamente definido ao longo da Primeira República, em primeiro lugar como um movimento político integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária e sustentado por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas. De tal movimento, cujas nuances apontam para segmentação no seio da classe proprietária rural e para oposições à sua fração hegemônica, provenientes do que chamarei de "frações dominadas da classe dominante..." (MENDONÇA, 1997: 13).

Embora não hegemônicos os ruralistas constituíam-se como importante força política na medida em que controlavam a maioria das federações. Para afirmar a vocação agrícola do país e o projeto de sociedade ruralista, fundaram em 1897, a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA). A pressão ruralista fez com que o Estado brasileiro retomasse em 1906, a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Entre os intelectuais orgânicos dos ruralistas, Mendonça destaca a atuação de dois agentes, Assis Brasil e Nilo Peçanha. O primeiro, um pecuarista gaúcho que atuou no parlamento e como diplomático brasileiro. Fortemente influenciado pelas modernas técnicas agrícolas norte-americanas defendeu a importância da educação, da modernização e da mecanização agrícola. Ferrenho defensor do incentivo público a economia diversificada. Sua obra "A Cultura dos Campos", de 1898, tornou-se referência para os ruralistas. O segundo, era advogado e filho de pequeno proprietário rural de Campos de Goitacazes. Atuou por mais de 20 anos no executivo e legislativo nacional e regional seja como presidente do Estado do Rio de Janeiro (1903-1906), como vice e presidente da República (1906-1910), como deputado federal (1890-1903). Nesse sentido, Nilo Peçanha assumiu o papel de um dos mais importantes agentes do projeto ruralista para o território fluminense⁶.

O programa de recuperação da agricultura de Nilo Peçanha baseava-se em: restabelecer a influência do estado fluminense na esfera federal, reduzir os gastos públicos, amparar os restos da cultura existente, diversificar a agrícola, afirmar a vocação agrícola, assegurar o saneamento das áreas alagadas para fins de revalorização fundiária e agrária, investir na melhoria técnica da produção agrícola, proteger o mercado garantindo ao lavrador comércio vantajoso de suas colheitas, reforma do sistema tributário e abastecimento interno.

(...) Nilo tentaria reanimar o setor agrícola com base em quatro vertentes: a redução dos fretes de transporte ferroviário, a sobretributação dos importados similares aos da produção local; a diminuição dos impostos sobre a exportação agrícola do estado e, por fim, a concessão de estímulos, diretos e indiretos, ao policultivo. (MENDONÇA, 1997: 34).

Segundo a autora a política estabelecida e mantida pelos sucessores de Nilo obteve um relativo sucesso ao diversificar a agricultura fluminense ou pelo menos, evitou a sua bancarrota. Fica evidenciado que o investimento em saneamento nas cercanias da Guanabara e a retomada das atividades agrícolas nos locais alagados foram frutos das pressões dos proprietários locais e do projeto ruralista mais amplo. Logo, os ruralistas igoaçuanos e mageenses⁷ utilizaram o discurso da decadência e o da busca da idade do ouro, da volta do passado glorioso, do tempo dos barões e das fazendas em desenvolvimento para

⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. SP: UCITEC, 1997: 28-33.

⁷ Ao atravessarmos o século XX, deixaremos de utilizar o termo cercanias da Guanabara para nomear o território e utilizaremos o de Baixada Fluminense. Até a década de 40, estaremos chamando de Baixada Fluminense o território a oeste do Rio de Janeiro formado pelos Municípios de Magé, Nova Iguaçu e Itaguaí. A partir de 1943, serão incorporados ao território os Municípios de Duque de Caxias (emancipado de Nova Iguaçu em 1943), São João de Meriti e Nilópolis (emancipados de Caxias e de Nova Iguaçu respectivamente em 1947).

pressionar o governo republicano a investir na recuperação da economia agrária fluminense e em políticas de revalorização fundiária.

As intervenções da Comissão Federal de Saneamento (1910-1916) não deram conta de resolver o quadro ambiental da Baixada Fluminense, entretanto, conseguiu assegurar a redução de áreas encharcadas e possibilitar uma retomada de atividades agrícolas diversificadas, apesar das implicações ambientais deixadas para as futuras gerações do lugar. Em 1916, em plena primeira guerra mundial a CFS foi extinta apesar de não ter conseguido concluir as obras.

Em 1916, a Comissão foi extinta e todo o cerço dela foi destinado à Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais, à revelia da firma alemã que recebeu posteriormente o equivalente a 50% do valor do maquinário. Podemos supor que a posição do Estado brasileiro na primeira guerra mundial desfavorável aos alemães⁸ e a redução dos investimentos internacionais mediante aos imensos gastos com o conflito internacional, tenham contribuído para o término do contrato anterior. (SOUZA: 2006: 22).

Somente em 1918, o saneamento da Baixada voltou a entrar na pauta do debate público, principalmente após a criação da “Liga Pró-Saneamento” e da “Campanha pela Higienização” impulsionadas por Belisário Penna, culminando com a instalação do Serviço de Profilaxia Rural. Ainda no período citado o Presidente do Estado do Rio de Janeiro realizou um acordo com a Fundação Rockefeller para a instalação de postos de combate as doenças endêmicas. Na Baixada Fluminense as localidades de Meriti, Queimados e Itaguaí receberam os postos⁹.

Apesar do debate e dos postos, as obras continuaram paralisadas. Somente em 1920, no governo de Epitácio Pessoa, elas foram retomadas através da concessão ao engenheiro Jerônimo Teixeira de Alencar e ao Banco Português do Brasil. A primeira exigência do governo federal foi a da criação de uma empresa brasileira com sede na capital dando origem assim, a formação da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense. Nas cláusulas do contrato fica claro o que cabia a empresa como aterro, desmonte de morros, abertura de canais, construções de comportas, de pontes, de canalização de córregos, drenagens, etc. Vale ressaltar o papel de significativa relevância assumida pela empresa em nome do Estado: desapropriação e colonização, cobrança de tributação, beneficiamento de áreas, demarcação de lotes urbanos em manguinhos:

Para realizar as desapropriações o governo federal efetivou um empréstimo à empresa, tendo como garantia a hipoteca dos imóveis desapropriados em nome do Estado. Agora nos resta apontar outras vantagens além do maquinário e do financiamento: os terrenos a aterrar e a beneficiar em Manguinhos e os terrenos altos, circunvizinhos, tornar-se-iam patrimônio da empresa, da mesma forma que os terrenos desocupados ao longo do canal principal do Distrito Federal, das áreas das bacias dos rios Meriti, Sarapuí, Iguaçu, Estrela... (SOUZA, 2006: 23).

Fica evidenciado as vantagens da empresa assim como, o uso do investimento de verba pública em uma empresa privada, o que favoreceu acumulação de capital deste setor. Vale ainda destacar o papel da empresa na execução do projeto ruralista tecido em década anterior, Nesse sentido, a empresa não reservou a sua atuação meramente para o saneamento, mais do que isso, assume o papel de desapropriar, beneficiar e colonizar áreas em nome do Estado¹⁰.

⁸ A firma que ganhou a concorrência das obras estabelecidas pela CFS (1910-1916) foi a Gebrueder Goedhrt, de Dusseldorf (Alemanha).

⁹ FADEL, Simone. **Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no Império e na Primeira República**. RJ: Garamond e FAPERJ, 2009:210.

¹⁰ Referência utilizada pela autora: Ministério da Viação e Obras Públicas. *Directoria Geral de Expediente. Baixada Fluminense. Decretos e Actos Referentes ao Contrato com a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense 1920-1922*. RJ: Imprensa Nacional, 1923.

Os terrenos baldios de propriedade da União que nessas zonas estiverem compreendidos, alagados e não aproveitáveis, independente de qualquer remuneração, bem como, os que pudessem fornecer aterro ou materiais que se tornarem necessários as obras contratadas também seriam transformadas em patrimônio da empresa. Ela teria ainda o domínio absoluto de fazer todas as benfeitorias necessárias à valorização do solo tais como: o cultivo de pastagens, a instalação de pecuária e de lavoura dos campos, a construção de benfeitorias, a exploração do solo e subsolo, isto é, o direito de fazer com terceiros, colonos, moradores em seu exclusivo proveito o arrendamento, o aluguel ou outro pacto, resguardando-lhe sempre o direito à venda. Além disso, caberia a empresa promover a fundação de estabelecimentos rurais, o fornecimento de créditos, a instituição de núcleos de colonização e a cobrança de taxas de beneficiamento imposto aos moradores. (SOUZA, 2006: 23).

Os documentos revelam que a Empresa de Melhoramentos da Baixada assumiu o papel de assegurar a recuperação ambiental, assim como, o de promover e alargar o desenvolvimento agrário do lugar. Em troca recebeu empréstimo, desapropriou propriedades, apropriou terras alagadas, vazias e até de morros. Pôde ainda cobrar pelos beneficiamentos feitos e explorar os recursos naturais, monopolizando inclusive vias de circulação fluvial.

A nosso ver, a empresa recebeu a incumbência de executar parte do projeto dos ruralistas reanimando a economia agrícola fluminense em direção ao atendimento das demandas do consumo interno. Em contrapartida desapropriou e explorou para os seus próprios cofres as fazendas de São Bento, Aurora, os Sítios do Meriti e o do Rafael, além de outras áreas disponíveis.

Em 1930, a mudança instaurada no cenário nacional após a deposição do Presidente Washington Luís e a posse de Getúlio Vargas, demarcou alterações na composição do Estado Brasileiro. De um lado, a perda da hegemonia paulista sobre a política brasileira e a afirmação do projeto ruralista expresso nas políticas públicas instituídas pelo MAIC. Uma das iniciativas tomadas pelos vencedores foi a destituição da Empresa Melhoramentos da Baixada em 1931 e a criação de uma Comissão Federal de Saneamento.

A empresa atuou até 1931 quando o contrato foi rescindido sob a alegação de não ter sido cumprido todos os acordos. Entre os bens entregues ao governo podemos destacar terrenos, áreas aterradas, fazendas, benfeitoria, móveis, bens agrícolas, etc, calculados em 92.436: 816\$ 676. Foi entregue ao Estado uma área de cerca de 2.097.780.00 metros quadrados. Entre as fazendas e sítios desapropriados estavam os sítios Meriti (40. 000.00 m2) e o Rafael (711. 977.00), as fazendas Aurora (687.577.00), Tinguá (25. 552. 675.00) e São Bento (83. 283. 590.00). (SOUZA, 2006: 23).

Além das propriedades, a nova comissão recebeu os relatórios e os estudos realizados pelas instituições anteriores. Entre as proposições destinadas ao território deixadas pela Empresa Melhoramento merecem destaques as seguintes: continuidade das obras de saneamento, investimento em policultivo, principalmente do arroz, criação de núcleos de colonização utilizando-se mão-de-obra não européia, ou seja, asiática ou de nacionais¹¹.

O que queremos indicar com esta afirmação é a existência de uma linha de continuidade entre o proposto nos anos 20 pelos ruralistas e as empreendidas pelo novo governo que assume em 30, na medida em que foram as oligarquias regionais menos dinâmicas, portanto, as ruralistas, que assumiram o poder. Assim, no campo das disputas interclasse dominante rural podemos constatar que enquanto o setor da

¹¹ GOÊS, Hildebrando de Araújo. **Relatório Apresentado pelo Engenheiro Chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense**. RJ: Ministério da Viação e Obras, 1934.

cafeicultura paulista manteve-se hegemônico na primeira República, o setor oligárquico não exportador obteve grandes vantagens na disputa hegemônica através do Movimento Ruralista durante a segunda República¹².

Podemos encontrar na obra de Edgard Carone vários pontos do Programa de Reconstrução Nacional lançado pelo novo governo. Entre eles recortamos a necessidade de reorganizar o Ministério da Agricultura, intensificar a produção pelo policultivo, adotar uma política internacional de aproximação econômica para facilitar o escoamento das sobras exportáveis, incentivar a pequena propriedade mediante a transferência direta de lotes de terras de cultura ao trabalhador agrícola, preferencialmente ao nacional com vistas ao abastecimento interno. Como também no programa da Legião Revolucionária de São Paulo¹³ localizamos indicativos de afirmação da vocação agrícola através da defesa dos incentivos públicos a agricultura e a pecuária, essenciais à alimentação, a reivindicação das terras devolutas ilegalmente apossadas para a reversão ao domínio público e a instalação de núcleos coloniais cooperativos¹⁴.

O que fica claro é que as frações da classe dominante que haviam sido "secundarizadas" na primeira República e que eram defensoras da vocação agrícola, da policultura, principalmente a redirecionada para o mercado interno, afirmou-se no interior do Ministério da Agricultura influenciando significativamente as políticas públicas. A recessão provocada pela primeira grande guerra, pelos volumosos endividamentos públicos contraídos para conter a crise do café e para beneficiar as frações da classe dominante cafeicultura, agravou-se ainda mais com a queda da Bolsa de Valores de Nova York ampliando-se assim, a dependência externa do Brasil.

A crise internacional colocou em xeque o projeto liberal e a economia agro-exportadora monocultora no Brasil. Apesar do discurso da superação do atraso da economia na primeira República e da afirmação do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, a economia brasileira ainda encontrava-se restringida pela agricultura. O desabastecimento interno e a necessidade de se estabelecer as bases de fomento da industrialização (fornecimento de matéria-prima básica, de mão-de-obra barata e disciplinada, de uma estrutura mínima de subsistência urbana como alimentação, moradia e transporte) contribuíram para fortalecer o discurso ruralista e a ação interventora do Estado, desmantelando-se assim, a economia agro-exportadora brasileira baseada na monocultura¹⁵.

Neste contexto, o atual território da Baixada Fluminense e particularmente o Município de Duque de Caxias tornou-se lugar de abrigo de várias políticas públicas empreendidas pelo MAIC. De um lado a proximidade com o Distrito Federal e de outro, a existência de terras devolutas e a facilidades em desapropriar terras desvalorizadas pelos impactos do impaludismo e da crise agrária.

Na perspectiva de incentivar a diversificação agrícola procurou-se estimular ainda mais a produção de frutas, principalmente a laranja, o abacaxi e a banana para compensar a estagnação do café ainda numa expectativa exportadora, embora não se perdesse de vista o mercado interno. Situação exemplar é o caso da citricultura na Baixada Fluminense. A produção de laranja em Nova Iguaçu revalorizou as terras e reaqueceu a produção agrária local pelo menos até 1945.

O governo varguista investiu na criação dos chamados "park house" com vistas ao beneficiamento da laranja, na abertura e melhorias das vias de circulação, no sistema ferroviário e em políticas de colonização e de pesquisa relativas à melhoria das tecnologias da produção vegetal. Os investimentos na Universidade Federal Rural foi uma importante conquista dos ruralistas.

No que tange a aplicação das políticas de colonização e da produção diversificada voltada para o abastecimento do aglomerado urbano carioca podemos destacar a criação dos núcleos coloniais, da Estação Fitossanitária do São Bento e do Campo de Multiplicação de Sementes no atual território de Duque de Caxias.

¹² MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. SP: UCITEC, 1997.

¹³ Quando os tenentes assumiram o controle do governo de São Paulo.

¹⁴ CARONE, Edgard. **A Segunda República (1930-1937)**. Coleção Corpo e Alma. SP: Difel, 1974:16-17; 255-256.

¹⁵ Ver MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil**. RJ: Graal, 1986.

O MAIC procurou implementar os núcleos ainda com estratégia de formação de novos trabalhadores, os chamados “trabalhadores nacionais”, reduzindo assim, o quantitativo da massa desempregada da cidade ao transferi-la para o interior ou para a periferia, evitando, assim, o conflito social. O controle deste novo trabalhador rural se efetivaria a partir da instituição de sociedades agrícolas tendo o Estado o papel de moderador das relações sociais como nos afirma Mendonça¹⁶.

Nas décadas anteriores de 1930, os núcleos coloniais eram utilizados somente para atender a imigração, principalmente a européia, subsidiada pelo governo brasileiro. Em relação aos colonos brasileiros existiam os Centros Agrícolas, que fixavam trabalhadores em lotes demarcados em terras devolutas.

Os Centros Agrícolas eram muito mais penosos para o trabalhador, o tamanho dos lotes e o prazo de pagamento eram menores, mais controle sobre os trabalhadores e menos apoio tecnológico, se comparado com os núcleos coloniais. Já em 1915, já era utilizada pelo Ministério a distinção entre os colonos imigrantes e o colono trabalhador nacional. Mendonça chama a atenção para o tratamento diferenciado a estes trabalhadores:

Diversamente do que ocorria com os núcleos coloniais destinados aos imigrantes, as condições para o assentamento dos nacionais seriam bem mais rigorosas, estipulando-se menores direitos e maiores deveres a seus supostos beneficiários. (...) para os Centros seriam também encaminhados os contingentes de retirantes deslocados pelas secas nordestinas... (...) os sem trabalho – referidos com exclusividade as populações ociosas das cidades – e os flagelados... (...) distribuindo a população, promovendo o saneamento urbano. (MENDONÇA, 1997: 169-170).

Desse modo, os Centros Agrícolas serviram, sobretudo, para justificar o “retorno dos chamados “desocupados” a terra. A fração oligárquica hegemônica do pós-30 transformou os núcleos coloniais em projetos de assentamento do trabalhador nacional e do imigrante não europeu. Entretanto, não se poderia supor a inauguração de uma política nova na medida em que podemos encontrar nos documentos da Empresa de Melhoramento da Baixada Fluminense, indicativos para a promoção do desenvolvimento local através da instalação de núcleos coloniais utilizando-se como colono o trabalhador nacional e ou o imigrante não europeu que eram mais baratos¹⁷. O que temos no pós-30 é uma continuidade e a aplicabilidade das políticas ruralistas amadurecidas e formuladas a partir dos anos 10 e 20 do século XX, pelos ruralistas, seus agentes e seus intelectuais orgânicos.

No território fluminense o MAIC instalou inicialmente no início dos anos 30, núcleos coloniais em terras da União como a antiga Fazenda Real ou Fazenda Santa Cruz e nas propriedades desapropriadas pela Empresa de Melhoramentos. Em 1930, foi criado o Núcleo Colonial de Santa Cruz (Decreto 19.133) com o mesmo perfil de Colônia Agrícola.

Os trabalhadores nacionais e posteriormente imigrantes japoneses receberam lotes rurais de 10 hectares que deveriam ser pagos num prazo de dez anos, a contar após os três primeiros anos de produção. Neste período, o Ministério da Agricultura forneceria as mudas de laranja e outras sementes, apoio técnico através do acompanhamento de agrônomos, ferramentas, transportes, incentivaria a criação de cooperativas para favorecer a associação do colono e o escoamento da produção. Posteriormente o colono deveria arcar com a sua produção e circulação¹⁸.

No território desapropriado pela Empresa Melhoramentos e em terras já desapropriadas pelo Estado Imperial para fins de preservação dos mananciais de água (Fazenda do Tinguá e Cachoeira das Dores, na Taquara), localizadas atualmente nos Municípios de Nova Iguaçu e de Duque de Caxias, foram

¹⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. SP: UCITEC, 1997:88.

¹⁷ Ver Ministério da Viação e Obras Públicas. *Directoria Geral de Expediente. Baixada Fluminense. Decretos e Actos Referentes ao Contrato com a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense 1920-1922*. RJ: Imprensa Nacional, 1923; GOÊS, Hildebrando de Araújo. **Relatório Apresentado pelo Engenheiro Chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense**. RJ: Ministério da Viação e Obras, 1934.

¹⁸ FORMAN, Shepard. **Camponeses: Sua Participação no Brasil**. RJ: Terra e Paz, 1979.

fundados os seguintes Núcleos Coloniais: do São Bento, do Tinguá e de Duque de Caxias. No Núcleo Colonial São Bento foi instalado a Estação Fitossanitária do São Bento, o Patronato São Bento e a Cidade dos Meninos. No Núcleo do Tinguá foi estabelecida a Escola Típica Rural Carlos Souza Duarte. No Sítio do Rafael, também desapropriado pela Empresa Melhoramentos, foi instalado o Campo de Multiplicação de Sementes e a Escola Agrícola de Parada Angélica¹⁹.

As terras ocupadas pelos Núcleos Coloniais de São Bento e de Santa Cruz, outrora pantanais endêmicos, se transformaram em celeiro da capital federal... O Ministério tem incentivado a localização de colonos em seus núcleos na Baixada, encaminhando-se para esses núcleos, sobretudo, colonos especializados na prática de culturas hortícolas, tão necessárias ao consumo da população desta capital, que delas se abastecia nas regiões vizinhas da capital paulista e em outras, oneradas, por isso, das despesas de transporte ferroviário de cerca de 500 km e acrescidos ainda, a esse inconveniente o de privar o consumidor desses gêneros...²⁰.

Os núcleos coloniais da Baixada Fluminense constituem-se como políticas públicas incorporando de um lado as demandas ruralistas, afirmando-se a vocação agrícola e de outro, atende a emergência em assegurar o abastecimento urbano da capital federal, reduzindo as importações e a retirada de recursos fluminenses para outros territórios fronteiriços. No recenseamento produzido pelo Ministério da Agricultura em 1940, o Núcleo Colonial de Santa Cruz assentou 273 famílias com 1.700 habitantes. Das 273 famílias, 214 eram nacionais, 22 eram japonesas, 12 austríacas, 10 portuguesas, 7 alemãs, 5 espanholas e as demais são libanesas, lituanas e românicas. No Núcleo Colonial São Bento foram assentadas 142 famílias, sendo 109 nacionais, 12 portuguesas, 9 japonesas, 7 alemãs, 2 italianas, 1 polonesa e 1 austríaca²¹. Nos dois casos fica evidenciada a presença majoritária de trabalhadores nacionais e de imigrantes japoneses e portugueses.

No caso específico do Núcleo Colonial São Bento vale destacar a composição étnica de seus habitantes segundo o Departamento de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura: 775 brasileiros, 77 japoneses, 37 portugueses, 18 alemães e outros (23), sendo que 415 eram brancos, 174 eram pretos, 228 eram pardos e 77 eram amarelos. Somando-se os pretos e os pardos teremos 402 negros compondo maioria dos colonos. Assim, além de brasileiros, a maioria dos colonos do Núcleo Colonial São Bento não era branca. Para melhor compreendermos essa política instituída pelo Estado brasileiro apresentaremos informações e reflexões acerca da formação dos núcleos da Baixada Fluminense.

Núcleo Colonial São Bento

Em 1932, o Núcleo Colonial São Bento foi criado pelo Decreto nº 22.226. Segundo os relatos da funcionária aposentada do Ministério da Agricultura, Delfina de Oliveira Mendes, muitos funcionários que vieram trabalhar no Núcleo São Bento foram transferidos do Núcleo Colonial de Santa Cruz²².

A área do Núcleo Colonial São Bento era dividida em 7 (sete) Glebas e uma sede. Nela foram construídas casas dos colonos e os equipamentos administrativos e educativos e que correspondia a mesma área utilizada como sede da fazenda São Bento.

¹⁹ **Políticas Agrárias na Baixada Fluminense.** Núcleos Coloniais e Campo de Multiplicação de Sementes. RJ: Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias, 2008 (CD).

²⁰ O Ministério da Agricultura no Governo Vargas 1930-1944. Serviço de Documentação. RJ: Imprensa Nacional, 1935:77.

²¹ Idem

²² Entrevista realizada em 2004. Ver: ATANÁSIO, Everaldo; FREITAS, Damares; NOGUEIRA, Eloisa; SILVA, Marisa Gonzaga da; TEIXEIRA, Deolinda. **Bairro São Bento.** Pesquisa de Bairro. Duque de Caxias-RJ: Trabalho da Graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias, 2004.

Nela podemos encontrar ainda hoje a Capela Nossa Senhora das Candeias, erguida em 1645, que recebeu a denominação posteriormente de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor. Ao lado da capela os beneditinos construíram um sobrado em estilo barroco com um enorme varandão. O casarão abrigou o Patronato São Bento Odilon Braga (em homenagem ao Ministro da Agricultura).

Junto aos prédios havia ainda antigas construções que eram tulhas da Fazenda São Bento (armazenamento de carvão e da produção agrícola, fábrica de farinha, beneficiamento do leite). A tulha de Carvão abrigou o Posto de Serviço Nacional de Endemias Rurais para atuar no tratamento da malária, a antiga casa de farinha foi adaptada para receber os colonos solteiros e depois transformada em clube social e esportivo do colono. Dois galpões mantiveram-se como área de armazenamento da produção do núcleo, um outro foi transformado em Posto Médico e Farmácia. O atual prédio da Escola Nisia Vilela era armazém. Os colonos estavam organizados na Cooperativa Mista de São Bento (fábrica de farinha) e a Cooperativa Agropecuária de São Bento Ltda. Foi ainda construído pelo Ministério um prédio para abrigar a Empresa de Correios e Telégrafo e setenta casas para os colonos. Cada casa possuía 2 quartos, sala, banheiro, cozinha, uma varandinha, taco e forro de madeira (39 metros quadrados)²³.

Além da sede o núcleo era constituído por sete glebas rurais, medidas e desmarcadas de modo a constituírem “unidades autônomas e indivisíveis”. Estas eram destinadas ao cultivo pelos colonos. As sete Glebas correspondiam a uma área de 102 Km², terras relativas hoje aos municípios de Duque de Caxias, parte de Nova Iguaçu e de Belford Roxo²⁴.

Segundo os depoentes a maioria dos funcionários do Núcleo de São Bento veio de Santa Cruz e do Distrito Federal para trabalhar e morar na localidade. Muitos almejavam a obtenção das vantagens que o Ministério da Agricultura oferecia aos que se dispusesse a trabalhar e morar nesta unidade colonial. Vantagens tais como: moradia construída pelo ministério, a possibilidade de comprá-la a preço módico, assistência médica e direito aos medicamentos, luz, água, segurança, acesso diário a parte da produção do núcleo como verduras, ovos, frutas e leite. Para adquirir o lote rural era necessário que o interessado se inscrevesse no Ministério da Agricultura, ao ser chamado era submetido a um exame médico, caso passasse era instalado no núcleo.

O núcleo contava com 503 funcionários para atender as sete Glebas. Entre eles havia 2 tratoristas, sendo um trator de esteira e um trator de arado; 3 agrônomos; 5 médicos; 1 farmacêutico; 2 jardineiros; 5 professoras; 2 dentistas; tinham também carpinteiros, pedreiros, mecânicos, vários fiscais de lote, trabalhadores burocráticos, muitos motoristas e um administrador. Merece ainda destaque a figura dos fiscais de lotes que vigiavam constantemente o colono no sentido de assegurar a produtividade desejada pelo ministério, de garantir a permanência no núcleo e, não obstante, manter a ordem estabelecida. Qualquer alteração da rotina deveria ser comunicada imediatamente ao Ministério através do telégrafo²⁵.

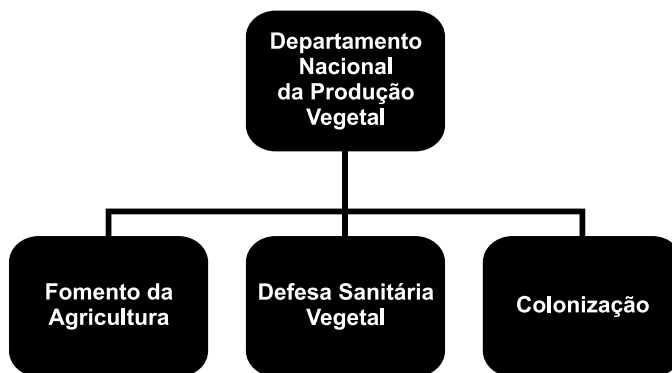
Havia ainda o representante direto do Ministério da Agricultura que ocupava o papel de administrador. A partir de 1939 os administradores dos núcleos coloniais eram designados pelo Diretor a Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional de Produção Vegetal - DNPV²⁶. O DNPV foi instituído em 1934 para integrar e coordenar as políticas agrárias em seus três eixos essenciais apresentados a seguir:

²³ INCRA. Extinto Núcleo Colonial São Bento. Histórico. RJ: mimeografado, 1975; ATANÁSIO, Everaldo; FREITAS, Damares; NOGUEIRA, Eloísa; SILVA, Marisa Gonzaga da; TEIXEIRA, Deolinda. Bairro São Bento. Pesquisa de Bairro. Duque de Caxias-RJ: Trabalho da Graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias, 2004.

²⁴ Escritura de Venda do Lote Rural, 451, situado na 5ª Gleba do Núcleo Colonial São Bento. Registrada no Cartório do 4º Ofício de Notas em Duque de Caxias.

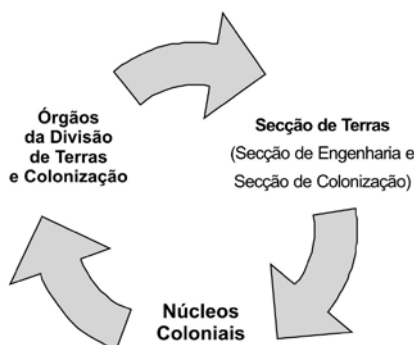
²⁵ INCRA. Extinto Núcleo Colonial São Bento. Histórico. RJ: mimeografado, 1975.

²⁶ O Departamento Nacional de Produção Vegetal era subordinado diretamente ao Ministro de Estado. Foi criado pelo Decreto 23.979, de 8 de março de 1934 e reestruturado pelo Decreto-Lei 982, de 23 de dezembro de 1938. de 1934 e reestruturado pelo Decreto-Lei 982, de 23 de dezembro de 1938.



O DNPV tornou-se o órgão responsável pela implementação das políticas voltadas para a pesquisa com vistas ao desenvolvimento da produção agrícola e o combate das endemias rurais, assim como, para assegurar a efetivação e o controle dos projetos de colonização. No seu regimento encontramos a seguinte estrutura: a Divisão de Terras e Colonização²⁷, a Divisão de Fomento da Produção Vegetal²⁸, a Divisão de Defesa Sanitária Vegetal²⁹ e a Seção de Comunicação³⁰.

Os núcleos coloniais, portanto estavam subordinados a Divisão de Terras e Colonização, responsáveis pela sua instituição, registro cartográfico, pela fiscalização, pelo registro imobiliário, pela construção dos prédios e oficinas, pelo fornecimento estrutura material inicial, seja de sementes a ferramentas. Entre as várias funções, vale destacar o da indicação e o acompanhamento do administrador do núcleo.



²⁷ **Funções da Secção de Terras:** 1. Estudar os títulos de terras públicas e particulares para fins de colonização; 2. Organizar o registro de terras para colonização e vistoriar; 3. Promover a incorporação das fazendas e terras da União que sirvam para colonização; 4. Organizar o arquivo e mapoteca das terras federais, públicas e particulares destinadas a colonização, bem como dos núcleos coloniais; 5. Promover a fiscalização e registro de terras estaduais, municipais e particulares para colonização, inclusive das estradas de ferro coloniais, com direito à subvenção; 6. Realizar estudos referentes à regulamentação de terras federais que interessem à colonização; 7. Propor a aquisição, direta ou por desapropriação, de imóveis para fins de colonização, de preferência os marginais às estradas de ferro, rodagem ou rios navegáveis; 8. Desenhar gráficos, projetos e cartas topográficas; 9. Incumbir-se dos trabalhos de mecânica, reparos e conservação das oficinas, dos veículos e maquinários em serviço; 10. Executar ou fiscalizar, nos núcleos coloniais, trabalhos de construção e conservação de estradas, saneamento e outros serviços; 11. Organizar quadros trimestrais dos núcleos coloniais em fundação, indicando sua situação, datas de início dos trabalhos de fundação, números de lotes, demarcação das terras, quadro da realidade; 12. Estudar e projetar obras para os núcleos zelando pela execução e conservação; 13. Estudar os métodos de colonização apropriados às diferenças regionais, as organizações de caráter social, e impor penas disciplinares até a suspensão por 30 dias; 14. Estudar as organizações de caráter social, econômico e financeiro a serem adotados nos núcleos; 15. Organizar os registros dos núcleos e; 16. Amparar e encaminhar as correntes migratórias que se formam dentro do país, promovendo a sua localização nos núcleos coloniais, etc. Artigo 14 do Regimento do Departamento Nacional da Produção Vegetal.

²⁸ As funções da Divisão de Fomento da Produção Vegetal serão apresentadas no capítulo 2.

²⁹ **Funções da Divisão de Defesa Sanitária:** 1. Execução dos serviços de fiscalização fito-sanitária; 2. Investigações das doenças e pragas que atacam os vegetais e o combate a elas. Artigo 10 do Regimento do Departamento Nacional da Produção Vegetal.

³⁰ Decreto de Aprovação do Regimento do Departamento Nacional da Produção Vegetal Número 4.438, de 26 de Julho de 1939. Regimento do Departamento Nacional da Produção Vegetal. Coleção de Leis do Brasil (31/12/1939).

Cabe ressaltar o que diz o regimento interno do DNPV acerca do papel do administrador do núcleo colonial:

Receber os agricultores estrangeiros e nacionais que se destinem ao núcleo, na estação ferroviária, porto marítimo ou fluvial, transportá-los, com suas bagagens, até a sede do núcleo e dar-lhes agasalho; providenciar os auxílios necessários aos agricultores para a sua manutenção e o da sua família; efetuar a distribuição dos lotes pelos agricultores e entregar-lhes o título provisórios e definitivos; fornecer gratuitamente aos recém-chegados ao núcleo, ferramentas de trabalho, plantas e sementes; facultar ao estrangeiro o serviço de intérprete; encaminhar a correspondência dos colonos e promover a entrega das que lhes for endereçada; orientar o colono em seu primeiro trabalho; administrar todos os serviços do núcleo; visitar frequentemente os lotes ocupados informando a Divisão de Terras e Colonização a aplicação de penas disciplinares que se tornarem necessárias; manter a ordem em todo o núcleo e requisitar as autoridades as providências que dependerem; providenciar o fornecimento de materiais e gêneros alimentar de que necessitar o núcleo; comunicar falecimento de qualquer colono, fazenda arrecadar, arrolar e guardar os bens do finado; encaminhar a folha de pagamento ou o resumo do ponto do pessoal; aprovar a escala de férias do pessoal do núcleo; encerrar o ponto do pessoal. O administrador do núcleo é obrigado a residir na respectiva sede³¹.

Entre os papéis estabelecidos fica evidenciado que o administrador representa a voz e a vontade do Ministério da Agricultura, tendo poderes inclusive de estabelecer conjuntamente com a Divisão de Terras e Colonização a penalidades aos colonos quando este considerar necessário. A preocupação com o controle social nas áreas rurais³², principalmente nos territórios próximos a capital federal e a partir da instauração do Estado Novo era respondido com a proliferação de espaços de sociabilidades vigiados, regulados e norteados pela valorização do trabalho, dos princípios nacionalistas e de afirmação da liderança pessoal do Presidente da república. Por outro lado, afirmava-se também a presença do Estado assegurando o mínimo de condições para a manutenção da política instituída e a busca do consentimento.

Nos relatos de Dona Delfhina de Oliveira é possível identificar algumas falas que remontam o passado do núcleo como um tempo dourado. Um olhar romântico do passado mediado por um presente de ausência de políticas públicas. Recortamos alguns fragmentos dos relatos para melhor compreendermos que tais políticas ativaram repressão concomitantemente com a busca do consentimento.

Na entrada do núcleo havia uma guarita. De dois lados tinha aquele pau que atravessava. Os carros e as pessoas tinham que se identificar tudo direitinho, mostrar documentos. Festa só até as 10: 30 horas, era ordem do administrador e ninguém passava daquela ordem. (...) Quando vinha parente ou amigos tinha que avisar ao administrador, dizer quanto tempo ia ficar a pessoa...

Eu cheguei com 7 anos. Meu pai conseguiu o lote com outro colono que quis passar o lote. Você tinha dez anos para pagar e três anos eles custeavam tudo assim, ferramentas, sementes, serviço médico, escola para os filhos, carro para levar as crianças para o patronato. Tinha o futebol e depois veio o clube na época do administrador doutor José Henrique Fernandes Filho (agrônomo). O carnaval era uma maravilha. O baile de lá sabe,

³¹ Regimento do Departamento Nacional da Produção Vegetal.

³² Vale lembrar que a regulamentação do trabalho só se efetivou para o trabalho urbano-industrial. Além da inexistência de uma legislação trabalhista para o trabalho rural, o que favorecia as oligarquias rurais, a proibição de sindicalização desconhecia o direito de organização do trabalhador do campo. Nas propriedades rurais cabia ao proprietário o controle da ordem e nas terras devolutas, ao Estado.

ele mesmo mandava buscar as moças e os rapazes da colônia e depois levar, o motorista vinha. Tinha cinema de vez em quando...

Era tudo tratado, a rua, tinha máquina e agente não precisava tirar o sapato. Era tudo florido, tinha jardineiro que mantinha, limpava, arrumava, regava... Tinha aquelas touceiras grandes de capim, tinha papoula e tudo cercado de um lado e do outro, tinha angico. Tinha canteiro da entrada até o Reviver, em frente ao mosteiro também, ali tinha palmas³³.

Por outro lado, a depoente e outros entrevistados revelaram também algumas dificuldades enfrentadas pelos colonos, duvidando por alguns momentos da idealizada idade do ouro vivida. Só havia luz na sede do núcleo, para ir a cidade era preciso ir a pé até a Estação de Caxias. Quando chegavam de noite enfrentavam a escuridão, eram obrigados a tirar os sapatos para enfrentar a lama e a violência que os faziam correr quando se aproximavam do Corte Oito. Só havia dois horários em que o trem parava na Parada São Bento e na volta era preciso ficar em cima do maquinista para ele lembrar de parar. As terras de cultivo nem sempre eram boas, havia áreas pantanosas, o solo empobrecido pelo longo uso sem investimentos na sua recuperação, a água potável trazida do sopé das serras³⁴ chegava racionada no local e a malária fazia muitas vítimas. Quando não desejavam mais permanecer no núcleo ou não ainda, quando não conseguiam se manter eram praticamente forçados a vender sua parte a terceiros³⁵.

Apesar das dificuldades os antigos colonos ainda lembram da existência de uma atmosfera de promessa de futuro, de proteção, de presença ainda que precária do Estado. Para eles o Núcleo Colonial São Bento era um dos mais importantes e antigos núcleos fluminenses.

Como já indicamos anteriormente o colono ao assinar o contrato como concessionário do lote recebia as mudas de laranjas e outras sementes, recebia ferramentas e assessoria dos agrônomos que orientavam como melhor utilizar o solo e a melhor forma de criar os animais, revelando a existência de uma estrutura mínima que seja. Os colonos trabalhavam com suas famílias e alguns possuíam empregados em seus lotes. O núcleo garantia o escoamento da produção através do fornecimento de transporte e de integração ao mercado carioca. Os colonos vendiam sua produção, principalmente nas feiras do Rio de Janeiro como a Feiras de Copacabana, de São Cristóvão e de Santo Cristo. O núcleo possuía vários caminhões e três caminhonetes para transportar os colonos diariamente da sede para as glebas de produção e para circular as mercadorias, e uma ambulância para o atendimento das emergências.

A produção agrícola era organizada da seguinte forma: 1ª Gleba: laranja. (atual Parque Fluminense); 2ª Gleba: mandioca, banana, criava-se aves. (Wona); 3ª Gleba: cana-de-açúcar e banana (Cidade dos Meninos); 4ª Gleba: destaque para a cana e banana. (Praça da Boa Esperança até o Lote XV); 5ª Gleba: couve, alface, tomates, quiabo, etc. (Babi); 6ª Gleba: criação de gado, porcos, galinhas e abelhas. (Amapá); 7ª Gleba: fábrica de pólvora onde se explorava a extração de minerais. A produção concentrava-se, principalmente, na parte baixa. Nas terras altas plantavam-se laranjas de várias espécies para exportação. Na sede havia ainda uma área com um grande pomar de frutas cítricas, abíl, jabuticabas e outras variedades destinadas ao consumo interno e venda nas feiras³⁶.

No Núcleo Colonial São Bento havia duas cooperativas. A Cooperativa Mista de São Bento que funcionava no lote 28 da 1ª Gleba (hoje, Parque Fluminense) endividou-se com o Banco do Brasil para melhor estruturar a Fábrica de Farinha de Mandioca. Como não conseguiu pagar as dívidas teve suas máquinas recolhidas e levadas a leilão. Esta cooperativa não conseguiu se estabelecer. Já a Cooperativa

³³ Entrevista com Delfina de Oliveira Mendes, funcionária aposentada pelo Ministério da Agricultura. Ela foi funcionária das cooperativas do Núcleo Colonial São Bento. Chegou ao São Bento com sete anos e na data da realização da entrevista ela estava com 77 anos. A entrevista foi realizada em 2004. Em 2009, ela faleceu. As entrevistas podem ser encontradas no Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias.

³⁴ Os caminhões buscavam a água na serra e distribuía aos moradores, que colocavam galões na frente da casa esperando o abastecimento.

³⁵ Idem

³⁶ INCRA. Extinto Núcleo Colonial São Bento. Histórico. RJ: mimeografado, 1975.

Agropecuária de São Bento Ltda funcionou satisfatoriamente, provendo o desenvolvimento do núcleo até o início dos anos 60.

Os Núcleos Coloniais do Tinguá e de Duque de Caxias

Em 1876 o Estado Imperial construiu a Estrada de Ferro Rio do D'ouro para viabilizar a instalação e a manutenção de dutos e represas com vistas a assegurar a distribuição de água para a Corte do Rio de Janeiro. A ferrovia tornou-se também a via de circulação de pessoas e da produção rural do sopé da Serra do Tinguá e de seus arredores. Em 1883, o Estado Imperial adquiriu do Barão do Tinguá uma área dos mananciais denominados Serra Velha, Boa Esperança e Bacurubu, nascentes que jorravam suas águas pelas Fazendas da Conceição, do Provedor e do Tabuleiro. A desapropriação foi justificada pela necessidade de preservação dos mananciais de água que abasteciam a Corte. O Estado construiu um reservatório denominado Barrelão com a capacidade de armazenar quatrocentos metros cúbicos de água das Cachoeiras Brava, do Macuco, da Boa Esperança, do Giro Comprido, do Bacuburu, da Ponte Columi e Serra Velha³⁷.

Em 1938, o Ministério da Agricultura criou o Núcleo Colonial do Tinguá, através do Decreto: 22.496 nas terras desapropriadas no Império com o objetivo de assegurar o abastecimento de água para a capital federal de produtos hortigranjeiros. As terras do antigo núcleo estão situadas atualmente nos territórios dos Municípios de Nova Iguaçu e de Duque de Caxias, totalizando uma área de 2.561,13 há dividida em 182 parcelas rurais e 221 urbanos. No atual Município de Nova Iguaçu foram instituídas as Glebas Barreira, Comércio, Janjana, Macacu, Serra, o loteamento urbano – sede e os lotes 52, 74 e 76 da Gleba Esperança. No Município de Duque de Caxias foram criadas as Glebas Tabuleiro e o restante da Gleba Boa Esperança³⁸.

A produção do núcleo era laranja, banana, cana-de-açúcar, mandioca, arroz, feijão, e hortaliças. Fabricava-se farinha, açúcar e carvão e possuía a seguinte estrutura: casa de farinha; oficina para as caminhonetes; caminhonetes para transportar a produção do Núcleo até as feiras da capital federal; residências para os funcionários do Ministério da Agricultura e para os colonos; Escola Típica Rural Carlos Souza Duarte, Clube Social Recreativo Tinguá; posto ambulatorial; Igreja Nossa Senhora da Conceição e a Cooperativa Agrícola de Produção e Consumo Ltda³⁹.

O Núcleo Agrícola do Tinguá configurou-se como uma unidade agrícola de porte similar ao Núcleo de São Bento e o de Santa Cruz no que diz respeito a sua estrutura, sua organização e sua produção. Nos relatos dos antigos colonos é visível as relações e intercâmbios existentes entre os núcleos e as áreas de pesquisa e de experimentos desenvolvidos pelo Departamento de Produção Vegetal. Apesar das semelhanças o Núcleo do Tinguá e o de Duque de Caxias possuem particularidades sendo instituídas em terras da União desapropriadas para frear o desmatamento provocado pela expansão cafeeira e pelas carvoarias, protegendo assim, os mananciais de água para a Corte. A criação do Núcleo Colonial Duque de Caxias estava inclusive subordinada a uma legislação específica de preservação dos mananciais de água (Decreto-Lei 3.266 de 12 de maio de 1941).

O Núcleo Colonial Duque de Caxias (granja modelo, situado atualmente na Taquara, no Município de Duque de Caxias, foi criado em 1941, pelo Decreto de 8.310, em uma área de 540,95 ha dividida em 47 parcelas. Possuía uma área reservada para a administração do núcleo com 20,140 há (Sede) e duas Glebas: a da Taquara com 26 lotes e da Soledade com 21 lotes. Assim como ocorreu com o Núcleo do Tinguá, o Ministério da Agricultura aproveitou-se da existência de terras da União, adquirida também no século XIX. A Fazenda Cachoeira das Dores, pertencente ao Tenente Henrique Izidoro Xavier de Brito, foi adquirida pelo Estado Imperial em 1883, para fins de preservação das matas protetoras dos mananciais de abastecimento de água da Corte.

³⁷ PEREIRA, Waldick. **Barão do Tinguá**. Nova Iguaçu: Instituto Histórico de Nova Iguaçu, 1981 (mimeo).

³⁸ VIEIRA, Gomes. **Inventário Fundiário das Áreas sob a Jurisdição do INCRA – Rio de Janeiro**. RJ: Ministério do Desenvolvimento Agrário; INCRA – Superintendência Regional no RIO de Janeiro, s/d; Nos limites do Núcleo Colonial do Tinguá surgiram os seguintes bairros: Tinguá, Marambaia, Piranema, Capivari e Amapá.

³⁹ Idem

Possuía a seguinte estrutura: administração com secretaria, Posto Médico, almoxarifado, 4 residências para servidores do ministério, inclusive a do administrador, guardadas por um vigia, responsável pela fiscalização das matas, dos mananciais e pela conservação da estrada⁴⁰.

Uma das marcas desse núcleo é a instituição de um sistema de colonização especial através da instalação das “granjas modelos”, onde era estimulada a preservação da flora, dos mananciais e da beleza natural em lotes de 10 a 30 hectares, destinando-se para os trabalhos agrícolas as áreas de menor cobertura vegetativa. Além da criação de aves na Granja Modelo e da criação de porcos, produzia-se no núcleo mandioca, banana, quiabo, batata, hortaliças etc. Apesar da legislação específica para salvaguardar os mananciais de água, o fabrico de carvão era uma das atividades econômica do núcleo⁴¹.

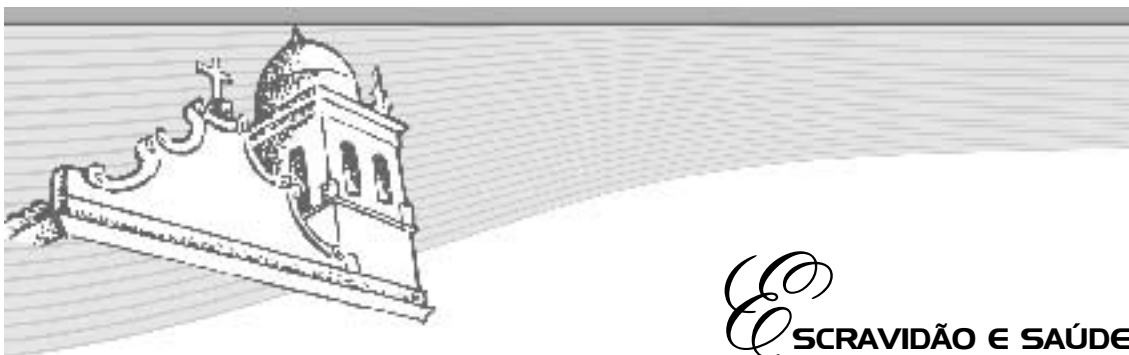
Apesar da legislação específica e da preocupação com a preservação dos mananciais não podemos perder de vista que qualquer projeto de colonização implica a ocupação de terras e o desenvolvimento de atividades agrícolas, o que promoveria o desmatamento das áreas de reservas. De um lado o Estado destina fiscais para assegurar a proteção dos mananciais e de outro, permitiram as carvoarias e o policultivo, responsáveis pelo aceleração do desmatamento. Apesar da contradição existente entre preservar e colonizar, as áreas que se encontravam entre a serra e o mar (Baía da Guanabara), denominada de Baixada Fluminense, caracterizaram-se mais uma vez como território de produção e de armazenamento de água para fins de abastecimento do Rio de Janeiro.

Durante os anos 30 a 60 os núcleos coloniais foram responsáveis pelo assentamento de colonos em espaços ordenados e disciplinados, pela afirmação da vocação agrícola no território fluminense, pela manutenção de áreas agrícolas que asseguram o abastecimento de alimentos na capital federal e retardaram o processo de ocupação urbana desenfreada nos arredores da metrópole carioca.

As desapropriações estabelecidas pelo Estado Imperial e as realizadas pela Empresa Melhoramentos da Baixada Fluminense asseguraram a existência de terras públicas nas periferias da capital federal. Ao longo dos anos as terras da União receberam um conjunto de investimentos ruralistas como a instalações de unidades agrícolas coloniais, de unidades de pesquisa e de experimentação de produção vegetal como o Campo de Multiplicação de Sementes e a Estação Fitossanitária do São Bento, as de formação e controle do trabalhador nacional como o Patronato São Bento, as escolas agrícolas e a Cidade dos Meninos.

⁴⁰ Processo Administrativo 54180.001052/1998-39. **Renovação de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso da Área da Sede do Núcleo Colonial Duque de Caxias**. RJ: Ministério do Desenvolvimento Agrário; INCRA/ Superintendência RJ – 2005.

⁴¹ Idem e VIEIRA, Gomes. **Inventário Fundiário das Áreas sob a Jurisdição do INCRA – Rio de Janeiro**. RJ: Ministério do Desenvolvimento Agrário; INCRA – Superintendência Regional no RIO de Janeiro, s/d.



A Doença do Corpo e a Cura da Alma no Recôncavo do Rio de Janeiro, Século XIX

Nielson Rosa Bezerra¹

Resumo

Os escravizados africanos não tinham condições de trabalho, de moradia, de alimentação adequadas. Os tratamentos de saúde não eram regulares, embora já se houvesse conhecimento de profilaxias científicas para a cura de muitas moléstias. Na maioria das vezes, os seres humanos escravizados não tinham nenhum tratamento, o que representaria a iminência da morte. O presente artigo visa problematizar a relação entre saúde, doença e escravidão, considerando as moléstias que acometiam os escravizados que viviam nas freguesias do Recôncavo do Rio de Janeiro durante uma parte do período escravista. Para isso, recorreremos a diferentes tipos de documentos como inventários, cartas de alforrias, livros eclesiásticos e relatos de viajantes.

Introdução

Na década de 1850 a escritora francesa Adèle Tossain-Samson desembarcou no Rio de Janeiro e foi morar a Rua do Rosário, no coração da corte. Em seus relatos sobre sua viagem, publicados em 1883 ela demonstrava um espírito crítico contra a escravidão e certo horror com as condições sanitárias das ruas da corte. Nesse período, a cidade do Rio de Janeiro estava assolada por uma epidemia de febre amarela. Por conta disso, a francesa deslocou-se para a fazenda São José, de propriedade do Sr. March² no Porto da Piedade, em Magé, situada no fundo da Baía da Guanabara. Entre muitos aspectos da vida naquela localidade, destaca-se a descrição que Adèle fez de um feiticheiro. Segundo ela, o feiticheiro era um homem alto, esguio, com cabelos embranquecidos em função de sua idade avançada. O feiticheiro estava envolto numa capa raiada, trazia uma espécie de alforje pendurado de lado e tinha um bastão na mão. Seu rosto era sério e pensativo.

O feiticheiro foi chamado para atender um escravo picado de cobra trazido do canavial numa carroça. O escravo já vomitava sangue. Ao aproximar-se do enfermo, o feiticheiro ofereceu uma infusão de plantas com o objetivo de curar o negro, com a condição de que nenhuma mulher entrasse no quarto onde estava o doente por sete dias. Segundo ele, sem o cumprimento dessa recomendação, ele não garantiria a cura, uma vez que apenas ele tinha o segredo que envolvia o conhecimento sobre as ervas, o preparo e as condições expostas ao longo do tratamento oferecido para o doente. Segundo Adèle, ela teria questionado ao feiticheiro sobre as plantas que ele teria usado para curar as reações provenientes de uma picada de jararaca. Contudo, o feiticheiro não revelou o segredo. Para ele, o cuidado das pessoas enquanto estivessem doentes era o suficiente, pois ele ressentia-se pelo temor que as pessoas tinham dele, inclusive

¹ Professor Doutor em História pela UFF. Diretor do Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias-RJ. Professor da Universidade Estadual do Maranhão - Rua da Estrela, 247 Centro - São Luiz - MA (bezerranielson@hotmail.com).

² Essa é a forma como o nome do proprietário aparece na publicação.

ensinando as crianças desse modo. Assim, afirmava que quando morresse, levaria todos os segredos consigo, sem revelá-los a ninguém (TOUSSAINT-SAMSSON, 2003)³.

O relato anterior de Adéle Toussaint-Samson oferece uma dimensão da realidade da vida escrava no Recôncavo da Guanabara durante o século XIX. As condições de saúde eram precárias, sendo as pessoas escravizadas sujeitas a pouco ou nenhum tratamento para moléstias que poderiam acometer qualquer pessoa daquela sociedade. Assim, era comum recorrer aos “conhecimentos mágicos” de feitiçeiros para que se obtivesse a cura. É importante destacar que nem todas as pessoas tinham acesso nem se quer aos tratamentos feitos por rezas e feitiços, o que revela uma sociedade ainda mais precária com os indivíduos que a sustentava com o seu trabalho.

Desde o período colonial a mão de obra escrava africana foi largamente utilizada no Brasil. O trabalho escravo movia a economia brasileira durante o período colonial e o século XIX. Conquanto, nem sempre, ou melhor, na maioria das vezes, os escravizados africanos tinham condições de trabalho, de moradia, de alimentação adequadas. Os tratamentos de saúde não eram regulares, embora já se houvesse conhecimento de profilaxias científicas para a cura de muitas moléstias. Na maioria das vezes, os seres humanos escravizados não tinham nenhum tratamento, o que representaria a iminência da morte. O presente artigo visa problematizar a relação entre saúde, doença e escravidão, considerando as moléstias que acometiam os escravizados que viviam nas freguesias do Recôncavo da Guanabara durante uma parte do período escravista. Para isso, recorreremos a diferentes tipos de documentos como inventários, cartas de alforrias, livros eclesiásticos e relatos de viajantes. De acordo com Alisson Eugênio, no interesse de acumular recorrentes lucros, os proprietários subtraíam custos com os recursos para sustentar os escravos, provocando precárias condições de vida, razão pela qual morriam, na maioria das vezes, precocemente vitimados por doenças provocadas pelos mais diversos fatores (EUGÊNIO, 2009).

Desde o trabalho pioneiro de Mary Karasch (2000) diferentes estudiosos têm se dedicado sobre a relação entre escravidão e saúde como uma perspectiva para se ampliar os estudos sobre a vida escrava no Brasil. Mesmo quando não foi o foco principal da pesquisa, muitos historiadores lançaram um olhar sobre esse aspecto do tema (RODRIGUES, 2005). Em outros casos, as condições da saúde escrava tornaram-se uma importante temática geradora de projetos de pesquisas institucionalizadas (PORTO, 2006). Assim, esse artigo situa-se nesse debate, oferecendo uma perspectiva do tema através de um olhar sobre as freguesias do Recôncavo do Rio de Janeiro durante o período em que a escravidão consistiu como a principal modalidade de exploração do trabalho no Brasil.

Escravidão, demografia e doenças

Durante o século XIX ocorreu o desembarque do maior volume de escravos no Rio de Janeiro. Também não se pode esquecer que após 1850 no âmbito do debate sobre os rumos da escravidão no Brasil o abolicionismo ganhou maior relevância, favorecendo a definitiva extinção do trabalho escravo no final daquele século. Entretanto, o tráfico de escravos, juntamente com as condições sanitárias das cidades brasileiras foi a principal razão para a difusão de doenças e epidemias desde o período colonial. Diversas cidades foram acometidas por diferentes doenças durante o período da escravidão. Muitas escravarias foram totalmente dizimadas, impactando a demografia de uma determinada região e provocando prejuízos incalculáveis para senhores de terras e escravos. De acordo com a memória da vila de Iguaçu, em 1855, um escravo de Bento Domingues Vianna foi acometido de cólera morbus, transmitindo a doença para os demais moradores (escravos e livres) da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu, provocando o início da brusca diminuição demográfica da vila naquele período⁴.

³ Eu preciso indicar que o conhecimento sobre essa história só foi possível por conta de um texto inédito de autoria de Guilherme Peres. Marlúcia dos Santos Souza também conversou comigo sobre esse episódio.

⁴ Rui Afrânio Peixoto. *Imagens Iguaquanas*. Nova Iguaçu: Ed. do Autor, 1976.

A população do Recôncavo do Rio de Janeiro jamais ostentou grandes quantidades de escravizados durante o período colonial e o século XIX. Conquanto, sua população de escravos jamais foi superada por homens livres. A inversão quantitativa entre livres e pobres ocorreu apenas no final do século XIX, passado quase três décadas do fim do tráfico e próximo da definitiva abolição do trabalho escravo no Brasil. As estatísticas populacionais da Província do Rio de Janeiro demonstram essas características demográficas na última década do século XVIII e ao longo do século XIX.

Tabela 1
População de Iguazu entre os séculos XVIII e XIX

ANO	TOTAL	LIVRES	%	ESCRAVOS	%
1779-89	13.054	5.932	45.4	7.122	54.6
1821	18.705	7.550	40.3	11.155	59.7
1850	25.557	12.298	48.0	13.259	52.0
1872	22.717	15.336	67.5	7.381	32.5

Fonte: Apud GOMES, F. S. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – Século XIX*. Campinas: Unicamp, 1992, p. 56-7.

A transição entre os séculos XVIII e XIX representou o período que mais desembarcaram escravos no porto do Rio de Janeiro⁵. O porto do Rio de Janeiro tornou-se a principal referência para o abastecimento de escravos no interior da província fluminense e todo o centro sul do Brasil. Os escravizados que chegavam a cidade do Rio de Janeiro eram comprados em três momentos distintos: em primeiro momento, os grandes proprietários das regiões agro exportadoras compravam em quantidades maiores e levavam o que de melhor o mercado poderia oferecer; em outro momento, os senhores urbanos utilizavam de sua proximidade e compravam os escravos de qualidade que ainda sobravam no mercado; por último, os pequenos proprietários rurais, muitos deles pobres e com poucos recursos ficavam com os “refugos” do mercado, muitas vezes formados por escravos doentes e mutilados que eram arrematados em função dos baixos valores que se poderia pagar.

Os senhores do Recôncavo do Rio de Janeiro eram pequenos proprietários. A maioria deles era formada por lavradores produtores de farinha de mandioca. Os baixos custos da produção da farinha precisavam refletir nos valores investidos na mão de obra. Essa máxima precisava ser reproduzida no momento da aquisição dos escravos, mas por certo também era mantida no processo cotidiano das condições de saúde dos escravizados, como bem ilustra os casos já apontados.

No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro foi possível identificar 45 proprietários de terras e de escravos do Recôncavo do Rio de Janeiro entre 1782 e 1837. Entre esses senhores, a maioria deles tinha uma média de 1 a 30 escravos, constituindo pequenas e médias escravarias para o padrão fluminense durante o período. Em 73% dos inventários foram identificados indícios da plantação da mandioca e do manufaturamento de sua farinha, o que caracteriza essa região como uma importante produtora de alimentos que abastecia a cidade do Rio de Janeiro e outras regiões do mundo atlântico⁶.

A pobreza e as baixas condições de saúde começavam pelos proprietários que compunham os livres e libertos da população do Recôncavo da Guanabara. A maioria deles vivia em pequenas casas e suas roças eram por eles mesmos cuidadas com o auxílio de alguns poucos escravos. Quando alguma moléstia acometia um escravo, não havia investimento com remédios e consultas para a sua melhora, sobrando apenas as preces cristãs e os rituais africanos ou indígenas que recorriam a um conhecimento mágico, como já foi descrito anteriormente.

⁵ Manolo Garcia Florentino. *Em costas negras...*

⁶ Ver: Nielson Rosa Bezerra. “O Bergantim São José Diligente: a farinha do Recôncavo do Rio de Janeiro nas rotas atlânticas”. In *Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara, 1780-1840*. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2010.

Nos inventários pesquisados, entre os 682 escravos identificados, 149 eram doentes ou faleceram durante as avaliações, o que representa um total de 21, 8% da escravaria comprometida. As doenças eram muitas, como cegueira, opilação, fraturas e mutilações diversas, dor de peito, suturas e feridas, tumores, inchaços, fluxo de materiais, dores de barriga (ou de ventre), bulbos (ou sífilis), insanidade mental, alcoolismo, hérnias, entre outras. Alguns senhores acumulavam mais da metade de escravos doentes ou aleijados. Em Santo Antônio da Jacutinga, dos 31 escravos de José Dias Machado, 20 eram doentes (64,5%)⁷. Na freguesia de Guapimirim, entre os 41 escravos do senhor Manoel da Silva Corrêa, 18 eram doentes (43,9%)⁸. Em Inhomirim, do total de 97 escravos do senhor Manoel Gomes Cardoso, 39 eram doentes e aleijados (39,7%)⁹.

Segundo Cláudio Honorato de Paula, muitos senhores do Recôncavo da Guanabara e dos arredores da cidade do Rio de Janeiro preferiam comprar escravos doentes e desvalorizados no Mercado do Valongo (DE PAULA, 2008). A tabela seguinte apresenta os ofícios dos escravos doentes registrados nas listas dos inventários dos senhores do Recôncavo, de forma que se possa obter um perfil dos escravos que compunham a escravaria da região e que tinham algum tipo de doença ou deficiência.

Tabela 2
Ofícios dos escravos doentes e falecidos do Recôncavo da Guanabara (1783-1837)¹⁰

Ofícios	Quantidade	Percentual
Não identificados	61	44.9 %
Serviço de roça	44	32.4 %
Serviço de casa	17	12.5%
Serviço de olaria	5	3.6 %
Serviço de transporte	4	3.0 %
Barbeiros	2	1.5 %
Ourives	1	0.7 %
Carpinteiro	1	0.7 %
Pedreiro	1	0,7 %
TOTAL	136	100 %

Fonte: Arquivo Nacional. Inventários (1783-1837).

Como se poderia imaginar, os escravos doentes e falecidos, em sua maioria eram identificados como tal, tornando invisíveis seus ofícios, o que explica a maior parte dos ofícios dos escravos doentes não sendo identificado na documentação. Entretanto, no universo dos escravos que tinham alguma doença ou deficiência, mas que tinham alguma atividade produtiva, a maioria eram escravos lavradores. Apenas esses dados não são suficientes para afirmar que na escravaria do Recôncavo da Guanabara tinha um percentual de indivíduos que eram comprados com doenças e deficiência entre os “refugos” do Mercado do Valongo, justificado pelos seus baixos preços. Porém, nessas mesmas listas de inventários, perseguindo os 149 escravos que tinham alguma deficiência ou doença, identifiquei 86 africanos (57.7 %); 42 crioulos (28.2%); e 21 (14.1%) não tinham as suas procedências identificadas na documentação¹¹.

⁷ Arquivo Nacional. Inventário de João Dias Machado. Maço 308. Processo 5623. Juízo de órfãos. Jacutinga, 1800.

⁸ Arquivo Nacional. Inventário de Manoel da Silva Correia. Maço 699. Processo 2843. Juízo de órfãos. Guapimirim, 1803.

⁹ Arquivo Nacional. Inventário de Manoel Gomes Cardoso. Maço 451. Processo 8640. Juízo de órfãos. Inhomirim, 1814-1818.

¹⁰ Dos 149 escravos doentes ou falecidos, 13 (8,7%) eram crianças que foram excluídas dessa tabela por não apresentarem nenhuma indicação de qualquer ofício.

¹¹ Neste caso mantive as crianças. No caso dos crioulos, inicialmente pretendia estabelecer os nascidos no Brasil e os africanos com o objetivo de realizar a comparação. Entretanto, no final da quantificação me deparei apenas com crioulos entre os escravos nascidos no Brasil.

Os dados apresentados permitem uma conclusão bastante interessante no que se refere aos escravos com doenças, com deficiências ou falecidos. A maior parte deles era formada por adultos, africanos e lavradores. Essas características são as mesmas do perfil geral da população escrava das freguesias guanabarinhas, somadas ao conhecimento sobre as ofertas de escravos mais baratos no Valongo e que os senhores do Recôncavo usavam comprar esse tipo de escravos, logo é possível estabelecer uma relação entre os senhores de escravos e as ofertas do tráfico, descartando a idéia de que a escravaria do Recôncavo da Guanabara era velha e sem importância e que a economia da região não tinha uma lógica conectada com o mundo atlântico.

Os escravos identificados como doentes eram avaliados e vendidos a preços mais baixos que a média. Isso reforça o fato de que a condição de saúde interferia diretamente na aquisição dos escravos. Era comum a visita de senhores do recôncavo ao mercado do Valongo, onde procuravam escravos doentes e mutilados, conhecidos como o “refugo”¹². Assim, é possível perceber que as doenças e a conseqüente variação no preço dos escravos podem estar associadas a razões diversas. Certamente muitas dessas deficiências devem ter sido adquiridas ao longo do processo de transporte e exposição desses escravos para venda no porto de desembarque, no caso o Mercado do Valongo, principalmente no caso de doentes e mutilados.

Também Eduardo Schnoor analisou inventários para estudar a história da saúde dos escravos no Vale do Paraíba Fluminense, em especial os municípios de São João Marcos e Bananal. Segundo ele além da produção de café, outras atividades ligadas à manutenção de viajantes, como tabernas e um pequeno comércio eram comuns.

A maior diferença estava no número de indivíduos que formava a escravaria da região. No inventário de Brás Arruda, conhecido produtor de café, proprietário, entre outras, da fazenda Cachoeira, Schnoor encontrou 544 escravos; já Luís Gomes Nogueira, outro grande proprietário, tinha 143 escravos. No inventário de Caetano Alves de Oliveira, chegou-se ao impressionante número de 770 escravos, enquanto Luís Gomes Ribeiro por ocasião de seu falecimento tinha 345 escravos. Assim, o Vale do Paraíba estudado por Eduardo Schnoor guardava a característica de muitos escravos de propriedade de um único senhor. Quando sua análise volta-se para as condições de saúde dos escravos, muitas doenças também são identificadas, como mutilações e deficiências físicas, loucura, alcoolismo, bulbas ou sífilis. Entretanto, apesar de se tratar de escravarias bem maiores, a quantidade de escravos doentes ou incapacitados para o pleno serviço não passavam de 11%, número considerado expressivo (SCHNNOOR, 2008).

A localização de São João Marcos e Bananal (entre Minas Gerais e São Paulo) favorecia uma diversidade ocupacional dos escravos, tal como acontecia nas freguesias do recôncavo guanabarino. É possível ressaltar que as freguesias do recôncavo tinham um número bem menor de escravos, mas com uma proporção que ultrapassava o dobro de escravos doentes e mutilados, se comparado com os municípios do Vale do Paraíba, estudados por Schnoor. Como foi dito acima, entre os 682 escravos identificados nos inventários do recôncavo, 149 eram doentes ou faleceram durante as avaliações, correspondendo a um comprometimento de 21, 8% da escravaria.

Pelo menos, no caso das freguesias estudadas, fica claro que a quantidade expressiva de escravos doentes e mutilados, entretanto, nem sempre incapazes para o serviço, se dava através de uma estratégia de lucratividade. Os melhores escravos (mais qualificados, mais fortes, etc), portanto mais caros, eram logo comprados pelos senhores de regiões que concentravam os lucros advindos das atividades agro-exportadoras, como Minas Gerais, no século XVIII, e o Vale do Paraíba no século seguinte. Além disso, ricos senhores de escravos ou mesmo pequenos proprietários de escravos, que viviam nas cidades não poderiam dispor de comprar escravos adoentados, mesmo avaliados aquém do preço de mercado, dadas às circunstâncias e as exigências da vida urbana. Assim, a proximidade da cidade do Rio de Janeiro e do Mercado do Valongo onde eram vendidos os chamados “pretos novos” recém chegados da África era

¹² Nireu Oliveira Cavalcanti. “O comércio de escravos novos no Rio setecentista”. In: Florentino, Manolo. Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, século XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 17-78.

uma alternativa vantajosa para os senhores do recôncavo, explicando a concentração de escravos em condições sanitárias mais precárias nas escravarias do Recôncavo da Guanabara.

Como se percebe, a escravaria do recôncavo caracterizava-se por uma grande diversidade, desde a aquisição dos escravos nos mercados da cidade do Rio de Janeiro. Essas características somam-se a diversidade significativa do perfil ocupacional dos escravos de uma região agrária, mas que devido ao fato de também ser uma área de passagem, necessitava de uma expressiva quantidade proporcional de escravos trabalhando nas ruas, particularmente no setor de transporte. Ainda, não se pode deixar de mencionar a forte relação com o tráfico, já que mesmo não se tratando de uma região produtora de tradicionais mercadorias de exportação tinha acesso às ofertas dos traficantes de escravos. Assim, a escravaria do Recôncavo pode ser caracterizada segundo as palavras de Manolo Florentino: “O típico cativo fluminense era, além disso, um homem adulto marcado por diversas enfermidades, especialmente as traumáticas e infecto-contagiosas. Falta acrescentar ter sido este um estrangeiro” (FLORENTINO, 1997, p. 57).

Escravidão, doenças e alforrias

As escravarias do Recôncavo do Rio de Janeiro eram formadas em grande parte pelo critério produtivo associado aos baixos custos de reprodução e manutenção. A presença significativa de escravos doentes na demografia escrava do Recôncavo do Rio de Janeiro demonstra que os senhores mantinham a relação entre doenças e produtividade, o que por certo diminuía custos. Contudo, a fase produtiva dos escravizados tinha um limite. Inicialmente, imaginamos que a maior parte dos escravizados daquela região faleciam antes de envelhecer, o que resolvia o problema com a velhice. Contudo, nos inventários encontra-se a presença de escravos com mais de 60 anos e em condições de saúde bem precárias. Assim, eu busquei nas cartas de liberdade concedidas aos escravizados do recôncavo casos que demonstrem uma visão sobre a relação liberdade e doenças, como é possível constatar nas linhas seguintes.

Às vezes, a liberdade do escravo se tornava conveniente para o senhor. Nas ocasiões em que os escravos se encontravam moribundos, sem condições de se manter em pé, cuja vida se tornava um estorvo para o senhor, que passaria ter que dispor de outras pessoas para cuidar de suas chagas, o que representaria prejuízos financeiros.

O primeiro caso é do ano de 1833, quando senhor José da Costa libera a sua escrava Ignácia Parda com a seguinte justificativa:

*(...) a qual se acha muito doente de uma mão de uma chaga crônica, por cujo motivo e pelos bons serviços que tem dado lhe dou sua liberdade, como se nascida fosse de ventre de sua mãe, o que faço gratuito e com consentimento de meus herdeiros (...)*¹³.

A segunda situação refere-se ao Senhor José Francisco de Oliveira e sua mulher que, no ano de 1843, libertaram o escravo Estevão Crioulo sob a seguinte proposição:

*(...) o qual lhe damos liberdade, muito por nosso gosto por nos ter prestado bons serviços, e tão bem atendendo a sua pouca saúde, e se achar aleijado de um braço e por quanto desde hoje por diante deixa de ser nosso escravo, e nem nossos herdeiros que possa haver mais nenhum domínio tem, do que podem tratar da sua vida liberto como que de ventre livre nascesse (...)*¹⁴.

¹³ Cartório da Primeira Circunscrição de Nova Iguaçu. Livro do Escrivão do Juiz de Paz da Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, 1833, s/p.

¹⁴ Cartório da Primeira Circunscrição de Nova Iguaçu. Livro do Escrivão do Juiz de Paz da Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, 1846, p. 26.

Em 1863, por ocasião da partilha dos bens realizada pelos herdeiros dos finados senhores Afrotinari Dias Maciel e sua esposa Joanna Dias, no final do processo chegaram-se ao consenso de libertar o escravo Ambrósio de Nação, com as seguintes explicações contidas no teor da carta registrada:

*(...) se demos as nossas partes, em favor da liberdade do mesmo escravo que poderá gozar como se de ventre livre nascesse, e esta esmola lhe fizemos em atenção do amor que lhe consagramos e sua avançada idade e para que possa viajar, e seguir seu destino sem dívida alguma (...)*¹⁵.

Como já foi mencionado anteriormente, nestes casos, para ocorrer a liberdade dos escravos foi fundamental a conveniência daqueles que detinham a propriedade dos mesmos. É bastante interessante o fato de que em todos os casos estarem envolvidos ou mencionados o parecer dos herdeiros, quando eles mesmos não fizeram, cedendo cada um a sua parte. Os escravos eram um bem valioso e bastante disputado nas partilhas de herança, mas ninguém gostaria de herdar um problema, uma despesa. Por mais que o amor para com os escravos, mencionado em todos os casos, fosse verdadeiro, seria mais prudente libertá-lo, livrando-se assim do problema. Outro fato curioso é que em nenhum caso foi estipulada qualquer condição, ou seja, as alforrias foram imediatas, sendo ressaltado que todos deveriam seguir o seu destino, o que garantiria um afastamento, inclusive físico, daquela situação problemática.

Esses casos reforçam a idéia de que os escravizados, mesmo doentes eram largamente utilizados no âmbito das escravarias do Recôncavo do Rio de Janeiro. A documentação investigada oferece indícios de que enquanto os escravizados poderiam trabalhar eles eram tranquilamente utilizados nos mais diferentes ofícios necessários para manter a vida produtiva da região. Embora não haja nenhum indício para essa questão, o pensamento se volta para as condições de sobrevivência de escravos velhos e doentes, mesmo que libertos. Em muitos casos, como já apontei em pesquisa anterior, escravos alforriados mantinham o sobrenome dos senhores e tronavam-se agregados da família senhorial, mantendo vínculos, mesmo depois de adquirir a liberdade¹⁶. Entretanto, nos casos anteriormente mencionados os senhores são específicos em afirmar que os escravos em questão “poderiam seguir o destino sem dívida alguma”. Não há dúvida de que havia um interesse de afastamento daquelas pessoas velhas, doentes e improdutivas.

Escravidão, saúde e suas contradições

Aos 17 dias de abril de 1757, José Francisco do Vale foi sepultado na Igreja dos religiosos do São Bento na Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, embora fosse morador da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu. Ele era casado com Maria de Jesus e não recebeu nenhum sacramento por falecer em lugar deserto. Da mesma forma do relato inicial desse texto, sua morte também foi provocada pela picada de uma cobra venenosa¹⁷. Talvez por estar em lugar deserto ou talvez por ignorar as crenças do feiticeiro descrito por Adèle Toussain-Samson Francisco José do Vale, sepultado em um livro de homens livres não teve nenhuma chance para ser socorrido do infortuito que não deveria ser incomum em Iguaçu e Magé. Também não se tem notícia que o escravo do caso descrito por Adèle Toussaint-Samson tenha sobrevivido após os sete dias recomendados. Entretanto, não é a eficácia do tratamento que eu gostaria de evidenciar, mas as contradições que envolvem os dois casos, pois um homem livre teria morrido em um episódio que a crença de um feiticeiro poderia resolver. Nunca é demais lembrar que o escravo que recebeu tratamento do feiticeiro, possivelmente estava em uma fase produtiva, sua cura também significaria a continuidade do emprego de seu trabalho nos negócios de seu proprietário.

¹⁵ Cartório da Primeira Circunscrição de Nova Iguaçu. Livro do Escrivão do Juiz de Paz da Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, 1863, s/p.

¹⁶ Ver: Nielson Rosa Bezerra. As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1833-1888. Niterói: EdUFF, 2008.

¹⁷ Arquivo da Cúria de Nova Iguaçu. Livro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu, 1757.

Em 1854, na matriz de Nossa Senhora da Piedade de Magé, sepultou-se o inocente crioulo Jovêncio, que morreu com três de idade acometido de vermes. Aquela criança era filho de Ludovina crioula, escrava dos religiosos carmelitas¹⁸. Essa informação demonstra que também havia uma preocupação cristã com os cuidados da alma, uma vez que a dor do corpo já não mais poderia ser dissipada. A criança, nascida nos seios da propriedade religiosa dos carmelitas situada nos fundos da Guanabara, foi enterrada nos cemitério da Matriz e com os rituais cristãos, mesmo que modestos.

A escravidão era uma instituição que guardava coerência apenas no âmbito dos interesses senhoriais. Alguns escravos poderiam ser salvos, mesmo que por métodos diversos do conhecimento científico ou das preces cristãs. Um feitiçeiro, queixoso pela falta de respeito coletivo, poderia ser acionado para garantir a saúde e a cura dos escravizados, sobretudo no caso daqueles que ainda poderiam ser produtivos. Nessa mesma sociedade, homens livres poderiam morrer de um mal que feitiçeiros poderiam curar, mesmo que isso pudesse contrariar os princípios da sociedade cristã e contraditória pela própria adoção do escravismo.

Conclusão

Em sua passagem pelo Recôncavo do Rio de Janeiro durante o século XIX, o viajante inglês George Gardner destacou a visita de uma fazenda que ele havia conhecido, assinalando a rígida disciplina que os escravos eram submetidos. Segundo ele, naquela fazenda havia um “bom e cuidadoso tratamento” para os cativos, evidenciado pela existência de uma enfermaria na fazenda “que tem adquirido larga experiência em tratar das moléstias a que são sujeitos os pretos”. (GARDNER, 1975, p. 37).

Entre os escravos empregados nas rodas de farinha do Recôncavo do Rio de Janeiro, havia uma expressiva quantidade de pessoas doentes e mutiladas. A escravidão instituía uma proximidade com a morte. Nesses casos, a morte poderia ser ainda mais iminente, já que nem sempre o “conhecimento mágico” para o cuidado da alma era suficiente para dissipar a dor do corpo. Entretanto, havia casos de escravos que conseguiam envelhecer. Nesses casos, as enfermidades do corpo eram apenas uma questão de tempo. Como já foi assinalado, nem a liberdade era suficiente para garantir uma vida melhor, já que os velhos escravizados alforriados foram colocados diante de seus destinos em um momento da vida que era preciso descanso e cuidados.

O olhar estrangeiro demonstra que havia uma preocupação em cuidar e disciplinar os escravos para que a produtividade desejada fosse alcançada. Muitos proprietários, diante de suas poucas condições, estabeleceram a compra de “refugos” no Valongo como uma forma de diminuir os custos do trabalho escravo. Então, mínimos cuidados com o corpo eram necessários, seja nas enfermarias observadas por Gardner ou nos serviços de um velho feitiçeiro, como Adèle Toussaim-Samson registrou.

Os cuidados com a saúde são também uma importante perspectiva da condição humana. Assim, o trabalho associado a ausência de cuidados provocava uma realidade de tão difícil, cruel com os escravizados que viviam o cotidiano do cativeiro, cujo trabalho sustentou o Brasil durante o período da escravidão instituída.

Fontes primárias

Arquivo da Cúria de Nova Iguaçu

Livro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu, 1757.

Arquivo da Diocese de Petrópolis

Livro de óbitos de Escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magé, 1853-1855, fl. 3.

¹⁸ Arquivo da Diocese de Petrópolis. Livro de óbitos de Escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magé, 1853-1855, fl. 3.

Arquivo Nacional*Inventários*

1. Ana Luiza Angélica. Maço: 106. Processo: 2002. Freguesia de N. S. Pilar (1803-1820).
2. Anastácio de Jesus Duarte e Mariana de Jesus. Maço: 464. Processo: 8881. Freguesia de N. S. Pilar (1813-1820)
3. Ana Maria da Conceição. Caixa: 3617. Processo: 92. Freguesia de N. S. Pilar (1795)
4. João Lopes. Maço: 282. Processo: 5262. Freguesia de N. S. Pilar (1794)
5. Gertrude Maria de Jesus. Caixa: 3615. Processo: 221. Freguesia de N. S. Pilar (1819-1821)
6. Francisco José Carneiro. Maço: 439. Processo: 8455. Freguesia de N. S. Pilar (1819)
7. Ana Maria de Jesus. Caixa: 3623. Processo: 21. Freguesia de N. S. Pilar (1794)
8. João Correia de Barros. Maço: 308. Processo: 5621. Freguesia de N. S. Pilar (1803-1805)
9. Gertrude Maria dos Anjos. Caixa: 1130. Processo: 9622. Freguesia de N. S. Pilar (1814-1822)
10. Ana Muros. Caixa: 867. Processo: 2239. Freguesia de N. S. Pilar (1808)
11. Maria Joaquina Ferreira Barbosa. Maço: 576. Processo: 9690. Freguesia de S. Antonio da Jacutinga (1810)
12. Manuel Antônio de Brito. Caixa: 1134. Processo: 9292. Freguesia de N. S. Pilar (1806)
13. Rosa Maria Maciel. Caixa: 2298. Processo: 2428. Freguesia de S. Antonio da Jacutinga (1783)
14. Maria Bernarda. Caixa: 1106. Processo: 4170. Freguesia de S. Antonio da Jacutinga (1809)
15. Manoel Monteiro de Castro. Caixa: 3635. Processo: 10. Freguesia de N. S. Pilar (1807)
16. Maria da Conceição. Maço: 485. Processo: 935. Freguesia de S. Antonio da Jacutinga (1789)
17. Maria Antonia do Espírito Santo. Maço: 478. Processo: 9213. Freguesia de S. Antonio da Jacutinga (1795)
18. Manoel Pereira Barreto. Maço: 464. Processo: 8875. Freguesia de S. Antonio da Jacutinga (1813-1817)
19. Felícia Joaquina do Espírito Santo. Maço: 357. Processo: 6274. Freguesia de S. Antonio da Jacutinga (1812)
20. José de Melo. Maço: 471. Processo: 9002. Freguesia de N. S. Pilar (1805-1807)
21. Bernarda Maria de Jesus. Caixa: 3619. Processo: 63. Freguesia de S. Antonio da Jacutinga (1801)
22. Manoel Gonçalves Coelho. Maço: 459. Processo: 8771. Freguesia de N. S. Pilar (1821)
23. Lourenço de Souza. Maço: 470. Processo: 8995. Freguesia de N. S. Pilar (1791)
24. José Caetano de Almeida. Caixa: 909. Processo: 9813. Freguesia de N. S. Pilar (1814)
25. João Dias Machado. Maço: 308. Processo: 5623. Freguesia de S. Antonio da Jacutinga (1800)
26. Victorino da Silveira Duarte. Caixa 1123 Processo 9270. Freg. N. S. Pilar (1807)
27. Rosa Maria da Ressurreição. Caixa 3613. Processo 6. N. S. Pilar (1788)
28. Luiza Matos Coutinho. Maço 485. Processo 9373. São João de Meriti (1779)
29. Maria Vitória da Conceição. Caixa 1117. Processo 8254. Pilar (1816)
30. José Caetano de Almeida. Caixa 909. Processo 9813. N. S. Pilar (1814)
31. José da Silva Duarte – Freguesia de Piedade de Iguassu (1807-1809)
32. José da Costa Neves. Maço 434. Processo 8386. São João de Meriti (1798)
33. José Céspedes Barbosa. Caixa 1118. Processo 8579. São João de Meriti (1818)
34. Cláudia Maria da Conceição. Maço 475. Processo 9138. Inhomerim (1812-1813)
35. Ana Maria de Santa Rosa. Caixa 867. Processo 8383. Marapicu (1798)
36. Mariana da Silva. Maço 473. Processo 9030. Inhomerim (1793)
37. Antonio José Vieira Leitão. Maço 151. Processo 2946. Inhomerim (1800-1804)
38. Clemencia Angelica. Maço 433. Processo 8367. Marapicu (1814)
39. Manoel da Silva Correa. Maço 699. Processo 2843. Guapimirim (1803)
40. Pantaleão Pereira de Azevedo. Maço 2293. Processo 318. São Nicolau do Suruí (1811)
41. José Martins de Brito. Caixa 1134. Processo 2216. Inhomerim (1821-1828)

42. Manoel Gomes da Cunha. Caixa 3671. Processo 9. Suruí (1815-1817)
43. Domingos Antonio Belo. Maço 477. Processo 9194. Inhomirim (1817-1823)
44. Manoel Gomes Cardoso. Maço 451. Processo 8640. Inhomirim (1814-1818)
45. José Reginaldo de Mello Velho. Caixa 1122. Processo 346. Magé (1812-1830)

Cartório da Primeira Circunscrição de Nova Iguaçu

Livro do Escrivão do Juiz de Paz da Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, 1833, s/p.

Livro do Escrivão do Juiz de Paz da Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, 1846, p. 26.

Livro do Escrivão do Juiz de Paz da Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, 1863, s/p.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Nielson Rosa. **As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1833-1888**. Niterói: EdUFF, 2008.

BEZERRA, Nielson Rosa. **Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara, 1780-1840**. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2010.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **“O comércio de escravos novos no Rio setecentista”**. In: Florentino, Manolo. *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, século XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 17-78.

EUGÊNIO, Alisson. **“Ilustração, escravidão e as condições de vida dos escravos no Novo Mundo”** In VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.227-244, jan/jun 2009.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 57.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.

GOMES, F. S. **Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – Século XIX**. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Unicamp, 1992.

KARACH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Companhia da Letras, 2000.

PAULA, Cláudio Honorato. **Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro (1758-1831)**. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2008.

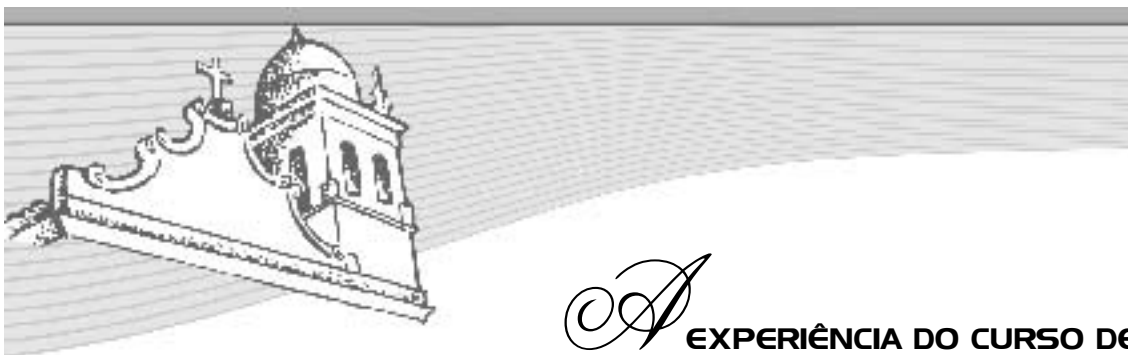
PEIXOTO, Rui Afrânio. **Imagens Iguassuanas**. Nova Iguaçu: Ed. do Autor, 1976.

PORTO, Ângela. **“O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas”**. In *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1019-27. Out-dez, 2006.

RODRIGUES, Jaime. **De Costa a Costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHNOOR, Eduardo. **“Resgate dos inventários como documento príncipes para a história da saúde dos escravos”**. Em: PORTO, Ângela (org). *Doença e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas*. Simpósio Regional de História – ANPUH/Rio – 2006. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2007.

TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. **Uma parisiense no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2003.



EXPERIÊNCIA DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIGRANRIO: Algumas considerações

Angela Maria Roberti Martins¹

Remonta aos anos 1970, quando o professor José de Souza Herdy criou a Associação Fluminense de Educação, a inserção educacional da atual Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy - UNIGRANRIO em Duque de Caxias e região. A partir de 1972, começaram a ser implantados os cursos superiores, sendo pioneiros os de Ciências Contábeis e Administração. Num fluxo contínuo de trabalho e esforço pela educação superior, vieram, no ano seguinte, os cursos de Pedagogia e de Letras e, em 1974, foi criado o Centro Educacional de Duque de Caxias (CEDUC) para atuar como Colégio de Aplicação.

Adécada de 1980 registrou a criação dos primeiros cursos da área de Saúde: Odontologia, Enfermagem e Farmácia, bem como de vários outros em diferentes áreas de conhecimento. Nos anos 1990, houve o incremento dos cursos de formação de professores, com destaque para os cursos de Licenciatura em Ciências, com as habilitações em Matemática, Química e Biologia, que, mais tarde, no âmbito da autonomia universitária, foram reestruturados nas licenciaturas e bacharelados em Matemática, Química e Ciências Biológicas. Nessa reestruturação já havia a preocupação em atender a uma demanda crescente de profissionais com habilidades técnicas e de docência para atuar na região do Grande Rio.

O ato de reconhecimento da Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy - UNIGRANRIO deu-se pela Portaria Ministerial nº 940, publicada no D.O.U. de 17 de junho de 1994, mesma época em que foram criados os cursos de Direito, Informática e Secretariado Executivo. No ano seguinte, passaram a integrar este elenco, os cursos de Medicina Veterinária e, na sequência, os cursos de Medicina e Fisioterapia vieram enriquecer a área da Saúde.

Sensível às novas demandas do alvorecer do século XXI, foi criado, em 2003, o curso de Bacharelado em Serviço Social. E, no primeiro semestre de 2004, iniciaram-se as atividades dos cursos de Bacharelado em Nutrição, Licenciatura em Artes Visuais e Licenciatura em História.

Desde então, a UNIGRANRIO não para de crescer e criar cursos outros, consolidando, a tradição iniciada por seu fundador, que a criou com a finalidade de promover o ser humano e a sociedade, através de um projeto educacional que potencializa e agrega recursos e talentos, com o objetivo de formar profissionais capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

São diversas as origens do curso de História da UNIGRANRIO. Dentre elas, destaca-se, como prolongamento lógico da UNIGRANRIO, a necessidade do fortalecimento acadêmico pela oferta de um curso tradicional na área de Ciências Humanas. Da mesma forma, ressalta-se a possibilidade de contribuir com a

¹ Professora Doutora em História Social pela PUC-SP. Docente da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), desde 2004, quando foi criado o curso de História. Na UNIGRANRIO, atua no Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas e no curso de História, sob sua coordenação desde 2010. Tem vínculo, também, com o Ensino Superior da FAETEC (ISERJ), atuando no Centro de Memória da FAETEC (CEMEF). E-mail: angela.roberti@unigranrio.com.br

formação de pessoas qualificadas profissionalmente para atender às necessidades da região, cumprindo, com isso, o papel da universidade na sociedade, o qual tem como alicerce a integração e o desenvolvimento social da comunidade em que está inserida.

Quando iniciou suas atividades, no primeiro semestre de 2004, o curso de História da UNIGRANRIO foi instalado na Unidade Ely Combat, que funcionava em parceria com o Colégio Duque. Sob a coordenação da Professora Selena de Mattos Meira, a primeira turma do curso teve 30 alunos matriculados e a demanda foi crescente, pois, no segundo e terceiro anos de funcionamento, o curso teve turmas com 55 e 64 alunos, respectivamente. Em 2007, então sob a coordenação do Professor Edelberto Ferreira Coura, o curso recebeu a visita do grupo de avaliadores do MEC, sendo reconhecido pela Portaria MEC nº 67, de 19 de janeiro de 2007, publicada em D.O.U., em 23 de janeiro de 2007.

Em 2008, um movimento de reestruturação administrativa na UNIGRANRIO levou à criação da Escola de Ciências, Educação, Letras, Artes e Humanidades (ECELAH), que agrega todos os cursos de licenciatura oferecidos, incluindo o de História que, a partir de então, foi transferido para o Campus I da Universidade, situado no bairro Jardim 25 de Agosto.

O curso de História é oferecido no turno da noite e está constituído por uma carga horária total de 2.840 horas/aula que correspondem a 2.240h de conteúdos curriculares nas suas dimensões teórica e prática, a 400h de estágio curricular e a 200h de atividades acadêmico científico culturais. Todas as disciplinas do curso de História da UNIGRANRIO têm a mesma importância no processo de formação do profissional de História. A estrutura curricular do curso atende às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de História estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e Câmara Superior de Educação, segue as demais legislações vigentes, como a Lei nº 10.639/2003, e considera as tendências atuais, com foco em suprir as demandas sociais específicas do seu campo de conhecimento².

Desde que foi criado no primeiro semestre de 2004, o curso de História da UNIGRANRIO vem se firmando na Baixada Fluminense como uma possibilidade concreta para a formação do professor-pesquisador, isto é, o profissional que consegue articular o conhecimento teórico-metodológico e historiográfico com a prática educativa. Essa premissa legitima-se no próprio Projeto Pedagógico do Curso (PPC), que aponta a estrutura curricular, possuindo como eixo estruturante e elemento definidor a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa em todas as suas dimensões. Para tanto, foi estruturado procurando articular as disciplinas de conteúdo, a pesquisa e o ensino, objetivando formar o professor-pesquisador. No curso, os estudantes têm formação em 03 anos ou 06 semestres e devem desenvolver um trabalho monográfico ao final, preferencialmente com temáticas voltadas para as questões regionais ou locais, a fim de contribuir para a compreensão e superação dos problemas da Baixada Fluminense.

Criando o curso de História, a UNIGRANRIO presta um grande serviço à sociedade, uma vez que a entrega um profissional que é, antes de tudo, um estudioso, um pesquisador e um crítico, com a obrigação maior de manter vivo o espírito crítico entre os homens, como nos ensinou o célebre historiador francês Georges Duby. Estudar e produzir história são exigências necessárias para conhecer e transformar a vida; para ampliar a compreensão da condição humana e, assim, nos ajudar na sociedade contemporânea. São as questões, as inquietações, os interesses de hoje que nos impulsionam a investigar o passado, remoto ou bem próximo, a fim de identificar e analisar criticamente as condições para compreensão, intervenção e transformação do presente na busca da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Talvez essa seja a maior importância da história, a sua função social, o compromisso do profissional da área. (BOSCHI, 2007, p. 11-25).

² A Lei nº 10.639/2003 alterou a Lei nº 9.394/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), ao tornar obrigatória a inclusão da temática História e Cultura Afro Brasileira no currículo dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares do país. Mais recentemente, houve uma alteração no artigo 26A da LDB, com a promulgação da Lei nº 11.645/2008, que estabelece, também, a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena. O novo artigo passou a ter a seguinte redação: "Art. 26A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena."

Por isso, no curso de História da UNIGRANRIO, o ponto de partida para a formação dos profissionais é a consciência de que seu trabalho tem desdobramentos na sociedade em que vivem e no espaço que habitam, mesmo quando abordam questões que não estão necessariamente no presente mais próximo. Como indaga o historiador britânico Eric Hobsbawm, “quem mais descobre e registra o passado além dos historiadores?” (HOBSBAWM, 1998, p. 284). E isso não é tudo: “as relações entre passado, presente e futuro não são apenas questões de interesse vital para todos: são indispensáveis” (HOBSBAWM, 1998, p.36), sobretudo, na época atual em que “a ciência moderna, a política e o planejamento adotaram um modelo de cientificismo e manipulação técnica que, sistemática e deliberadamente, negligencia o humano e, acima de tudo, a experiência histórica.” (HOBSBAWM, 1998, p. 39).

O curso de História da UNIGRANRIO, em sua essência, propõe-se a habilitar profissionais da área de História em nível de Licenciatura Plena para o exercício do magistério na Educação Básica em unidades escolares públicas e privadas do país, no segundo segmento do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos) e Ensino Médio e, ainda, nas modalidades da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional. Da mesma forma, dispõe-se a capacitar profissionais para o exercício do trabalho do historiador, tendo em vista a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa em todas as suas dimensões e permitindo-lhes o “pleno domínio da natureza do conhecimento historiográfico e das práticas essenciais de suas produção e difusão”. (Parecer CES 492/2001, p. 7).

Nesse sentido, a matriz curricular contempla disciplinas como História da África, que trabalha as especificidades e diversidades do continente africano e suas relações com o Brasil; Geo-História, que procura enfatizar a relação entre vida humana e ambiente natural; História do Rio de Janeiro e História da Baixada Fluminense, que destacam, respectivamente, o estado e a região em que estamos inseridos em diferentes épocas históricas, revelando preocupação especial com a História Regional e Local.

Para além dessas, as disciplinas específicas mais tradicionais, que cobrem a longa experiência da humanidade no tempo, também merecem destaque, são elas: História Antiga, História da Idade Média, História Moderna, História Contemporânea, História do Brasil, entre outras, que se voltam para as várias tradições civilizatórias e as múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos na constituição de diferentes relações de tempo e espaço. (Parecer CNE/CSE 492/2001, p. 7). Fundamentos da Educação, da Filosofia, da Sociologia, da Antropologia, assim como estudos da Cultura Brasileira, integram, ainda, o currículo do curso de História da UNIGRANRIO, promovendo a aproximação de fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento.

Apesar de ainda estar em fase de consolidação, tendo somente sete anos de existência, o curso de História da UNIGRANRIO vem apresentado uma trajetória vitoriosa. No Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) aplicado pelo MEC em 2008, o curso foi muito bem avaliado, obtendo nota 4, em uma escala em que os conceitos variam de 1 a 5. Nessas provas do ENADE, os estudantes do curso de História da UNIGRANRIO, ingressantes e concluintes, tanto na prova de Formação Geral, quanto na de Conhecimentos Específicos apresentaram nota média maior que a Média Brasil, possibilitando ao nosso curso uma colocação privilegiada, a frente até mesmo de cursos de universidades públicas tradicionais, no estado, na região e no país.

Sem dúvida alguma que tal resultado é motivo de orgulho da UNIGRANRIO, do corpo docente e dos alunos. Atribuimos esse resultado ao nosso principal diferencial: o corpo docente, constituído hoje por sete doutores, seis mestres, dos quais dois são doutorandos, e um especialista, que se encontra cursando o mestrado. Todos esses professores, além de sólida formação acadêmica, têm grande experiência no magistério e relevante produção científica na área de História, alguns dos quais atuando em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*. O compromisso e o comprometimento deles para com os alunos, o curso e a Universidade fazem também a diferença do Curso de História da UNIGRANRIO.

Compondo esse corpo docente há um grupo de pesquisadores com formação em História e áreas afins. Alguns desses profissionais integram um grupo cadastrado no diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq. O grupo denominado *História, Cultura e Movimentos Sociais* agrega pesquisadores e alunos, ensejando reflexões e produção científica acerca das múltiplas e complexas relações entre História e Cultura, com ênfase, também, aos entrelaçamentos da dinâmica social que envolve diferentes segmentos, setores, grupos e classes sociais,

privilegiando além das formas de resistência e conflitos, a interação e o contraste entre manifestações culturais diversificadas. Seus pesquisadores vinculam-se a duas linhas de pesquisa, a saber: *Imagem, cultura e poder e Sociedade e memória*. Os projetos de pesquisa buscam articular aspectos sócio-culturais, centrando reflexões a partir de recortes variados sobre lutas sociais, relações sociais, vida material, tradições e valores, linguagens e literatura, práticas e representações, manifestações culturais, idéias e imagens, religião e práticas religiosas, identidades e memórias.

Além disso, o curso de História da UNIGRANRIO criou a Pós-Graduação *latu sensu* História Social da Baixada Fluminense como parte de sua política de extensão, que tem como objetivo aperfeiçoar, capacitar e desenvolver as potencialidades dos profissionais de ensino e de pesquisa em História. No caso da abordagem regional proposta, esta visa atender a demanda de informações qualificadas sobre a História da Baixada Fluminense, articulada à História nacional.

O ambiente de formação profissional e de discussão acadêmica oferecido aos alunos é dos mais instigantes e prima por valorizar a liberdade, defender a igualdade, respeitar a diferença, estimular a consciência crítica, incentivar a mobilização e a atuação sociais. A relação entre docentes e discentes caracteriza-se por um acesso cotidiano e direto, baseada no respeito mútuo e marcada pela cumplicidade direcionada ao sucesso do curso.

Desde que o curso de História da UNIGRANRIO foi planejado, não se pensou em um curso que formasse apenas professores, uma vez que a formação do profissional de História se fundamenta no exercício da pesquisa, não podendo a formação do docente ser compreendida sem o desenvolvimento de sua capacidade de produzir conhecimento. Por isso, a equipe empenha-se, cada vez mais, na implementação das atividades do Laboratório de História – LABHIS, cujo objetivo maior é capacitar, de forma mais direta, o graduando para o exercício da pesquisa histórica.

Nesse curso, o estágio é obrigatório por lei. Como se trata de um curso de licenciatura, o estágio ocorre em escolas públicas e privadas da comunidade, quando o aluno se encontra no quarto, no quinto e no sexto períodos, cursando, respectivamente, as disciplinas Estágio Supervisionado I, II e III. Envolve também a realização de atividades na própria Universidade, o engajamento em projetos e em outros espaços. O estágio consta de três etapas: observação, co-participação e regência. Na primeira etapa, no quarto período do curso, além de discussões teóricas acerca do ensino de História que ocorrem no âmbito da disciplina Estágio Supervisionado I, o estagiário, na escola, observa a atuação do professor e dos alunos, de modo a se familiarizar com o grupo social no qual irá atuar. Na segunda, no quinto período, avança nas discussões teóricas acerca do ensino de História e, no campo de estágio, o estagiário começa a auxiliar o professor, orientando e supervisionando grupos de alunos durante a realização de trabalhos práticos; colaborando no planejamento das aulas, na elaboração de exercícios ou instrumentos de avaliação; corrigindo provas, testes, redações etc, atuando nas séries do segundo segmento do Ensino Fundamental. Na terceira fase, no sexto período, o estagiário assume a direção da turma, responsabilizando-se pelo planejamento, execução e avaliação das atividades; elabora o plano e dirige as aulas, atuando em turmas do Ensino Médio.

O curso de História da UNIGRANRIO possui algumas atividades acadêmicas que lhe são próprias. No primeiro semestre, acontece o *Cineclube de História*, com a exibição de filmes, selecionados por docentes, seguida de debates conduzidos por professores e/ou especialistas convidados. O *Cineclube de História* contempla o entrecruzamento que se estabelece entre a História e o Cinema, explorando suas múltiplas e complexas possibilidades, a fim de despertar para o uso do cinema como fonte privilegiada de pesquisas históricas, veículo de representações historiográficas e instrumento para o ensino de História. O *Cineclube de História* permite ao aluno o aperfeiçoamento intelectual, o enriquecimento cultural, o exercício de aprimoramento do olhar e o desenvolvimento do senso crítico e estético em relação à linguagem cinematográfica.

No segundo semestre, têm ocorrido os *Ciclos de Debates Históricos* - este ano na sua oitava edição -, que se constitui em um espaço de debates coletivos na produção/divulgação do conhecimento histórico, com professores, alunos e palestrantes convidados apresentando suas reflexões acerca

do campo da História, bem como expondo os resultados de suas pesquisas. Possui uma programação acadêmica intensa que envolve palestras, mesas-redondas, comunicações de pesquisas e trabalhos de alunos da graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas, além de professores e profissionais convidados.

O curso possui, também, o projeto *Entradas e Bandeiras* que se caracteriza por estudos de campo de amplitude regional e nacional. Nessas visitas técnicas, os discentes têm acesso a informações contidas nos bens culturais. Tais informações são fundamentais, pois, quando preservadas através do reconhecimento da sua importância, favorecem as comunidades na valorização da sua identidade e da sua história, garantindo o direito à memória e o exercício da cidadania. Alguns dos roteiros realizados são: os Caminhos da Baixada Fluminense, o Rio de Janeiro Antigo, o Vale do Paraíba, o Circuito das Cidades Históricas Mineiras, Paraty e Goiás Velho.

Além disso, são realizadas visitas a instituições de pesquisa e acervos públicos e privados, como o Museu Nacional e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, entre outros. Logo, o projeto *Entradas e Bandeiras*, através das visitas técnicas às cidades coloniais no Rio de Janeiro e Minas Gerais, levando os discentes para estudar *in loco* o processo de formação da sociedade brasileira resultante da mistura e da herança de portugueses, indígenas e africanos, cumpre à risca uma das missões da UNIGRANRIO: *Ir além da sala de aula*. O estudo de campo nas cidades coloniais torna-se fundamental para preparar os futuros professores e transformá-los, também, em produtores de conhecimento.

O curso de História da UNIGRANRIO tem a tradição de apoiar e participar de alguns eventos de âmbito local, com vistas a contribuir para o desenvolvimento regional, a preservação dos bens culturais, o direito à memória, entre outros. Em 2010, por exemplo, apoiou a passagem das **Caravanas Euclidianas em Duque de Caxias**, projeto realizado no âmbito da UNIRIO, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação. A recepção desse evento no município foi feita por professores que atuam no curso, entre outros da APPH-CLIO e ASAMIH, e teve a participação da coordenação e dos alunos nas palestras, debates e exposição realizados. O curso esteve presente, também, no **I Seminário de Memória e Patrimônio Histórico de Queimados**, oferecendo oficinas, e nos **IV e V Congresso de Professores e Pesquisadores de História da Baixada Fluminense**, ministrando palestras e apresentando trabalhos. Nestes últimos eventos, vários alunos do nosso curso participaram como monitores. Além disso, o curso de História da UNIGRANRIO tem parceria com o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, participando constantemente de atividades em conjunto e utilizando o espaço desse Instituto como forma de integrar os discentes e docentes com a comunidade.

Como licenciado em História pela UNIGRANRIO, o egresso terá a opção de atuar como professor em instituições de ensino fundamental, de ensino médio e em cursos pré-vestibulares. Aqueles que complementarem seus estudos com pós-graduação, poderão dar aulas em instituições de ensino superior. Poderá, ainda, atuar como pesquisador e/ou consultor de ONGs; memorialista empresarial, realizando pesquisas para recuperar a história de empresas e instituições e apresentá-la em exposições, artigos, livros ou reportagens; assessor de arquivos históricos e de museus; consultor especializado para produções em televisão, teatro e cinema. E, ainda, deparar-se com outras opções, como a assessoria política e o planejamento de projetos e desenvolvimentos de pesquisas, análise e interpretação de fontes históricas, avaliação de conjunturas para órgãos da imprensa, organização de exposições históricas e eventos comemorativos em museus, bibliotecas e arquivos públicos.

É grande, portanto, o desafio e a responsabilidade daqueles que se deixam seduzir pelos encantos da História, sobretudo, quando consideramos as incertezas que se apresentam no início desse novo milênio. Ser historiador e professor de História, em nosso tempo, exige uma discussão permanente acerca da ideia de História, do sentido e da função sociais da História, da maneira como ela é vista, construída, reconstruída, escrita, reescrita, compreendida, apropriada, usada e transmitida.

Para finalizar, é bom esclarecer que, no curso de História da UNIGRANRIO, os alunos aprendem que o conhecimento do passado, em si mesmo, não é História e que tal conhecimento “antes de iluminar o

futuro, deve proporcionar aos homens viverem melhor o seu presente”, uma vez que a história, como nos ensina o historiador Caio Boschi, tem os homens vivos como sua razão de ser. (BOSCHI, 2004, p. 98). É, nesse sentido, nosso entendimento de que a formação do profissional para o magistério de História passou a ser, principalmente, a formação de um agente histórico, um agente da nossa História!

Referências Bibliográficas

BOSCHI, Caio. **História: por que e para quê?** In: *Nossa história*. Ano 1. n° 11. São Paulo, 2004.

_____. *Por que estudar História?* São Paulo: Ática, 2007.

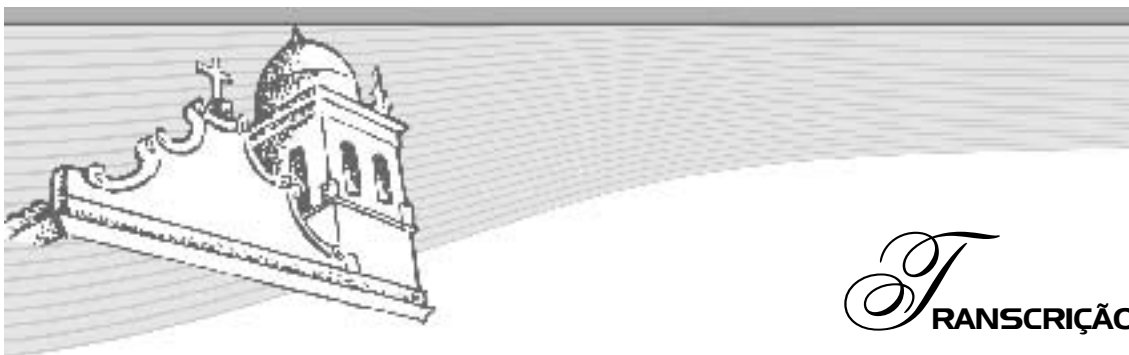
BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de História. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos>

Parecer CNE/CSE 492/2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos>



Tania Maria da Silva Amaro de Almeida¹

Rogério Torres²

O objetivo desta seção é transcrever documentos que integram o acervo do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto e demais instituições que abrigam documentação, visando à preservação das informações das fontes primárias - documentos sobre suporte papel, através da divulgação de tão importantes referências para a história do nosso município e da região da Baixada Fluminense. Dando ciência aos pesquisadores e demais interessados sobre o conteúdo de tais documentos, firmamos a certeza de que a preservação de nossa memória histórica é importante para a construção e manutenção de uma identidade local.

“A preservação não é um fim em si mesma. Só preservamos para que as informações contidas nos bens culturais possam favorecer o homem no resgate de sua identidade e de sua história, permitindo, assim, o exercício pleno da sua cidadania.”

Transcrevemos, abaixo, o capítulo III do livro **Os Donos da Cidade**, de Silbert dos Santos Lemos.

CIDADE ABERTA

O leitor menos avisado poderá ficar estarelecido com o relato das andanças do negro Sabará. E ter dele uma péssima impressão. Antes porém, é preciso que se faça um retrospecto àqueles tempos de Horácio de Matos, na Bahia, e dos Coronéis, em Pernambuco, que se refletiam em Duque de Caxias. A terra de Lima e Silva é e sempre foi um pedaço do Nordeste, com 60% de sua população constituída de nordestinos ou deles descendentes, que para a fronteira da então Capital da República se deslocavam em busca de melhores dias. E não vieram para o sul, é justo que se diga, homens cultos, conservadores de bons princípios, de formação moral digna.

Vieram, em sua maioria, exatamente os menos favorecidos pela sorte, pobres, analfabetos, fugidos das terras secas e rachadas, inclusive, muitos deles, da própria Justiça. O próprio Tenório Cavalcanti – líder e exemplo para os seus patrícios – viera passando fome de Palmeira dos Índios e quando sua fama se

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Letras e Ciências Humanas da Unigranrio. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Licenciada e bacharel em História pela mesma universidade. Especialista em preservação de acervos. Sócia titular da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores - ABRACOR. Sócia fundadora e diretora de pesquisa da Associação dos Amigos do Instituto Histórico / CMDC. Professora da Unigranrio e da rede estadual de ensino. Coordenadora da Pós-graduação *lato sensu* em História Social da Baixada Fluminense / Unigranrio. Diretora do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, da Câmara Municipal de Duque de Caxias, onde supervisiona as atividades de pesquisa e preservação do acervo desse órgão.

² Professor e historiador. Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Professor das redes públicas de Educação do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Duque de Caxias. É sócio benemérito da Associação dos Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias e autor de vários livros, fotografias e vídeos voltados à cultura e à história da Baixada Fluminense.

alargou pelo país trouxe milhares de alagoanos, pernambucanos, baianos, maranhenses, piauiense. Todos queriam também **enricar** e como Tenório de revólver em punho. Muitos deles já com alguns crimes nas costas. E procuravam o << Homem da Capa Preta>>. E como este, rico e famoso, precisava para a sua sobrevivência de cabras destemidos e ligeiros no gatilho, contratava-os, quer como serviços domésticos, motoristas ou simplesmente como <<amigos>> e até parentes. Mas na verdade, exerciam uma diferente e tétrica profissão: a cabanagem, a de pistoleiros de aluguel, que agiam na calada da noite, atrás do toco.

Assim todos giravam como satélites em torno de Tenório, como, também a própria região, toda ela constituída de humildes lavradores, criadores, operários e assassinos também. Vinham contando histórias de crimes, de latifundiários perseguindo homens do campo, de mortes e de assaltos, de Horácio de Matos e de Lampião. Consideravam o homicídio algo natural, tão normal como plantar maconha, já que as autoridades de lá com isto não se incomodavam. Os rapazes tornavam-se ou já eram marginais – ladrões não, que isto é feio, é pecado, é criminoso – e as moças prostitutas, arregimentadas pelos próprios pais, que viam nos corpos das filhas uma maneira de se ganhar o pão.

Os nortistas e os nordestinos adoravam o <<Homem da Capa Preta>>, símbolo de coragem, de cabra destemido, que vencera na vida de dedo no gatilho. E porque também não matar? Esta admiração estendeu-se aos naturais do lugar, não só duquecaxienses e cariocas, mas capixabas também, sendo estes na maioria e aqueles na minoria. E Caxias, a cidade de portas abertas, recebia-os também de braços abertos. Cedia suas ruas e suas praças, sua desordem. Se o dístico de nossa bandeira é Ordem e Progresso, o de Caxias era Desordem e Progresso.

A cidade crescia graças à iniciativa particular, à falta de fiscalização, ao lenocínio, à contravenção, à liberdade de vender geladeira até nas calçadas das ruas, ou de aumentar o preço do cafezinho, quando estudos para uma majoração eram apenas iniciados na Capital da República. Bastava os jornais noticiarem que se cogitava de um aumento para que a xicrinha da rubiácea sofresse majoração.

Sem ser estação de veraneio ou cidade balneária, Duque de Caxias possuía quatorze hotéis que exploravam abertamente o lenocínio. A contravenção estava entregue a um cidadão, hoje em dia falecido, mas que deixou honrados descendentes, razão pela qual o seu nome aqui não é mencionado. Basta chama-lo de <<O Rei dos Bicheiros>>, que lutou, às vezes, de arma na mão, ou então com o seu talão de cheque, contra os contraventores de outras plagas que se chegavam para a cidade aberta e livre. Arlindo Pimenta tentou diversas vezes entrar no município, mas encontrava resistência, inclusive por parte de Tenório, o dono realmente da terra, que, também, de arma na mão, dizia que um bicheiro bastava em Caxias.

O dinheiro rolava, porque era fácil ganhar. Ninguém, com rara exceção, pagava tributos, e, como isto, os fiscais e comerciantes desonestos enriqueciam. Raro o empregador que registrava o empregado e lhe pagava o salário mínimo ou, ao menos, as horas extras trabalhadas aos domingos e feriados, ou à noite. Basta dizer que a <<Lojas Santa Cecília>>, existentes na Travessa Manuel Correia, em baixo da Agência do Ministério do Trabalho, foram inaugurada no dia 7 de Setembro, data da Independência do Brasil, portanto, como todos sabem, feriado nacional.

É bem verdade que tal estado de coisas fazia com que o operariado não gostasse muito de trabalhar na terra onde residia. Preferia a Capital da República, cidade vizinha, e da qual era quase subúrbio, onde seus direitos eram mais respeitados. Saíam de casa de madrugada, voltavam à noite. Caxias era, assim, uma cidade dormitório.

E os trens iam e vinham lotados, apinhados de <<pingentes>> quebrando cabeças nas pontes de Vigário Geral, com cadáveres boiando no Canal Meriti. Logo surgiram as primeiras linhas de ônibus, rumo à Praça Mauá, à Penha, e à Esplanada do Castelo.

Firmas comerciais temiam colocar filiais na Terra do Crime. Só uma e outra se arriscava. O comércio local, a concorrência das mais fortes, agia com mais liberdade, podendo cobrar os olhos da cara que ainda encontravam comprador.

Mas, à época das andanças do negro Sabará só existia a Casa Jaime, do Chaim, na Travessa Manoel Correa. Chaim construiu um edifício de salas para escritório, na Av. Rio Petrópolis, hoje Presidente Kennedy, e o Sr. Lyra, outro, na Praça do Pacificador, Francisco Giopponi, não demorou muito e levantou o primeiro prédio com elevador, na Av. Presidente Vargas, do outro lado da linha. O primeiro edifício de Caxias com elevador, mas só para ele que morava no último andar, ele e sua família, evidentemente.

Na frente da Estação Ferroviária da Leopoldina, Melo levantou o edifício que tem ainda o seu nome, com o serviço de Alto Falante em cima alardeando anúncios das firmas comerciais da cidade, os nomes dos candidatos à Câmara Municipal, à Câmara Estadual, à Prefeitura. O berreiro era tanto, incomodando Deus e todo o mundo que José Tenório, funcionário da Assembléia Legislativa, primo do Homem da Lurdinha empunhando um rifle, um belo dia, furou a boca do alto-falante a bala.

E com os edifícios, cresciam as residências, levantadas sem o devido <<habite-se>> da Prefeitura que, por sua vez, não demarcava as ruas, não fiscalizava os loteamentos, vendidos pela Companhia do Gramacho e 25 de Agosto, esta última tendo como corretor o futuro prefeito, e depois Deputado Estadual e Tabelião do 3º Ofício, Braulino de Mattos Reis, hoje falecido. O Sr. Nelson Cintra, do Jardim Primavera, 2º Distrito, construiu uma cidade, sem apoio dos Governos, que temiam fazer algo pelo município, certo de que caberia a Tenório Cavalcanti os louros da vitória. A cidade crescia, graças à iniciativa particular, ao lenocínio, às contravenções.

Mas crescia desordenadamente, com uma Prefeitura acéfala, cega, <<bengala branca>> e com uma Câmara de Vereadores que, a bem da verdade, reunia um grupo de dies [sic] que pouco se preocupava com o município e muito com as reeleições.

Nenhuma ordem respeitada, nenhuma postura municipal era atendida. As ruas, esburacadas e pessimamente iluminadas, eram palcos de assaltos e arrombamentos praticados por Sabará, que caminhava impune, temendo apenas um ou outro policial, a quem ainda não tinha entregue algum <<intrujão>>, debaixo de pancadas.

Volta e meia o estado movimentava-se, como que pisando em ovos, para a inauguração de uma outra obra, com banda de música e estardalhaço dos diabos, à guinza de prestar um favor à cidade.

No dia 14 de novembro de 1954, foi inaugurado, às 10 horas, o Dispensário da Tuberculose, instalado no Posto de Saúde local. Ao ato inaugural estiveram presentes não só o Governador do Estado como, também, o Dr. Adelmo de Mendonça, Secretário de Saúde e Assistência, e o Dr. José Américo, Superintendente da Campanha Nacional de Tuberculose.

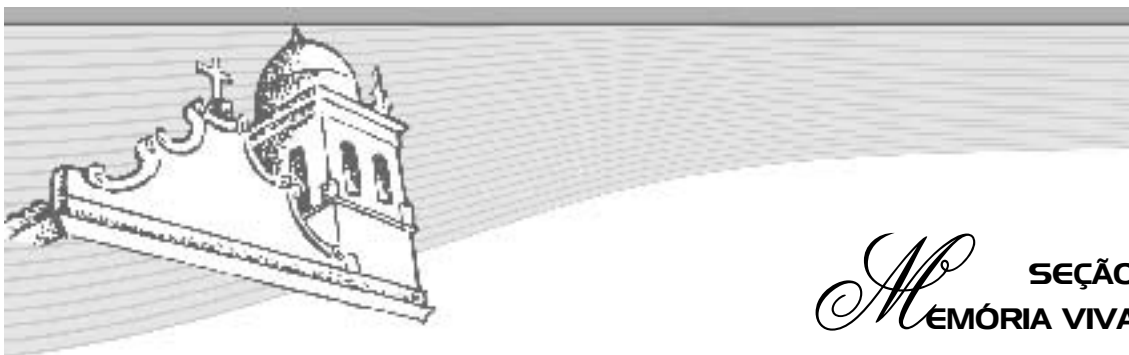
Mas o que adiantava o Dispensário, se o maior foco da doença residia nas ruas sempre alagadas e fétidas – como ocorre ainda nos dias de hoje, nos bairros afastados – com os esgotos eternamente entupidos, como se leu na seção <<Município Fluminense>>; da <<Luta Democrática>>, dias depois da grande inauguração.

CAXIAS, 18 (Do Nosso Correspondente) – Forte temporal inundou Caxias, principalmente nos subúrbios mais esquecidos pelo Prefeito Braulino de Mattos Reis. Sem esgoto e nenhum calçamento, as ruas da cidade transformaram-se em verdadeiro lamaçal. Não se anda nas ruas da Vila São Luiz, Parque Lafaiete ou Centenário. Nada-se. Quase não se pode penetrar nas próprias residências.

LEMOS, Silbert dos Santos. **Os Donos da Cidade.**

Duque de Caxias: Caxias Recortes, 1980. pp. 25-28.





Tania Maria da Silva Amaro de Almeida¹

Rogério Torres²

Nesta edição, convidamos a Professora Vilma Correa Amancio da Silva para nos trazer recortes de suas pesquisas acerca da Escola Regional de Merity que, neste ano de 2011, completou 90 anos de existência.

Agradecemos a Professora Vilma, a colaboração prontamente atendida e o carinho que ela tem por nosso Instituto Histórico.

Assim como, agradecemos a querida Professora Martha que sempre nos prestigia e colabora na reconstrução de nossa história.



Lembranças felizes e edificantes do magistério...

Vilma Correa Amancio da Silva³

Na tentativa de recuperarmos aspectos de um tempo passado sobre a História da Educação do Município de Duque de Caxias, segue em poucas linhas parte da entrevista realizada com a acadêmica, artista plástica e professora aposentada Martha Ignez de Freitas Rossi, no dia 22 de novembro de 2007. Essa entrevista fez parte das fontes documentais utilizadas em minha dissertação de mestrado *“Um caminho Inovador: o projeto educacional da Escola Regional de Merity (1921-1937)”*, defendida em 2008 na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF.

Tal pesquisa teve como objetivo apresentar ao público parte da História Regional e da História da Educação do Município de Duque de Caxias, tendo como objeto de pesquisa o projeto educacional da Escola Regional de Merity, conhecida como a escola “Mate com Angu”.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação strictu sensu em Letras e Ciências Humanas da Unigranrio. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Licenciada e bacharel em História pela mesma universidade. Especialista em preservação de acervos. Sócia titular da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores - ABRACOR. Sócia fundadora e diretora de pesquisa da Associação dos Amigos do Instituto Histórico / CMDC. Professora da Unigranrio e da rede estadual de ensino. Coordenadora da Pósgraduação lato sensu em História Social da Baixada Fluminense / Unigranrio. Diretora do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, da Câmara Municipal de Duque de Caxias, onde supervisiona as atividades de pesquisa e preservação do acervo desse órgão.

² Professor e historiador. Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Professor das redes públicas de Educação do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Duque de Caxias. Colunista da Revista “Caxias Magazine”. É sócio benemérito da Associação dos Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias e autor de vários livros, fotografias e vídeos voltados à cultura e à história da Baixada Fluminense.

³ Pedagoga, Mestre em Educação, Professora Substituta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP.

A partir da memória esclarecedora e ímpar da professora Martha Rossi, em meio às muitas fotos, muito nos foi apresentado sobre o projeto educacional da Escola Regional de Merity: o cotidiano da escola, o fazer docente...

A professora Martha lembrou e revelou um período passado, que nós os mais jovens não vivenciamos, sua história como professora e sub-diretora da escola Mate com Angu (1954-1962). Segundo Ecléa Bossi (1979), as pessoas mais “experientes” tornam-se a memória da família, do grupo, da sociedade. Segue abaixo trechos da entrevista...

Vilma: Dando início a nossa conversa, os relatórios anuais da escola, a professora Armanda, tinha um tópico que ela colocava assim: “quantos dias a diretora compareceu a escola”, isso, provavelmente, porque ela não ia todos os dias. Ela não ia todos os dias? Você sabe o porquê?

Martha: Não ia não, pelo menos na minha época. Eu sei, é porque já estava velhinha, mais velha.

Vilma: A escola desde do início possuía um museu, vocês utilizavam o museu também como instrumento para dar aula ou ele era só pra visitação?

Martha: Não, para dar aula não. Tinha o professor Moises, tinha esse professor lá e como assistente Emilia Lazoni, que na festa lá, Emilia fez cada cartaz lindo para o museu. O museu foi preparado com vidro de fora a fora, tudo grátis pra a dona Armanda. O museu era lindo tinha de tudo, pedras que os amigos dela traziam para o museu... no relatório deve ter, os meninos também traziam. Então o museu não era para nós darmos aula não, era só pra exposição. Mas as crianças iam lá dia de semana para visitar, para ver, não era para nós darmos aula não.

Vilma: Mas... a comunidade podia entrar para visitação?

Martha: Podia a vontade, o museu era lindo.

Vilma: E os animais empalhados eram pra dar aula?

Martha: Era pra exposição lá do museu. Agora nunca foi assim pra professora especialmente ir dar aula não. Não lembro da terceira serie ir lá não.

Vilma: O que você lembra da arquitetura da escola? Quantas salas, banheiros..?

Martha: Olha, em baixo era a secretaria, tinha um quartinho para o medico. Tinha o auditório, uma cozinha, lá em cima fizeram quatro salas, tinha a escada e quatro salas grandes, cá em baixo tinha o galpão com partezinha do teatro, e nos fundos tinha a oficina e a biblioteca. Eu tenho um retrato da biblioteca, de tudo isso eu fiz parte, junto com dona Armanda.

Vilma: Quando as crianças faziam trabalhos vocês afixavam nas paredes ou não?

Martha: Fazíamos sim.

Vilma: Os melhores ou todos sem discriminação?

Martha: Não, de todas as crianças, todas as crianças faziam. Todos trabalhavam, e a gente fazia principalmente nos dias de festa a gente preparava tudo,

Vilma: E as crianças ajudavam a preparar as festas?

Martha: Ajudavam, iam nas festas juninas, passava a noite aqui, eu e a minha filha Silvana, preparando a coisas pra o desfile. Nenhuma professora ficava, só eu. Todas elas iam embora, só eu ficava. E os alunos maiores ficavam.

Vilma: A biblioteca, ela tinha mesa para estudos e leituras?

Martha: Tinha mesa, cadeira, tinha sim. Aos sábados as crianças iam lá tirar livros de historias, do que desejassem. Depois devolviam tudo direitinho, com papelzinho assinado, levavam uma semana pra casa na outra semana devolviam.

Vilma: Quando vocês davam aula, os alunos iam a biblioteca buscar algum material ou vocês só ficavam em sala de aula?

Martha: Não iam pegar nada, era só na sala de aula. Lá era aprender fazendo. Por exemplo se fosse falar sobre uma casa levava um metro para medir a janela.

Vilma: Para pegar os livros as crianças só preenchiam o livro de empréstimo ou havia outro sistema?

Martha: Só preenchiam o livro e liam mesmo. Eles gostavam de ler. Gente de fora também, não eram só alunos, as pessoas de fora iam lá e pegavam livros também.

Vilma: Na sala de aula, tinha armário, estante, alguma coisa com material lá dentro? Não temos imagens, fotos, do interior das salas de aulas...

Martha: Tinha.

Vilma: Então a escola era arrumadinha?

Martha: Era bem arrumadinha, por isso que eu digo que sumiu tudo, tudo. Os cadernos direitinhos, os alunos, tudo arrumadinho.

Vilma: E aqueles álbuns didáticos que a Armanda criou, vocês usavam ou era só na época dela?

Martha: Não, na biblioteca tinha. Se quisessem ver poderia, na biblioteca. A gente nunca via na sala de aula não. Tinha o dia da semana que levava as crianças na biblioteca.

Vilma: Então vocês tinham um dia certo na semana para ir a biblioteca?

Martha: Um dia para levar a biblioteca para ler lá. Mas se quisessem ler livro, sábado também eles poderiam voltar lá pra tirar livro e levar pra casa. Agora no dia que ia pra biblioteca á era só pra ler.

Vilma: Quando você dava aula, a escola tinha algum tipo de rito, assim... como formar no pátio?

Martha: Tinha forma, cantava o hino, se você me perguntar sobre o hino da escola eu nem me lembro mais, cantavam o hino nacional, o hino da escola, aí subiam. Eu que era a sub-diretora, eles formavam, tudo direitinho, oravam e aí cada um ia pra sua sala, tudo em ordem.

Vilma: Para comunicar o horário de entrada ou saída, o que utilizava: sineta, campainha o que era?

Martha: Campainha, eu era sub- diretora, na minha época né, não lembro de outras épocas não.

Vilma: Quando vocês davam aula lá, quais materiais vocês usavam?

Martha: Eu usei cartilha. Eu alfabetizava, e em três meses as crianças já liam. Eu passava a escrita no quadro e lia com eles, lia memorizava, era memorização, para memorizar as palavras, nada de bê-á-bá. E também segurava na mão de quem tinha dificuldade.

Vilma: Vocês professoras tinham que fazer algum tipo de relatório, para entregar a dona Armanda ou não?

Martha: Olha, não, quem fazia os mapas, eu. Mapas de fim de mês eu tinha que levar pra ela.

Vilma: Como era a relação da escola, com os pais?

Martha: Uma vez por semana a dona Armanda vinha aqui, ou uma vez por mês, porque ela já estava ficando mais velha. Tinha clube agrícola, círculo das mães, a professora de trabalhos manuais trabalhava a semana inteira, também tinha os trabalhos manuais. No fim do ano tinha exposição dos trabalhos das meninas, para vender com preçinho, tirava metade pra escola metade e metade para o aluno e professor de carpintaria também. Todos os sábados tinha o professor José Montes também. No fim do ano era aquela festa, tinha exposição de tudo, vendia fazia a mesma coisa. Tinha concursos, em que as crianças faziam provinhas simples do que liam na biblioteca, e ganhavam presentes, quais eram os presentes, era alguma coisinhas de jardinagem, eles gostavam.

Vilma: E a comunidade ia, participava?

Martha: Ia. Nas festas juninas enchia isso aqui. Outra a escola era mantida pelos sócios, aí eu quando eles iam deixando, só eu arrumei setenta e pouco, cem, e tem no relatório, era eu que arrumava sócios pra ela. "Ah, aquela velha é rica", e eu: " É ela é rica, mas ela deu essa escola para seu filho, por quê você não vai colaborar?". Voltavam a dar por minha causa.

Vilma: A escola conseguiu formar pessoas as pessoas importantes, intelectuais que contribuíram para a cidade?

Martha: Sim, o Doutor José Maria Neves. Ele é diretor do PROCON, é um advogado, o Levi é advogado também, o Heleno deputado federal, todos foram meus alunos.

Vilma: Qual a importância da escola para sua formação como professora?

Martha: Para mim foi digna, nossa mãe, eu aprendi demais lá, porque eu sai aquela professorinha do

colégio Salesiano, sem pratica, só teoria, aprendia ali, pra mim foi gratificante em criar meus filhos, em me relacionar com a sociedade, porque eu era famosíssima em prol da Regional, tudo eu pedia, fazia mesmo, na hora de fazer a sopa, que tinha verdura, mas perdia a ordem, eu ia nos mercados, nos açougues com os meninos maiores. E dizia: “Esse açougue vai dar tal, esse mercado vai dar o fubá, e eles, os meninos iam lá buscar”.

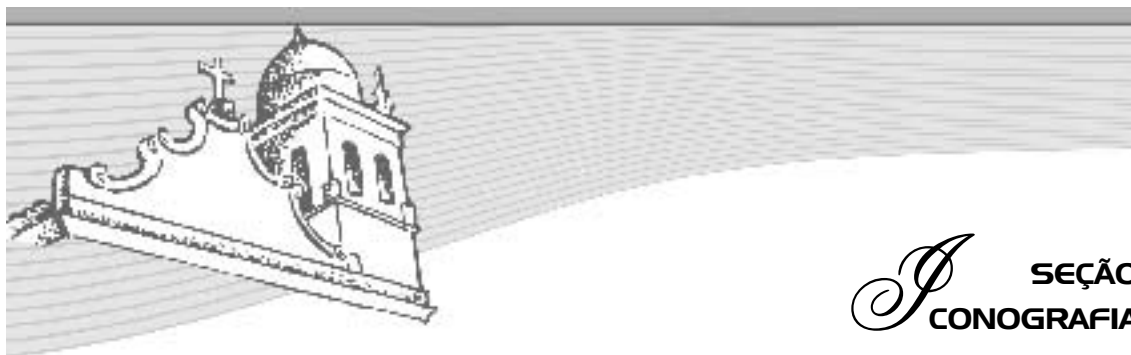
Vilma: Então a escola para você foi tudo pra sua formação?

Martha: Tudo que eu realizei na vida até hoje. Foi boa demais até hoje... Pra mim honestamente desde que eu entrei, cada coisa pra mim era novidade, tudo que eu fazia era com amor, com tanto carinho que tudo era aceito pela dona Armanda, eu amava a escola dela, ela vinha uma vez por mês, mas eu tinha que ligar constantemente, e aos domingos eu tinha que ir na casa dela, aos domingos eu tinha que ir em casa da dona Armanda para passar para ela o que a gente fazia na escola. Então almoçava com ela, eu levava minha duas crianças, as vezes meu marido brigava, que não queria, mas eu tinha que ir né. Eu como sub-diretora, mesmo quando eu era só professora também eu ia, pra passar pra ela o que estava acontecendo e ela fazia os pedidos, que era pra fazer isso, aquilo, aquilo outro. Pra mim aquilo era vida. A escola, tudo pra mim... era minha vida. Tudo pra mim foi muito gratificante até hoje. Eu não me lembro de ter tido dissabor lá, só lembro das coisas maravilhosas, porque pra mim era vida. Aquela escola era tudo pra mim. Eu vivi, e pra mim valeu até hoje. Porque eu me encontro com ex alunos, as meninas lá falavam para os filhinhos: “essa foi minha melhor professora!” E eu tenho coisas lindas que eles escrevem. Isso tudo pra mim foi vida!!!!

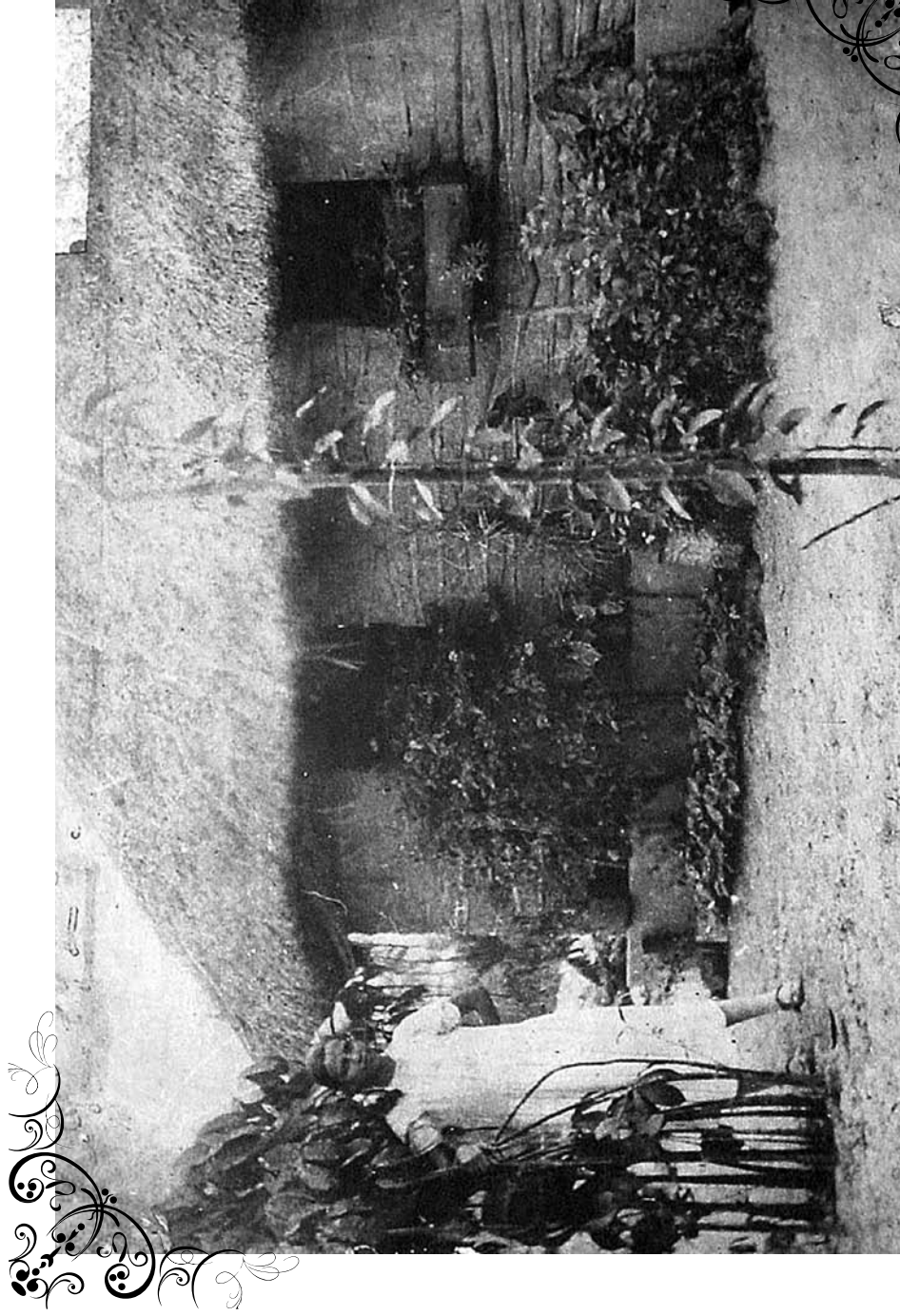
A professora Martha Ignez de Freitas Rossi, no auge de seus 89 anos, continua a contribuir coma educação e com a cultura do município.

“O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente”.

(Nóvoa, Antonio)



*Esta seção tem como objetivo
divulgar os documentos que integram
o acervo do Instituto Histórico e das
demais instituições que abrigam
esse tipo de documentação.*



Concurso Janelas Floridas, s/d.

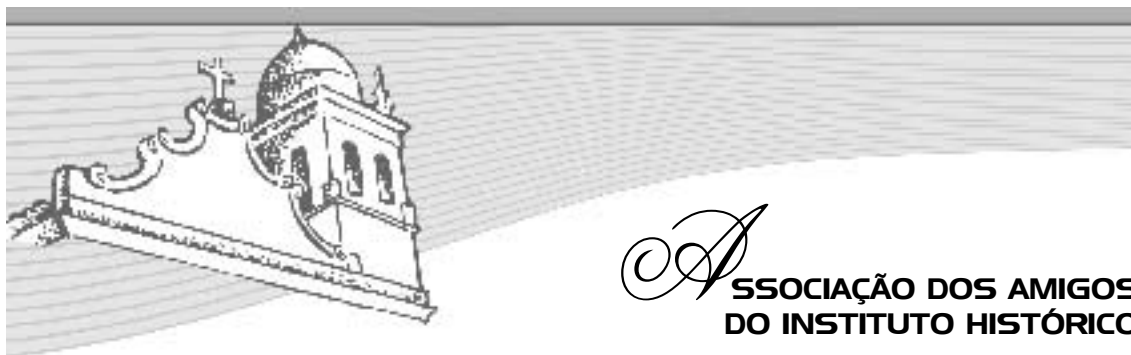
A Escola Proletária de Merity, fundada em 13 de fevereiro de 1921 pela Professora Arminda Álvaro Alberto, obedecendo aos métodos montessorianos, mereceu elogios dos mais eminentes educadores e intelectuais do país. Liberdade, responsabilidade, auto educação e respeito ao desenvolvimento biológico e psicológico do educando: "aprender a fazer, fazendo", este era o lema da Escola.

Na Escola, as crianças encontravam o tabuleiro de angu doce e o latão de mate, que lhes eram oferecidos, sendo esta ação responsável pelo apelido que a Escola traz até hoje. "Saúde, trabalho, alegria e solidariedade" norteavam a ação educadora da Escola Regional de Merity.



Casa de Tupinambá de Castro (Hotel Municipal). Muitos dizem que foi onde funcionou a primeira Prefeitura de Duque de Caxias; porém, até o momento, não foram encontrados documentos textuais a respeito. O que se sabe, através de fotografias, é que a referida casa foi ponto de reuniões e festas da sociedade local na década de 1940, tendo o Sr. Tupinambá de Castro, possivelmente, oferecido a residência para que nela funcionasse a Prefeitura, o que não ocorreu. Provavelmente, foi o local onde se comemorou a emancipação de Duque de Caxias, em 31 de dezembro de 1943.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, de 1943 a 1958, funcionou na Avenida Presidente Kennedy, esquina com o atual calçadão da Avenida Nilo Peçanha.



A Associação dos Amigos do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto / Câmara Municipal de Duque de Caxias surgiu para dar maior dinamização ao funcionamento do Instituto Histórico, estimulando maior participação dos setores organizados da sociedade, e conseqüentemente, promovendo uma maior divulgação do órgão.

Criada para colaborar com o aprimoramento e o desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico, a Asamih é o elo entre a população e o órgão de pesquisa, já que apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, tem entre suas finalidades auxiliar na aquisição de acervo, buscar programas de processamento técnico, conservação e restauração de obras e incentivar exposições.

Consta ainda de seu estatuto, aprovado pelos sócios - em número ilimitado, mas composto por intelectuais e pesquisadores do maior renome na Baixada Fluminense e cidadãos comuns que manifestam interesse pela cultura e história -, o estabelecimento de intercâmbio com outras associações e entidades semelhantes, o apoio à reprodução de documentos do Instituto Histórico, o incentivo à integração cultural com a comunidade e estimular a captação de recursos financeiros para a instalação de projetos culturais.

**A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO
ESTÁ ABERTA À INSCRIÇÃO DE NOVOS SÓCIOS.
VENHA PARTICIPAR!**

Segue relação com os nomes dos Conselheiros, dos Sócios Fundadores e Sócios Contribuintes da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

2011 / 2012

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos

PAULO MAINHARD **Presidente**

ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ **Vice-Presidente**

ARISTIDES MULIN

GENESIS TORRES

GILBERTO SILVA

GUILHERME PERES

JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA

LAURY DE SOUZA VILLAR

STÉLIO LACERDA

AGRINALDO FARIAS

DALMAR LÍRIO MAZINHO

DE ALMEIDA FILHO (*Presidente da CMDC - membro nato*)

Secretário de Cultura (membro nato)

Secretária de Educação (membro nato)

Suplentes

MARLUCIA SANTOS SOUZA

ALEXANDRE MARQUES

BETO GASPARI

ANDRÉ OLIVEIRA

WASHINGTON LUIZ JUNIOR

ERCÍLIA COELHO DE OLIVEIRA

MARIA VITÓRIA S. GUIMARÃES LEAL

JOSUE CARDOSO

ROSA LEITE

CONSELHO FISCAL

Efetivos

MANOEL MATHIAS THIBURCIO FILHO

NEWTON MENEZES

CARLOS DE SÁ BEZERRA

Suplentes

JOSÉ ROGÉRIO OLIVEIRA

ALBANIR JOSÉ DA SILVA

ODLAN VILLAR

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Executivo NIELSON ROSA BEZERRA

Secretário ANGELO MARCIO DA SILVA

Tesoureiro MARCELO BORGES SOARES DE ALMEIDA

Diretora de Pesquisa TANIA MARIA S. AMARO DE ALMEIDA (*Diretora do Instituto Histórico - membro nato*)



SÓCIOS FUNDADORES

AGRINALDO ALVES FARIAS
 ALEXSANDRO LOUREIRO DA SILVA
 ANA MARIA MANSUR DIAS NUNES
 ANTENOR GOMES FILHO
 CLEINA MUNIZ COSTA
 EDELSON GAMA DE MENEZES
 GILSON JOSÉ DA SILVA
 GILVAN JOSÉ DA SILVA
 HABACUQUE BRIGIDO DOS SANTOS
 INGRID JUNGER DE ASSIS
 JOÃO MELEIRO DE CASTILHO
 JOSÉ CARLOS SILVA
 JOSÉ CARLOS CRUZ
 LAURECY DE SOUZA VILLAR
 LAURY DE SOUZA VILLAR
 LIGIA MARIA DE LUNA
 LUZIA LUZIE TE DE OLIVEIRA LUCAS
 MAGDA DOS SANTOS JUNGER
 ROBERTO FERREIRA DE CARVALHO
 ROBERTO LIMA DAVID
 ROBSON GAMA
 ROSELENA BRAZ VEILLARD
 ROSELI LOPES GOMES SOUZA
 SÉRGIO LOCATEL BARRETO
 SILVANA CARVALHO DE BARROS
 SONIA CRISTINA NOGUEIRA DE SOUZA
 WALDOMIRO FRANCISCO DAS NEVES
 TELMA TEIXEIRA DE LIMA
 ALDA REGINA SIQUEIRA ASSUMPTÃO
 ADILSON MOREIRA FONTENELE
 ALEX DOS SANTOS DA SILVEIRA
 ALEXANDRE GASPARI RIBEIRO
 ALEXANDER MARTINS VIANNA
 ALEXANDRE DOS SANTOS MARQUES
 ÁLVARO LOPES
 ANA LUCIA DA SILVA AMARO
 ANA LUCIA SILVA ENNE
 ANA MARIA DA SILVA AMARO
 ANILTON LOUREIRO DA SILVA
 ANDRÉ LUIS SILVA DE OLIVEIRA
 ANDRÉ LUIZ LOPES VIANNA
 ANDRÉ LUIZ VILLAGELIN BIZERRA
 ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ
 ANTÔNIO JORGE MATOS
 ANTÔNIO JOSÉ PFISTER DE FREITAS
 ANTÔNIO MENDES FREIRE
 ARISTIDES FERREIRA MULIM
 AUZENIR GONDIM E SOUZA
 CARLOS DE SÁ BEZERRA
 CID HOMERO FERREIRA DOS SANTOS

CLÁUDIO UMPIERRE CARLAM
 DALVA LAZARONI DE MORAES
 DINA SILVA GUERRA
 DIOGO DE OLIVEIRA RAMOS
 EDIELIO DOS SANTOS MENDONÇA
 EDVALDO SEBASTIÃO DE SOUZA
 EDUARDO DE SOUZA RIBEIRO
 ELISETE ROSA HENRIQUES
 EMIDIO DA SILVA AMARO
 ERCÍLIA COELHO DE OLIVEIRA
 ERUNDINO LORENZO GONZALES FILHO
 EVANDRO CYRILLO MARQUES
 EVANGELINO NOGUEIRA FILHO
 EUGÊNIO SCIAMMARELLA JÚNIOR
 FÁBIO MARTINS RIBEIRO
 FÁBIO PEREIRA
 FRANCISCO BERNARDO VIEIRA
 FRANCISCO QUIXABA SOBRINHO
 GILBERTO JOSÉ DA SILVA
 GÊNESIS PEREIRA TORRES
 GILSON RAMOS DA SILVA
 GUILHERME PERES DE CARVALHO
 HERALDO BEZERRA CARVALHO
 HERMES ARAUJO MACHADO
 IRANI FONSECA CORREIA
 ÍRIS POUBEL DE MENEZES FERRARI
 IVON ALVES DE ARAÚJO
 JOÃO HERCULANO DIAS
 JOSÉ REINALDO DA SILVA PASCOAL
 JOSÉ ROGÉRIO LOPES DE OLIVEIRA
 JOSUÉ CARDOSO PEREIRA
 JOSUÉ CASTRO DE ALMEIDA
 JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
 LAUDICÉA CASTRO DE ALMEIDA
 LUIZ CARLOS SILVEIRA DE CAMPOS
 LUIZ HENRIQUE SILVA VIEIRA
 MARIA ALICE DE OLIVEIRA DOMINICALLI
 MANOEL MATHIAS THIBÚRCIO FILHO
 MARCELO BORGES SOARES DE ALMEIDA
 MARCO AURÉLIO TEIXEIRA BAPTISTA DE LEÃO
 MARIA DE JESUS MENDES LIMA
 MARIA VITÓRIA SOUZA GUIMARÃES LEAL
 MARIA ZÊNIA CORREIA DOMINGUES
 MARIZE CONCEIÇÃO DE JESUS
 MARLUCIA SANTOS DE SOUZA
 MARTHA IGNEZ DE FREITAS ROSSI
 MESSIAS NEIVA
 NÁDIA APARECIDA TOBIAS FELIX
 NEWTON DE ALMEIDA MENEZES
 NEY ALBERTO GONÇALVES DE BARROS

NIELSON ROSA BEZERRA
 NILSON MOREIRA CAMPOS DONIZETH
 NIVAN ALMEIDA
 ODEMIR CAPISTRANO SILVA
 ODLAN VILLAR FARIAS
 PAULO CESAR RAMOS PEREIRA
 PAULO CHRISTIANO MAINHARD
 PAULO PEDRO DA SILVA
 PAULO ROBERTO TEIXEIRA LOPES
 PAULO ROBERTO CLARINDO
 PAULO ROBERTO REIS FRANCO
 PEDRO MARCÍLIO DA SILVA LEITE
 ROBERTO GASPARI RIBEIRO
 ROGÉRIO TORRES DA CUNHA
 ROMEU MENEZES DOS SANTOS
 ROSA CRISTINA DA SILVA LEITE

ROSA NASCIMENTO DE SOUZA
 ROSANE FERREIRA LARA
 ROSANGELA DAVID W. G. DE LIMA
 RUYTER POUBEL
 SANDRA GODINHO MAGGESSI PEREIRA
 SELMA CASTRO DE ALMEIDA
 SELMA MARIA DA SILVA RODRIGUES
 STÉLIO JOSÉ DA SILVA LACERDA
 SOLANGE MARIA AMARAL DA FONSECA
 SUELY ALVES SILVA
 TANIA MARIA DA SILVA AMARO DE ALMEIDA
 UBIRATAN CRUZ
 VERA LUCIA PONCIANO DA SILVA
 VILMA CORRÊA AMANCIO DA SILVA
 WAGNER GASPARI RIBEIRO
 WASHINGTON LUIZ JUNIOR

SÓCIOS CONTRIBUINTES

ADENILDO DANIEL DA SILVA
 ALBANIR JOSÉ DA SILVA
 ALEXANDRE BARROS DO ROSÁRIO
 ALINE COSTA DOS SANTOS
 ALINE FERNANDES PEREIRA
 ANGELA MARIA SANT'ANNA FIGUEIREDO
 ANGELO MARCIO DA SILVA
 CARLA DE OLIVEIRA
 CARLOS GUSTAVO COSTA MOREIRA
 CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS
 CARLOS JOSÉ DOS SANTOS
 CENTRO CULTURAL CASA DE PEDRA
 CLAUDIO DE PAULA HONORATO
 CRISTIANO CAMPOS AZEREDO
 DENAIR DE SOUZA CORRÊA DE MORAES
 DIANA JUSTO KELIM
 DIEGO LUCIO VILLELA PEREIRA
 EDGAR DE SOUZA CARVALHO
 ELDEMAR BATISTA DE SOUZA
 ELIANE PONCIANO DE LIMA
 ELIAS DA SILVA MAIA
 ELIZABETH CASTELANO GAMA
 ENILDO JOSÉ BONIFÁCIO
 FERNANDO RAMOS PEREIRA
 GERALDO COSTA FILHO
 GIANIS HANS MARTINS PETRAKIS
 GUSTAVO GUIMARÃES MOTTA FILHO
 HELENITA MARIA BESERRA DA SILVA

HELLENICE DE SOUZA FERREIRA
 INDIOMAR GUARACIABA GOMES DA SILVA
 INSTITUTO N S DA GLÓRIA / REGINA C S LOPES
 IZABEL CRISTINA GOMES DA COSTA
 JADIVAL OLIVEIRA
 JORGE BASTOS FURNAN
 JOSÉ CARLOS LEAL
 LÉO MANSO RIBEIRO
 LEONARDO SIMEÃO DA SILVA
 LUIS FELIPE DOS SANTOS JÚNIOR
 MAÍZE DE OLIVEIRA GONDIM
 MARIA CELESTE FERREIRA
 MARIA HELENA JACINTHO
 NATÁLIA EXPOSITO FILGUEIRAS
 NILSON HENRIQUE DE ARAÚJO FILHO
 NOEMI REBELLO DOS SANTOS
 PAULO DA SILVA
 PAULO SÉRGIO DA SILVA
 RICARDO DA FONSECA IGNEZ
 ROBERTO LIMA DOS SANTOS
 RUBENS DE ALMEIDA
 SELMA CHAGAS DE OLIVEIRA
 SERGIO BRABO DE ABREU
 SIDNEY DE OLIVEIRA SILVA
 THIAGO SCHUBERT LOPES
 UBIRAJARA SILVA DE SOUZA
 VALERIA MOREIRA COUSAQUIVITI



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

16ª Legislatura: 01/01/2009 a 31/12/2012

Presidente: DALMAR LÍRIO MAZINHO DE ALMEIDA FILHO - Mazinho

1º Vice-presidente: ADEMIR MARTINS DA SILVA - Ademir Martins

2º Vice-presidente: MARIA LANDERLEIDE DE ASSIS DUARTE - Leide

1º Secretário: MOACYR RODRIGUES DA SILVA - Moacyr da Ambulância

2º Secretária: JULIANA FANT ALVES - Juliana do Táxi

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA DO NASCIMENTO - Carlos de Jesus

CLÁUDIO CESAR RODRIGUES PEREIRA - Tato

DENILSON SILVA PESSANHA - Maninho do Posto

DIVAIR ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR - Junior Reis

EDUARDO MOREIRA DA SILVA - Eduardo Moreira

EVANGIVALDO SANTOS SOARES - Grande

FRANCISCO DOS SANTOS - Chico Borracheiro

JOAQUIM JOSÉ SANTOS ALEXANDRE - Quinzé

JOSEMAR LUCAS FERREIRA PADILHA - Josemar Padilha

MARCELO FERREIRA RIBEIRO - Marcelo do Seu Dino

MARCOS FERNANDES DE ARAÚJO - Marquinho Oi

MARGARETE DA CONCEIÇÃO DE SOUZA - Gaete

MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DE OLIVEIRA - Fatinha

NIVAN ALMEIDA - Nivan

ORLANDO JOSÉ DA SILVA - Orlando Silva

RICARDO CORRÊA DE BARROS - Ricardo da Karol

Diretora Geral da CMDC: INGRID JUNGER DE ASSIS



Município de Duque de Caxias

